

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, PESQUISA,
PÓS-GRADUAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE BACABAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO ACADÊMICO

THAIS NASCIMENTO DA SILVA

**GESTOS DE DESOBEDIÊNCIA ÀS COLONIALIDADES NA OBRA
ZONA DE DESCONFORTO DE LINDEVANIA MARTINS**

BACABAL – MA
2025

THAIS NASCIMENTO DA SILVA

**GESTOS DE DESOBEDIÊNCIA ÀS COLONIALIDADES NA OBRA
ZONA DE DESCONFORTO DE LINDEVANIA MARTINS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Centro de Ciências de Bacabal, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção de título de Mestre em Letras.

Área de Concentração: Linguagem, Cultura e Discurso

Linha de Pesquisa: Literatura, Cultura e Fronteiras do Saber

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Navarrete Tolomei

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Nascimento da Silva, Thaís.

Gestos de Desobediência às Colonialidades na obra Zona de Desconforto de Lindevania Martins / Thaís Nascimento da Silva. - 2025.
124 p.

Coorientador(a) 1: Glória da Ressurreição Abreu Franca.

Coorientador(a) 2: Cláudia Letícia Gonçalves Moraes.

Orientador(a): Cristiane Navarrete Tolomei. Dissertação
(Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Letras - Bacabal, Universidade Federal do Maranhão, Bacabal-
ma, 2025.

1. Colonialidades de Poder e de Gênero. 2. Patriarcado. 3. Teorias Críticas Decoloniais. 4. Zona de Desconforto. 5.

THAIS NASCIMENTO DA SILVA

**GESTOS DE DESOBEDIÊNCIA ÀS COLONIALIDADES NA OBRA
ZONA DE DESCONFORTO DE LINDEVANIA MARTINS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Centro de Ciências de Bacabal, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção de título de Mestre em Letras.

Área de Concentração: Linguagem, Cultura e Discurso

Linha de Pesquisa: Literatura, Cultura e Fronteiras do Saber

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Navarrete Tolomei

Aprovada em 28 de fevereiro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Cristiane Navarrete Tolomei
Universidade Federal do Maranhão
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Glória da Ressurreição Abreu Franca
Universidade Federal do Maranhão
Membro Examinador Interno

Prof.^a Dr.^a Cláudia Letícia Gonçalves Moraes
Universidade Federal do Maranhão/PGCULT
Membro Examinador Externo

BACABAL - MA
2025

Ao meu pai, cuja força ergueu não apenas casas,
mas também o futuro que ele desejou para mim.
À minha mãe, que sempre esteve ao meu lado,
doando-se inteiramente com amor, paciência e
coragem.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, agradeço profundamente por todo o esforço e dedicação que sempre proporcionou para que eu pudesse me concentrar nos estudos. Sua força, garra e determinação me tornaram a mulher que sou hoje. Sempre seguirei seus conselhos de nunca parar, sabendo que isso é apenas o começo de uma trajetória brilhante.

À minha mãe, agradeço por nunca ter me abandonado e sempre ter me feito acreditar nos meus sonhos, nos meus estudos e na minha história. Sua presença constante, acalentando-me e apoiando-me, mesmo sem compreender todos os aspectos acadêmicos, foi fundamental. Muito obrigada por seu amor e apoio durante todo esse processo.

Ao meu esposo, agradeço imensamente por seu apoio incondicional e por estar ao meu lado desde o primeiro dia da graduação até o momento presente. Sua paciência, carinho e zelo foram essenciais para que eu pudesse seguir em frente.

À minha orientadora Cristiane Navarrete Tolomei, sou imensamente grata por todo o acolhimento desde a iniciação científica até o mestrado. Por ser essa mulher compreensiva, amiga e que sempre acreditou no meu potencial. Pela liberdade que me proporcionou para crescer e pela confiança que depositou em mim.

Agradeço às professoras Glória da Ressurreição Abreu Franca e Cláudia Letícia Gonçalves Moraes pela leitura atenta e pelas sugestões valiosas. Suas avaliações foram essenciais para o aprimoramento deste trabalho, e sou grata pelo tempo dedicado e pelas contribuições significativas para esta pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do campus de Bacabal (PPGLB), da UFMA, agradeço imensamente por ter me proporcionado a oportunidade de fazer parte desse programa, que foi essencial para o meu crescimento acadêmico e pessoal. Sou grata pela estrutura oferecida, pelos ensinamentos e pelas oportunidades de aprendizado que contribuíram para a realização deste trabalho.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES) pelo apoio e pela concessão da bolsa de estudos que foram fundamentais para a realização deste mestrado.

Eu não desejo que as mulheres tenham poder sobre os homens; mas sobre si mesmas.

(Mary Wollstonecraft, 1972)

RESUMO

A dissertação, cujo título é “Gestos de desobediência às colonialidades na obra *Zona De Desconforto* de Lindevania Martins”, tem como objetivo geral analisar como as personagens femininas subalternizadas nos contos “Zona de desconforto”, “Tudo vermelho”, “Retrato de família” e “Querida mamãe”, da coletânea *Zona de desconforto* (2018), da escritora maranhense Lindevania Martins, driblam o seu cotidiano cruel para reexistir mediante às violências estabelecidas pelas colonialidades de poder e de gênero, sobretudo, no sistema patriarcal, à luz das teorias críticas decoloniais. Para isso, levanta-se a seguinte questão norteadora: Como as personagens promovem uma práxis decolonial perante a colonialidade de poder, considerando suas dimensões de gênero, raça e classe? Para isso, têm-se os seguintes objetivos específicos: analisar como as colonialidades de poder e de gênero, enquanto estrutura histórica e epistemológica, criam hierarquias de classe, raça e gênero na sociedade; investigar como o patriarcado impõe normas de gênero que controlam as mulheres dentro da família nuclear; e, por fim, apresentar a decolonialidade como práxis para a análise das estruturas sociais. A abordagem metodológica é de natureza básica e de cunho qualitativo, acompanhada pelo método bibliográfico e hermenêutico. Para tal propósito, como arcabouço teórico, optou-se por estudiosos decoloniais como Aníbal Quijano (2005, 2007, 2009), Walter D. Mignolo (2007, 2017, 2021), Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2020), Lélia González (2018, 2019, 2020), María Lugones (2014, 2020), Heleieth Saffioti (1987, 2002), entre outros. Isto posto, verificou-se como Lindevania Martins constrói personagens femininas oprimidas, mas que reexistem para a destituição da Matriz Colonial de Poder (MCP) que até hoje determina a práxis da mulher brasileira.

Palavras-chave: Colonialidades de poder e gênero; Patriarcado; Teorias críticas decoloniais; *Zona de desconforto*; Lindevania Martins.

ABSTRACT

The dissertation, entitled “Gestos de Desobediência às Colonialidades na obra *Zona De Desconforto* de Lindevania Martins”, has the general objective of analyzing how the subordinate female characters in the short stories “Zona de desconforto”, “Tudo vermelho”, “Retrato de família” and “Querida mamãe”, from the collection *Zona de desconforto* (2018), by the writer from Maranhão Lindevania Martins, overcome their cruel daily lives to reexist in the face of the violence established by the colonialities of power and gender, especially in the patriarchal system, in the light of decolonial critical theories. To this end, the following guiding question is raised: How do the characters promote a decolonial praxis in the face of the coloniality of power, considering its dimensions of gender, race and class? To this end, the following specific objectives are set: to analyze how the colonialities of power and gender, as a historical and epistemological structure, create hierarchies of class, race and gender in society; investigate how patriarchy imposes gender norms that control women within the nuclear family; and, finally, present decoloniality as a praxis for the analysis of social structures. The methodological approach is basic and qualitative in nature, accompanied by the bibliographic and hermeneutic method. For this purpose, as a theoretical framework, we chose decolonial scholars such as Aníbal Quijano (2005, 2007, 2009), Walter D. Mignolo (2007, 2017, 2021), Bernardino-Costa, Maldonado-Torres and Grosfoguel (2020), Lélia González (2018, 2019, 2020), María Lugones (2014, 2020), Heleieth Saffioti (1987, 2002), among others. That said, it was verified how Lindevania Martins constructs oppressed female characters, but who re-exist for the removal of the Colonial Matrix of Power (MCP) that determines the praxis of Brazilian women to this day.

Keywords: Colonialities of power and gender; Patriarchy; Decolonial critical theories; *Zona de Desconforto*; Lindevania Martins.

RESUMEN

© Tradução de Andres Palencia

La disertación, cuyo título es “Gestos de desobediência às colonialidades na obra *Zona De Desconforto* de Lindevania Martins”, tiene como objetivo general analizar cómo los personajes femeninos subordinados en los cuentos “Zona de desconforto”, “Tudo vermelho”, “Retrato de família” y “Querida mamãe”, de la colección *Zona de desconforto* (2018), de la escritora maranhense Lindevania Martins, superan su cruel cotidianidad para reexistir a través de la violencia establecida por las colonialidades del poder y género, especialmente en el sistema patriarcal, a la luz de las teorías críticas decoloniales. Para eso, se ha planteado la siguiente interrogante que orienta este trabajo: ¿Cómo los personajes promueven una praxis decolonial frente a la colonialidad del poder, considerando sus dimensiones de género, raza y clase? Para ello, se plantean los siguientes objetivos específicos: analizar cómo las colonialidades de poder y de género, como estructura histórica y epistemológica, crean jerarquías de clase, raza y género en la sociedad; investigar cómo el patriarcado impone normas de género que controlan a las mujeres dentro de la familia nuclear; y, finalmente, presentar la decolonialidad como una praxis para el análisis de las estructuras sociales. El enfoque metodológico es de carácter básico y cualitativo, acompañado del método bibliográfico y hermenéutico. Para ello, como marco teórico, elegimos a académicos descoloniales como Aníbal Quijano (2005, 2007, 2009), Walter Dignolo (2007, 2017, 2021), Bernardino-Costa, Maldonado-Torres y Grosfoguel (2020), Lélia González (2018, 2019, 2020), María Lugones (2014, 2020), Heleieth Saffioti (1987, 2002), entre otros. Dicho esto, se verificó cómo Lindevania Martins construye personajes femeninos oprimidos, pero que reexisten para la remoción de la Matriz Colonial de Poder (MCP) que hasta los días actuales determina la praxis de las mujeres brasileñas.

Palabras clave: Colonialidades de poder y género; Patriarcado; Teorías críticas decoloniales; *Zona de desconforto*; Lindevania Martins.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 TEORIAS CRÍTICAS DECOLONIAIS: MÚLTIPLOS SABERES E FORMAS DE REEXISTÊNCIA.....	17
1.1 Desigualdade estrutural: o capitalismo e o racismo na Era da Colonialidade.....	28
1.2 Organização patriarcal e os papéis sociais de gênero.....	35
2 VIOLÊNCIA E SUBORDINAÇÃO PATRIARCAL: A REPRODUÇÃO DO CONTROLE DO LAR E SEUS EFEITOS SOBRE MULHERES E FILHOS NOS CONTOS “QUERIDA MAMÃE” E “RETRATO DE FAMÍLIA”	40
2.1 O patriarcado introjetado: opressão e submissão feminina nas relações intergeracionais em “Querida Mamãe”	42
2.2 A reprodução da Violência familiar: O Impacto da Opressão na Formação dos Filhos em “Retrato de Família”	60
3 COLONIALIDADE, PATRIARCADO E CAPITALISMO: A DOMINAÇÃO SISTÊMICA E AS ESTRATÉGIAS DE RUPTURA EM “ZONA DE DESCONFORTO” E “TUDO VERMELHO”	77
3.1 A colonialidade do poder e a infância negra como território de exploração em “Zona de Desconforto”	78
3.2 A colonialidade de gênero e a punição patriarcal contra a mulher insurgente em “Tudo Vermelho”	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS	116

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, denominado “Gestos de desobediência às colonialidades na obra *Zona de Desconforto* de Lindevania Martins”¹, promove o debate e análise de quatro contos: “Zona de Desconforto”, “Retrato de família”, “Tudo vermelho” e “Querida Mamãe”, da coletânea de oito contos *Zona de Desconforto*, escrita pela autora maranhense Lindevania Martins e publicada em 2018 pela Editora Benfazeja. Para isso, analisamos como as personagens femininas nos contos reexistem às estruturas de opressão e violência, explorando suas estratégias decoloniais frente aos cenários cruéis em que vivem. Desse modo, levantamos a seguinte questão norteadora: Como as personagens femininas dos contos lidam com os cenários de violência e opressão, utilizando estratégias de reexistência decolonial frente à colonialidade de poder?

A escolha dos quatro contos, por critério de inclusão, ocorreu a partir da verificação de como eles narram e descrevem cenários de violências contra as mulheres em uma estrutura social brasileira patriarcal, misógina e sexista. Em vista disso, discute-se a constituição dos papéis sociais de gênero, da família, das relações de trabalho e da ocupação de espaços públicos de poder por mulheres nas narrativas em questão. E, por exclusão, os contos que não tratavam de questões pertinentes ao interesse deste estudo, que é refletir as opressões vivenciadas pelas mulheres.

Não é novidade na obra literária da escritora maranhense Lindevania Martins, considerada um corpo não-hegemônico, por ser mulher e negra, como ela aborda as problemáticas causadas no Brasil contemporâneo assentadas no “sistema-mundo moderno/colonial, capitalista/patriarcal, cristão-cêntrico/moderno ocidental-cêntrico europeu” (GROSFOGUEL, 2011) ao denunciar as hierarquias e violências sofridas pelas personagens femininas apresentadas nos contos, com base na Matriz Colonial de Poder (MCP)². Entretanto, embora as personagens sejam oprimidas pelas colonialidades, é muito relevante destacar como a autora também desvela como essas personagens lidam com as opressões para reexistir, apresentando uma atitude decolonial. Algumas personagens reexistem e adotam posturas decoloniais, enquanto outras não conseguem romper com as estruturas de poder. Portanto,

¹ O presente trabalho está sendo realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² A Matriz Colonial de Poder (MCP), conforme Aníbal Quijano (2005), está atrelada ao controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e do conhecimento e da subjetividade.

pode-se afirmar que a reexistência não é homogênea, pois as condições sociais de cada personagem são diferentes.

Lindevania Martins, delegada de polícia entre os anos de 1998 e 2001, hoje como defensora pública, com a sua principal atuação no Núcleo Especializado de Defesa da Mulher e População LGBTQIAPN+, traduz em ficção a violenta realidade de muitas mulheres em nossa sociedade. Desse modo, além da coletânea *Zona de Desconforto*, a autora também possui outras obras, tais como: *Anônimos: Invenções de Amor, Morte e Quase-Morte* (2003), uma coletânea com 16 contos, os quais apresentam flashes do cotidiano bárbaro em que vivem as mulheres, com narrativas de grande densidade e com apelos tanto social³ quanto psicológico na construção de suas personagens, tal qual ocorre em *Zona de Desconforto*.

Longe de mim (2019) é o terceiro livro de Lindevania Martins e tem como protagonista Josi, uma menina de 10 anos, filha de mãe solteira, cuja vida está prestes a mudar. Nascida de uma gravidez na adolescência, Josi viu-se forçada a ingressar precocemente em um mundo adulto, cujas regras ainda não lhe eram claras. Essa obra recebeu Menção honrosa no Concurso Nacional de Contos da Ordem dos Advogados do Brasil (2006).

Outra obra da autora denomina-se *Fora dos Trilhos* (2019), e neste quarto livro Lindevania Martins apresenta 26 poemas atravessados por temáticas variadas. Enfatiza o mundo do trabalho, as questões de gênero e a infância, além de trazer aspectos lúdicos e experimentais.

Mais recentemente, a autora publica *Teresa decide falar* (2022), livro que mergulha no universo da literatura fantástica, conduzindo o leitor por um labirinto surpreendente de irrealidades. As tramas produzidas pela autora envolvem desde animais capazes de falar e escrever até uma família abduzida por ETs e outra que trava um debate com a morte, negociando um adiamento improvável do fim. Um aspecto importante das obras de Lindevania Martins é o fato de ela apresentar sempre personagens subalternizados que criam novos caminhos para a promoção de sua liberdade.

Lindevania Martins é uma escritora maranhense que se insere no contexto da literatura periférica brasileira, particularmente na produção decolonial, que questiona as estruturas de opressão e exploração. Sua obra, ao abordar a vivência das camadas subalternizadas, recorre a uma linguagem que reflete as marcações de gênero, raça e classe, desafiando as normatividades

³ No que se refere ao estilo da autora, observa-se que ela trabalha com a linguagem de forma a mesclar realismo social e oralidade. Sua escrita transita entre registros formais e informais, incorporando traços da oralidade maranhense e construções discursivas que evidenciam a violência simbólica e material vivida pelas personagens, reforçando a verossimilhança crítica social em sua obra.

impostas pelo colonialismo e pelo patriarcado. Ao utilizar uma escrita fortemente marcada pela oralidade e pelo ritmo das narrativas populares do Nordeste, Martins apresenta corpos marginalizados, evocando imagens sensoriais que denunciam a violência sistêmica e a persistência da colonialidade no cotidiano. Em seus textos, a autora articula a (re)existência das personagens contra as diversas formas de poder, revelando a opressão estrutural que submete seus sujeitos, ressoando as tensões entre a colonialidade do poder, do ser e do saber.

No que se refere ao objeto de estudo deste trabalho dissertativo, é importante dizer que todas as personagens analisadas são mulheres que vivenciam diversos tipos de violências presentes na sociedade brasileira. Dessa maneira, observa-se como a autora se preocupa em representar em sua obra as diversas faces da violência de origem colonial. Ela apresenta em todos os contos mulheres de cores, idades e violências diferentes, mulheres que são violentadas pelos seus maridos, seus pais, patrões. Os homens, nessa perspectiva, são apresentados como o outro lado da moeda; enquanto elas são as protagonistas nas narrativas, eles são retratados como protagonistas na sociedade, responsáveis por subjugar as mulheres a partir de atitudes violentas, machistas e misóginas, autorizadas pela estrutura patriarcal. Assim, nota-se como a autora se preocupa em retratar a realidade brasileira e suas várias formas de violência e dominação.

Este trabalho torna-se relevante, pois abarca a literatura de autoria feminina maranhense, que necessita cada vez mais de estudos de grande fôlego, como TCCs, dissertações e teses. A partir de estudos como este, é possível conhecer diversas escritoras que estão silenciadas frente a um cânone majoritariamente masculino e branco, ou seja, conhecer o imaginário feminino, suas lutas, opressões e a resistência feminina.

A respeito de estudos sobre a obra de Lindevania Martins, poucos foram encontrados. Por exemplo, o trabalho monográfico intitulado “Produção literária e protagonismo: um estudo dos contos antirracistas de 27 mulheres negras dos Cadernos negros volume 42” (2022), de Ana Clara Pereira dos Santos, pela Universidade Federal de Tocantins, o qual visa analisar os contos dessas vinte e sete autoras negras acerca das temáticas voltadas às relações afetivas, memórias familiares, abusos e violências policiais e o cotidiano nos quilombos e nas periferias. Assim, entre elas, está Lindevania Martins com o conto “Em segurança”, publicado no volume **Cadernos Negros** (2019), destacando o racismo estrutural presente na sociedade contra as mulheres negras.

Outro trabalho monográfico que cita Lindevania Martins denomina-se “O MITO DO AMOR MATERNO: uma análise psicossocial da estigmatização de mulheres que optam por entregar seus bebês para adoção”, de autoria de Jéssica Pinheiro Nunes, publicado em 2022, e realizado na Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB). Nesse trabalho, é analisado o

conto “Zona de Desconforto”, presente na obra *Zona de Desconforto*, que é a narrativa que apresenta Marina, menina que saiu do interior do Maranhão para São Luís, lugar onde começou a trabalhar como empregada doméstica. Nesse trabalho, é levantada a questão acerca de uma cultura presente no Brasil que é a de “pegar crianças para criar” em troca de favores domésticos.

Mais recentemente, a graduada da Universidade Federal do Maranhão, Antônia Beatriz de Paula Viana, desenvolveu TCC, em 2023, intitulado “Memória, esquecimento e resistência: análise dos aspectos memorialísticos em *Teresa Decide Falar* (2022), de Lindevania Martins”, o qual buscou “identificar as formas recorrentes da memória como fator crucial na tomada de consciência identitárias individual e social nos contos [da obra], evidenciando assim a escrita feminina na perspectiva do contemporâneo, visto que durante muito tempo foi um espaço silenciado pela crítica, sobretudo em cenário maranhense” (Viana, 2023, p. 8).

Destaca-se a publicação do nosso capítulo denominado “Submissão e silenciamento da mulher na família nuclear e os ciclos de opressão provenientes do patriarcado no conto “Retrato de família” de Lindevania Martins” (2024) no livro *Linguagem, discurso e cultura* publicado pelo PPGLB/UFMA.

Apesar de já haver um avanço nas obras publicadas sobre a obra literária de Lindevania Martins, nota-se a ausência de materiais de estudos de maior fôlego como dissertações e teses até o momento. Em vista disso, a relevância desta investigação, em parte, está no fomento da produção de Lindevania, mas também da literatura maranhense escrita por mulheres na contemporaneidade, ambas sem visibilidade na historiografia literária nacional.

Para realização desta pesquisa de classificação básica, realizou-se os seguintes passos: (i) pesquisa bibliográfica acerca dos estudos decoloniais, literatura maranhense e fortuna crítica das obras de Lindevania Martins e revisão de literatura; (ii) abordagem qualitativa, focada na análise do corpus; (iii) método hermenêutico na interpretação dos textos escritos.

O principal arcabouço teórico utilizado foi Aníbal Quijano (2005, 2007, 2009), Walter Dignolo (2007, 2017 2021), Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2020), Lélia González (2018, 2019, 2020), María Lugones (2014, 2020), Heleieth Saffioti (1987, 2002), entre outros.

Quanto à estrutura, este estudo está organizado em três capítulos, além deste introdutório, a saber: o primeiro capítulo, “Teorias críticas decoloniais: múltiplos saberes e formas de reexistência⁴”, discorre sobre as colonialidades do poder e do gênero, o patriarcado

⁴ Neste trabalho, escolhemos utilizar o termo “reexistência” ao invés de “resistência” para enfatizar não apenas a ação de opor-se à opressão, mas também do processo contínuo de (re)afirmação da identidade e reconstrução social frente às forças coloniais e hegemônicas.

e a família nuclear. No segundo capítulo, denominado “Violência e subordinação patriarcal: a reprodução do controle do lar e seus efeitos sobre mulheres e filhos”, são analisados nos contos “Querida Mamãe” e “Tudo Vermelho” as relações de poder e hierarquias presentes na família nuclear brasileira, analisando também como as e crianças sofrem com ciclos de opressões e violências. E, por fim, no terceiro capítulo, intitulado “Colonialidade, patriarcado e capitalismo: a dominação sistêmica e as estratégias de ruptura em “Zona De Desconforto” e “Tudo Vermelho”, é analisado como o capitalismo, atrelado ao racismo, cria desigualdade de classe e perpetua as formas de escravidão contemporânea. No último conto, denominado “Tudo Vermelho”, será analisado como o patriarcado e a violência familiar se entrelaçam para manter as mulheres em um sistema de dominação.

Enfim, a partir da análise desses quatro contos, ressalta-se a importância dos estudos decoloniais para buscar as fissuras alternativas de reexistência dentro do espaço opressor que já no título da obra *Zona de desconforto* remete ao fato de que os espaços que eram para serem acolhedores, passam a constituir-se por violências várias às mulheres, daí desvelar esse cenário.

1 TEORIAS CRÍTICAS DECOLONIAIS: MÚLTIPLOS SABERES E FORMAS DE REEXISTÊNCIA

A colonização europeia, que maquia um projeto civilizatório, aplicou formas de dominação e exploração sobre os sujeitos e os territórios colonizados. Esse modelo de colonizar outros povos norteou o projeto da modernidade/colonialidade (Maldonado-Torres, 2007). Sobre isso, segundo Walter Mignolo (2017, p. 2), a modernidade representa “o lado mais obscuro da modernidade” e precisa da colonialidade para permanecer:

[...] a “modernidade” é uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a “colonialidade”. A colonialidade em outras palavras, é constitutiva da modernidade – não há modernidade sem colonialidade. Por isso, a expressão comum e contemporânea de “modernidades globais” implica “colonialidades globais” no sentido exato de que a MCP é compartilhada e disputada por muitos contendores: se não pode haver modernidade sem colonialidade, não pode também haver modernidades globais sem colonialidades globais. Consequentemente, o pensamento e a ação descoloniais surgiram e se desdobraram, do século XVI em diante, como respostas às inclinações opressivas e imperiais dos ideais europeus modernos projetados para o mundo não europeu, onde são acionados (Mignolo, 2017, p. 2).

No excerto, Mignolo explica que, por meio da modernidade, a Matriz Colonial de Poder (MCP) domina as sociedades não-europeias no controle da economia, da autoridade, da natureza e recursos naturais, do gênero, da sexualidade e do conhecimento e saberes. Para isso, a MCP se organiza mediante dois princípios constitutivos: o racismo e o sexismo. De acordo com Aníbal Quijano (2005):

A posterior constituição da Europa como nova id-entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (Quijano, 2005, p. 118).

Diante do exposto, para refletir acerca dessas relações de poder e hierarquias, que foram criadas no processo de colonização latino-americana e que influencia a estruturação do mundo moderno, foi criado o grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) a partir de reflexões promovidas por Aníbal Quijano acerca das relações globais sob a ótica do colonialismo e da modernidade.

Diante disso, o grupo M/C surgiu como forma de problematizar os fundamentalismos eurocêntricos do Sul Global, os quais impõem a ideia de que existe uma tradição única, silenciando assim os outros saberes e sujeitos. Conforme (Grosfoguel, 2011, p. 5):

[...] 1) que uma perspectiva epistêmica decolonial requer um cânone de pensamento mais amplo do que simplesmente o cânone ocidental (Incluindo o cânone ocidental de esquerda); 2) que uma verdadeira perspectiva universal não pode ser baseada em um universal abstrato (um particular que se apresenta como desenho global), mas teria que ser o resultado do diálogo crítico entre diversas críticas epistêmicas/éticas/políticas projetos em direção a um pruriversal; 3) que a descolonização do conhecimento exigiria levar a sério a questão epistêmica/perspectiva/cosmologia/percepções de pensadores críticos do pensamento do Sul Global de e com espaços e corpos raciais/étnicos /sexuais subalternizados (tradução nossa⁵).

Como afirma Grosfoguel (2011), a perspectiva decolonial promove uma ampliação de pensamento, uma forma que abarque saberes outros, como forma de fuga do pensamento ocidental. Todos os sujeitos devem participar e ter seus relatos considerados, sujeitos esses subalternizados. Assim, o grupo realiza uma problematização das velhas estruturas históricas, promovendo, desse modo, novas releituras. O grupo defende a “opção decolonial” - epistêmica, teórica e política - para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva (Ballestrin, 2013, p. 89).

Dessa forma, o pensamento decolonial propõe prática de oposição e intervenção dos paradigmas coloniais impostos aos povos colonizados, visto que a decolonialidade é o caminho para a liberdade de pensamento e: “[...] de formas de vida-outras (economias-outras, teorias políticas-outras); a limpeza da colonialidade do ser e do saber; o rompimento da retórica da modernidade e de seu imaginário imperial articulado com a retórica da democracia” (Mignolo, 2007, p. 29).

Esse movimento vem promovendo trabalhos e discussões desde 1990, quando estudiosos latino-americanos começam a questionar os objetivos do grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos inspirados no Grupo Sul-Asiático dos Estudos Subalternos, formado por Edward Said, Gayatri Spivak e Homi Bhabha, tendo como líder Ranajit Guha (Ballestrin, 2013). Essa inspiração voltava-se para estudar o subalterno na América Latina, todavia, Walter

⁵ Texto original: “1) that a decolonial epistemic perspective requires a broader canon of thought than simply the Western canon (including the Left Western canon); 2) that a truly universal decolonial perspective cannot be based on an abstract universal (one particular that raises itself as universal global design), but would have to be the result of the critical dialogue between diverse critical epistemic/ethical/political projects towards a pluriversal as oppose to a universal world; 3) that decolonization of knowledge would require to take seriously the epistemic perspective/cosmologies/insights of critical thinkers from the Global South thinking from and with subalternized racial/ethnic/sexual spaces and bodies”.

Mignolo, um dos participantes do grupo latino, demonstrou seu descontentamento com os estudos subalternos considerados “originais”, pois eles não romperam definitivamente com os autores eurocêntricos, algo que era buscado pelo grupo, um distanciamento do Norte. Eles buscavam uma “narrativa original que resgata e insere a América Latina como o continente fundacional do colonialismo, e, portanto, da modernidade” (Ballestrin, 2013, p. 110).

Nesse contexto, iniciaram uma série de encontros para pensar desde a América Latina. Em 1998, ocorreu um encontro apoiado pela CLACSO, que foi realizado na Universidad Central de Venezuela. Nesse evento, reuniram-se pela primeira vez os seguintes teóricos: Edgardo Lander, Arturo Escobar, Walter Mignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano e Fernando Coronil (Ballestrin, 2013). O grupo latino desagregou-se dos estudos subalternos e formaram o Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C). Assim, em 2000, foi lançada uma das publicações mais importantes do grupo denominada *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latino-americanas* (2000), escrita por Aníbal Quijano. Além dessa teoria, o grupo também compartilha das teorias relacionadas à geopolítica do conhecimento (2002), de Walter Mignolo, o Giro decolonial (2007), de Nelson Maldonado-Torres, entre outros teóricos e teóricas. Alguns desses autores/as também trabalham com o conceito de interseccionalidade.⁶

Ocorreram outras reuniões importantes para o grupo, como aquela de 1998, em Binghamton, quando Ramon Grosfoguel e Agustín Lao-Monte reuniram Enrique Dussel, Walter Mignolo, Aníbal Quijano e Immanuel Wallerstein. Nesse evento, os teóricos discutiram acerca da herança colonial na América Latina a partir da análise do sistema-mundo de Wallerstein (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007) e (Ballestrin, 2013, p. 97). Todos esses integrantes já possuíam linhas de pensamento desenvolvidas que, posteriormente, foram incorporadas ao grupo.

Em 1999, ocorreu um simpósio internacional na Pontificia Universidad Javeriana, Colômbia, organizado por Santiago Castro-Gómez e Oscar Guardiola, além de contar com a presença de Mignolo, Lander, Coronil, Quijano, Zulma Palermo e Freya Schiwy. Entre 2000 e

⁶ Embora Maria Lugones seja uma das principais autoras no campo da colonialidade de gênero, outros autores(as) também trabalham com a interseccionalidade de forma centralizada, contribuindo significativamente para o entendimento das múltiplas opressões que atravessam a experiência de grupos marginalizados. Ramón Grosfoguel e Nelson Maldonado-Torres, ao discutirem temas de gênero, raça, classe e colonialidade, utilizam de uma abordagem interseccional em suas obras. Maria Lugones, em seu texto “Colonialidade de gênero” (2020), destaca como as múltiplas dimensões de opressão se entrelaçam nas experiências de mulheres racializadas. Já Grosfoguel (2016) e Maldonado-Torres (2017) exploram a interseccionalidade de maneira fundamental para compreender as múltiplas camadas de opressão que afetam indivíduos e grupos sociais, oferecendo uma visão ampliada da opressão e da subordinação no contexto global. Tais análises estão em sintonia com a epistemologia do sul, que busca pensar as experiências de subordinação a partir de uma perspectiva decolonial interseccional.

2006, ocorreram sete reuniões, nas quais os seguintes nomes estavam presentes: Javier Sanjinés, Catherine Walsh, Nelson Maldonado-Torres, José David Saldívar, Lewis Gordon, Boaventura de Sousa Santos, Margarita Cervantes de Salazar, Libia Grueso e Marcelo Fernández Osco (Castro-Gómez e Grosfoguel, 2007; Mignolo, 2010) (Ballestrin, 2013, p. 98).

Nesse sentido, o grupo defende a ideia de que não existe modernidade sem colonialidade, já que, de acordo com Mignolo (2004, p. 47): “entendo aqui como ‘colonialidade’ tão-somente o lado reverso e inevitável da ‘modernidade’ - seu lado sombrio, como a parte da lua que não enxergamos quando a observamos da terra”. Assim, a colonialidade torna-se um fator essencial para a compreensão da persistência de estruturas de poder estabelecidas no período colonial. Desse modo, uma das teorias defendidas por esse grupo é a colonialidade de poder (Quijano, 2005), a qual é um conceito desenvolvido por Aníbal Quijano no ano de 1989, que afirma que as relações coloniais não findaram após a independência das colônias e, por isso, a colonialidade é um elemento constitutivo do padrão de poder capitalista.

Com a constituição da América, iniciou-se o processo da globalização na América Latina, e para que esse padrão de poder se consolidasse, criou-se um eixo fundamental para esse processo: a classificação da população baseada na ideia de raça. Essa foi uma das formas mais cruéis para a divisão e dominação da população que se encontrava nas américas e também para os povos que foram arrancados de suas terras para servir como mão de obra escrava, como no caso do Brasil. A ideia de raça foi uma construção mental criada pelos colonizadores para dominar os povos ameríndios. Com essa construção, dividiu-se a população em superiores e inferiores. A respeito disso, segundo Quijano (2005):

Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos (Quijano, 2005, p. 117).

O maior diferencial entre os colonizados e os colonizadores foram as estruturas biológicas, que se referem às características físicas entre esses povos. Sabe-se que os indivíduos possuem características diferenciais entre si, e esses aspectos foram utilizados como justificativa para a criação de novas identidades. No processo de globalização, criaram-se identidades como negro, mestiço, branco, europeu, português, tudo isso para dividir a população. Os negros, mestiços e os índios foram postos em uma posição de inferioridade, e o branco, português, se autodenominou como superior nessa hierarquização social. E quando se fala em diferenças baseadas na categoria de raça, não significa apenas afirmar que os grupos

minorizados foram inferiorizados, foi além disso, pois: “essas pessoas passaram a ter seus traços fenotípicos e suas descobertas mentais e culturais marginalizadas” (Quijano, 2005). As características como cor de pele, cabelo e traços físicos foram tidas como “feias, ruins”; sua cultura, conhecimento, religião e outras formas de manifestações culturais foram apagadas em prol da cultura do homem branco.

Portanto, a ideia de raça foi criada para dar legitimidade a essa forma de dominação, e esse processo foi doloroso para os povos dominados, pois eles tiveram suas memórias e tradições apagadas. De acordo com Susana de Castro (2018):

Isso que se hoje chama “Brasil” foi construído em cima do apagamento de memórias de povos originários que aqui habitavam, representantes de etnias e nações diversas, distribuídas de acordo territorialização próprias, que nada tem a ver com as fronteiras atuais do país (Castro, 2018, p. 51).

Esse eixo de origem e caráter colonial (colonialidade de poder) apresentou-se mais duradouro que o colonialismo. No processo de colonização, ocorreu uma codificação das diferenças entre os conquistadores e os conquistados; essa diferença racial colocava os colonizados em uma situação inferior à do colonizador. Dessa forma, os povos conquistados ficaram em uma posição subalternizada e, como consequência disso, seus traços fenotípicos e suas subjetividades também foram inferiorizados. Assim, no que diz respeito à colonialidade global, pode-se afirmar que ela permanece marcada nos níveis pessoal e coletivo da sociedade. As relações de poder provenientes desse sistema colonial estão presentes nas estruturas sociais, econômicas, políticas e criam, desse modo, desigualdades sobre a população marginalizada. Nesse aspecto, Lélia González (1984) afirma:

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por quê? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, ciancio, etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. (...) Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados (González, 1984, p. 225-226).

A permanência da colonialidade naturaliza papéis e estereótipos relacionados às pessoas negras, criando uma construção social que as posiciona em lugares subalternos na sociedade. Nesse contexto, evidencia-se a colonialidade do poder (Quijano, 2005), que se caracteriza como uma matriz de poder que promove a exclusão e marginalização social dos sujeitos

subalternizados. As mulheres negras e os homens negros são caracterizados como figuras degeneradas, explicitando o que Lélia González denomina como *Neurose Cultural* (González, 1988). Assim, as hierarquias impostas pelo colonialismo histórico ainda moldam as relações contemporâneas.

A colonialidade do poder é uma forma de dominação que permanece viva, mesmo com o fim do colonialismo. Isso ocorre visto que nas sociedades pós-colonização portuguesa/espanhola as relações ainda são baseadas em pressupostos do que é superior/inferior, fundamentado na categoria de raça. A colonialidade do poder possui três importantes dimensões: a colonialidade do poder, do saber e do ser. Na primeira, como dito anteriormente, é mencionado que mesmo com o fim do colonialismo, as relações coloniais permanecem presentes em vários âmbitos da sociedade, como na economia, política, relações pessoas etc.

E como desdobramentos da colonialidade do poder, tem-se a colonialidade do saber, que se refere às estruturas do conhecimento que foram impostas no período de colonização, em que a epistemologia do colonizador era a única considerada como a norma e o universal, invalidando os saberes dos povos colonizados. Sobre isso, no pensamento de Quijano (2005), é essencial que se volte o olhar para esses povos para que epistemologias outras sejam consideradas, rompendo com o Eurocentrismo.

E a colonialidade do ser para apontar como as identidades e saberes dos povos subalternizados foram afetados pelo processo colonial, internalizando hierarquias e valores do sujeito imperial (homem branco, europeu, moderno, heterossexual) como única forma de estar no mundo, e colocando o colonizado em um lugar de “Outridade”, que se fundamenta na obliteração das diferenças mediante um discurso universal do humano em relação ao sujeito subalternizado racializado e generificado (Maldonado-Torres, 2018). Assim, todos esses aspectos transformaram-se em justificativas para que esses povos sofressem com a dominação e a violência colonial que, segundo Mignolo (2008, p. 244), “O privilégio epistêmico da modernidade é o que gera e mantém a colonialidade do saber e do ser”. Nesse sentido, pode ser definida também como “a experiência vivida da colonização e seu impacto sobre a linguagem” (Maldonado-Torres, 2007, p. 127).

Acrescenta-se a isso o fato de os colonizados sentirem profundamente as influências dessa forma de poder e quando se fala da mulher branca e da não-branca, têm-se a colonialidade de gênero como uma forma de dominação, até então não considerada como uma das implicações no processo de construção das dicotomias de poder. Nessa perspectiva, a filósofa argentina María Lugones (2014, 2020) acrescenta às colonialidades do poder, do saber e do ser,

a de gênero, a qual se manifesta concretamente nas vidas mulheres de cor⁷ que vivem nas fronteiras. Assim, para essas mulheres conseguirem visibilidade é necessário “sair da lógica categorial dicotômica e exclusivista”, como explica Susana de Castro (2020, p. 148).

A colonialidade de gênero é um conceito apresentado por Lugones como forma de ampliar a noção de colonialidade do poder do sociólogo Aníbal Quijano, e se configura como uma proposta epistemológica decolonial. Para Lugones (2014, 2020), Quijano considerava apenas os gêneros homem/mulher, pois não separava essas duas categorias e, dessa forma, deixava de fora a discussão sobre raça e gênero. A partir disso, ela cria o conceito de sistema moderno/colonial de gênero para pensar a intersecção das categorias raça, gênero e colonialidade.

Segundo a estudiosa, “a interseccionalidade revela o que não conseguimos ver quando duas categorias como gênero e raça são concebidas separadas uma das outra” (Lugones, 2020, p. 74). A interseccionalidade é necessária, porque quando se considera a categoria mulher, seleciona-se a mulher branca, europeia, cristã e heterossexual, desconsiderando, dessa forma, a mulher de cor. E quando se discute a categoria de raça, somente se encaixa o homem heterossexual negro, descartando, dessa maneira, a mulher negra. A mulher racializada somente é considerada quando as categorias de raça e gênero são analisadas separadamente. Sob a perspectiva discutida:

Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão. [...] ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares (González, 2020, p. 58).

Ao analisarmos a situação da mulher negra na sociedade brasileira, torna-se evidente que ela é subjugada pela colonialidade de gênero e de poder. A mulher negra não é apenas vítima do racismo, mas também do sexismo e classismo que operam de forma interligada. Assim, ao considerar a colonialidade de gênero como dispositivo essencial para a compreensão das opressões que a mulher negra enfrenta, observa-se que há uma hierarquia estruturante que a relega a base da escala social. À vista disso, de acordo com Lugones (2020, p. 54):

⁷ Segundo Lugones (2014), *mulher de cor* é uma forma de identificar a intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade de mulheres não-brancas, as quais são vítimas da colonialidade do poder, indissociadamente ligada à colonialidade do gênero.

O olhar de Quijano pressupõe uma compreensão patriarcal e heterossexual das disputas pelo controle do sexo, seus recursos e produtos. Ele aceita o entendimento capitalista, eurocêntrico e global sobre o gênero.

Desse modo, o capitalismo eurocêntrico colonial/moderno impõe normas e papéis aos povos colonizados, formas de organização que antes não existiam. Nesse sentido, é imposto aos povos nativos o gênero binário que atribui poder aos homens e faz com que as mulheres sejam inferiorizadas. Logo, ela afirma que as relações de gênero funcionam a partir de um: “processo binário, dicotômico e hierárquico” (Lugones, 2020, p. 58) e cada categoria possui um representante.

Devido à maneira como as categorias são construídas, a intersecção interpreta erroneamente as mulheres de cor. Na intersecção entre “mulher” e “negro” há uma ausência na qual deveria estar a mulher negra, precisamente porque nem “mulher” e nem “negro” a incluem (Lugones, 2020, p. 58).

Posto isto, o termo “mulher” possui um sentido racista: “já que a lógica categorial historicamente seleciona somente o grupo dominante - as mulheres burguesas brancas heterossexuais [...]” (Lugones, 2020, p. 58-59). À vista disso, a teórica propõe uma reconceitualização da lógica da intersecção, evitando as separações das categorias gênero, raça, classe e sexualidade. Desse modo, observando as brutalizações que as mulheres de cor sofrem.

Ela ainda defende que, para que a consolidação do capitalismo eurocêntrico global ocorresse, as fêmeas racializadas foram: “transformadas de animais a diferentes versões de mulher” (Lugones, 2020, p. 72). Nesse sentido, como somente as mulheres brancas foram aceitas como mulheres, as demais, que não se encaixavam no padrão ideal de mulher no sistema colonial, foram desumanizadas. Sobre isso, Beatriz Nascimento (2020, p. 49-50) afirma: “Devido ao caráter patriarcal e paternalista, atribui-se à mulher branca o papel de esposa e mãe, com a vida dedicada ao seu marido e filhos”. No contexto patriarcal, a mulher branca é confinada aos papéis de mãe e esposa. Nesse contexto, ela é amada, respeitada e idealizada (Nascimento, 2020, p. 49-50) e: “contrariamente à mulher branca, sua correspondente no outro polo, a mulher negra é considerada uma mulher essencialmente produtora, papel semelhante ao do homem negro, isto é, desempenha um papel ativo” (Nascimento, 2020, p. 49-50). A dualidade existente entre a mulher branca e a mulher negra refletem a lógica da subordinação promovidas pela colonialidade de poder e de gênero.

Além disso, estereótipos foram criados, reforçando a ideia de que as mulheres negras eram fortes e que aguentavam qualquer tipo de trabalho, o que fez com que elas exercessem as

mesmas atividades que os homens no campo, destituindo-as de qualquer traço de feminilidade, diferente das mulheres brancas que foram consideradas como frágeis, tanto fisicamente quanto intelectualmente. Em face do delineado anterior, Ângela Davis (2016, p. 25-26) afirma, “A exaltação ideológica da maternidade – tão popular durante o século XIX – não se estendia às escravas”. Para os senhores de escravos, as mulheres negras não eram mães como as mulheres brancas: “eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escravo. Elas eram ‘reprodutoras’ – animais, cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de multiplicar” (Davis, 2016, p. 25-26).

Lugones cita que existe um lado iluminado/visível e um lado obscuro/oculto (Lugones, 2020, p. 62) do sistema de gênero. O lado iluminado/visível refere-se às relações de gênero entre os homens e mulheres brancos e burgueses; enquanto o lado obscuro/oculto está relacionado aos indivíduos que não são entendidos nos termos dimórficos, ou seja, aquelas pessoas que não se identificam com os gêneros binários, ou seja, eram retiradas da participação na sociedade. Assim: “o dimorfismo sexual serviu, e serve, à exploração/dominação capitalista global eurocêntrica” (Lugones, 2020, p. 62). Referente ao feminismo hegemônico, Lugones afirma que ele igualou as mulheres brancas e não brancas, como se as lutas entre elas fossem as mesmas. No contexto da reflexão proposta, ela acrescenta:

Mas é evidente que as mulheres burguesas brancas, em todas as épocas da história, inclusive a contemporânea, sempre souberam orientar-se lucidamente em uma organização da vida que as colocou em posições muito diferentes daquelas das mulheres trabalhadoras ou de cor (Lugones, 2020, p. 73).

O feminismo hegemônico segue o sistema moderno/colonial de gênero, pois apresenta a imagem de uma mulher frágil, delicada e atrelada ao lar, a qual sofre a única opressão por ser mulher; porém, as mulheres de cor sofrem por serem mulheres, negras e pobres, ou melhor, a realidade que a mulher negra sofre é totalmente diferente da mulher branca. Nesse contexto, a teórica propõe o feminismo decolonial como: “elemento estruturante da colonialidade, como categoria criada pelo vocabulário colonial e que não faz propriamente parte das dinâmicas pré-coloniais” (Lugones, 2020, p. 16). Em vista disso, as lutas e opressões das mulheres não-brancas são visibilizadas.

A colonialidade de gênero diz respeito à relação de poder entre o colonizador e a mulher colonizada. Nesse sentido, pode-se afirmar que as relações de gênero se moldam influenciadas pelo colonialismo e pelo racismo e, recorrendo ao estudo de Quijano (2005), pode-se afirmar que, a partir do colonialismo, criou-se hierarquia de gênero, na qual os homens colonizadores

foram beneficiados por uma hierarquia que os privilegiou; enquanto desvalorizou e inferiorizou as mulheres colonizadas. Ademais, os povos colonizados que não se enquadravam ao modelo de comportamento “natural” eram considerados “homens” e “mulheres” deficientes (Castro, 2018).

Por conseguinte, criou-se uma ideologia que naturalizava a mulher negra como um “objeto, coisa” que poderia ser facilmente usada e descartada, demonstrando a animalização⁸ e objetificação de seus corpos, já que, conforme Sueli Carneiro (2019, p. 153), a mulher negra era vista como, “exótica, sensual, provocativa”. Para mais, elas recebiam estereótipos que as sexualizavam, masculinizavam e as deixavam à mercê da brutalidade dos homens brancos e dos homens negros. Desse modo, a sociedade racista e moralista destilava ódios e violências a elas por acreditarem que eram pecadoras e pagãs sexuais. Como destaca Lélia González (1984) até o cheiro das roupas das mulheres negras era sexualizado pelos homens, o qual era chamado de “caatinga de crioula”:

Quando chegava na hora do casamento com a pura, frágil e inocente virgem branca, na hora da tal noite de núpcias, a rapaziada simplesmente brochava. Já imaginaram o vexame? E onde é que estava o remédio providencial que permitia a consumação das bodas? Bastava o nubente cheirar uma roupa de crioula que tivesse sido usada, para “logo apresentar os documentos”. E a gente ficou pensando nessa prática, tão comum nos intramuros da casa grande, da utilização desse santo remédio chamado catinga de crioula (depois deslocado para o cheiro de corpo ou simplesmente cc). E fica fácil entender quando xingam a gente de negra suja, né? (González, 1984, p. 234).

Assim, as mulheres negras passaram a ser vistas como sexualmente disponíveis, comparadas a prostitutas que levavam os brancos à perdição, e isso foi possível por meio de estereótipos negativos em relação a seus corpos. Dessa forma, o período colonial foi marcado por privilegiar os homens brancos em detrimento da subalternização das mulheres colonizadas, o que lhes permitia abusos e violações constantes, utilizando-se da violência como ferramenta de poder para subjugar as mulheres de cor.

Uma forma de violência bastante utilizada era o estupro, algo comum no período colonial, pois mulheres e crianças eram estupradas pelos colonos e soldados: “O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras” (Davis, 2016, p. 20). Além do mais, muitas mulheres foram forçadas à escravidão, tornando-se prostitutas e concubinas e

⁸ Neste trabalho dissertativo, utilizamos o termo animalização proposto Grada Kilomba em seu livro *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* (2019): “Animalização: o sujeito negro torna-se a personificação do animal – a/o selvagem, a/o primata, a/o macaco, a figura do ‘King Kong’ –, outra forma de humanidade” (p. 79).

outras eram forçadas a casar-se com os colonizadores e homens locais que colaboravam com os próprios colonizadores.

Para mais, as sociedades, antes da colonização, não eram divididas mediante diferenças de gênero, pois foi com a colonização que as diferenças sexuais foram impostas, resultando na subordinação das fêmeas em todas as instâncias da vida social. A respeito disso, cabe ressaltar que, nas sociedades ameríndias e africanas, não havia um sistema no qual as mulheres eram inferiorizadas, foi a partir do capitalismo eurocêntrico global que as diferenças de gênero foram introduzidas. De acordo com estudos de Lugones (2020, p. 17):

[...] o opressivo sistema de gênero imposto à sociedade iorubá fez bem mais que transformar a organização da reprodução. Seu argumento nos mostra que o alcance do sistema de gênero imposto por meio do colonialismo inclui a subordinação das fêmeas em todos os aspectos da vida. Conseguimos perceber, assim, como a análise de Quijano acerca do alcance do gênero no capitalismo global eurocêntrico é bem mais limitada do que parece, à primeira vista.

Antes da diferenciação sexual, as comunidades tribais eram matriarcais e entendiam o gênero em termos igualitários. No entanto, o capitalismo eurocêntrico impôs essa forma de organização que privilegia os homens em detrimento das mulheres. Portanto, para entender como ocorre a violência perpetrada contra a mulher negra na atual sociedade capitalista e racista, é necessário retomar o sistema colonial de gênero de María Lugones. Assim, é possível afirmar que as categorias “mulher” e “raça” não podem ser consideradas separadas, pois as mulheres de cor sofrem por serem mulheres e por serem negras. Ademais, as mulheres colonizadas enfrentam uma forma interseccional de opressão, pois são violentadas pelo sistema patriarcal e colonial. Lugones (2020, p. 12) afirma:

Enquanto feministas de cor, temos feito um esforço conceitual na direção de uma análise que enfatiza a intersecção das categorias raça e gênero, porque as categorias invisibilizam aquelas que são dominadas e vitimizadas sob a rubrica das categorias “mulher” e as categorias raciais “negra”, “hispanica”, “asiática”, “nativo-americana”, “chicana”; as categorias invisibilizam as mulheres de cor.

De acordo com Lugones (2011, p. 939), “no sistema de poder capitalista global”, a colonialidade de gênero “permanece na intersecção de gênero/classe/raça [...]”. Isto é, as categorias devem ser consideradas entrelaçadas para que possam ser compreendidas e analisadas as opressões vivenciadas pelas mulheres de cor. Nesse sentido, é possível observar que as mulheres negras enfrentam diariamente o patriarcado e o sistema colonial e, conseqüentemente, estão à mercê de explorações econômicas e trabalhistas, violências sexuais

e físicas por parte de seus companheiros e demais homens. A dupla opressão enfrentada pelas mulheres negras tem consequências para suas vidas, porque elas têm mais chances de viverem na pobreza, não têm acesso à educação e à saúde, têm mais possibilidades de serem marginalizadas e excluídas da sociedade. À vista disso, pode-se afirmar que a violência contra as mulheres não se findou com o colonialismo; pelo contrário, continua a ser sentida em muitas sociedades pós-coloniais, principalmente na sociedade brasileira.

Inicialmente, é possível traçar uma discussão acerca da interseccionalidade de gênero, raça e classe. Sobre isso, de acordo com Carla Akotirene (2018):

A interseccionalidade nos mostra mulheres negras posicionadas em avenidas longe da cisgeneridade branca heteropatriarcal. São mulheres de cor, lésbicas, terceiro-mundistas, interceptadas pelos trânsitos das diferenciações, sempre dispostos a excluir identidades e subjetividades complexificadas, desde a colonização até a colonialidade, conforme pensam Maria Lugones e Avtar Brah (Akotirene, 2018, p. 30).

A partir da interseccionalidade, é possível compreender que as categorias de raça, classe e gênero estão presentes na vida das mulheres negras, e essas categorias não podem ser separadas, pois são vivenciadas simultaneamente. As mulheres de cor sofrem no sistema-mundo patriarcal/ capitalista/ colonial /moderno (Grosfoguel, 2008) por serem negras, mulheres e pobres.

1.1 Desigualdade estrutural: o capitalismo e o racismo na Era da Colonialidade

Com a constituição da América, as formas de controle de trabalho articularam-se em torno da escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário (Quijano, 2005, p. 118). As novas identidades criadas receberam lugares específicos na nova estrutura global e o sistema-mundo capitalista tinha como objetivo apropriar-se dos recursos naturais presentes na América para a obtenção de lucros. E essa dominação só foi possível devido ao controle dos povos ameríndios e dos povos vindos de África, já que o homem branco europeu, que chegou à América, trouxe consigo hierarquias de dominação, as quais marcam a sociedade brasileira até o momento. A respeito disso, Grosfoguel (2008) explica que o colonizador organizou a América da seguinte forma:

1) uma específica formação de classes de âmbito global, em que diversas formas de trabalho (escravatura, semi-servidão feudal, trabalho assalariado, pequena produção de mercadorias) irão coexistir e ser organizadas pelo capital enquanto fonte de produção de mais-valias através da venda de mercadorias no mercado mundial com vista ao lucro;

- 2) uma divisão internacional do trabalho em centro e periferia, em que o capital organizava o trabalho na periferia de acordo com formas autoritárias e coercivas (Wallerstein, 1974);
- 3) um sistema interestatal de organizações político-militares controladas por homens europeus e institucionalizadas em administrações coloniais (Wallerstein, 1979);
- 4) uma hierarquia étnico-racial global que privilegia os povos europeus relativamente aos não-europeus (Quijano, 1993, 2000);
- 5) uma hierarquia global que privilegia os homens relativamente às mulheres e o patriarcado europeu relativamente a outros tipos de relação entre os sexos (Spivak, 1988; Enloe, 1990) (Grosfoguel, 2008, p. 122-123).

Nesse trecho, verifica-se que o mundo passou a ser dividido em centro e periferia na constituição da modernidade, onde os europeus passaram a ocupar cargos de poder, enquanto os povos subalternizados ocuparam cargos sem remuneração. Ou seja, o colonizador heterossexual/ branco/ patriarcal/ cristão/ militar/ capitalista/ europeu (Grosfoguel, 2008) passou a dominar todos os âmbitos da vida em sociedade.

Nesse aspecto, criou-se uma hierarquia global que privilegiou o homem em detrimento da mulher e, nesse caso, estabeleceram-se papéis específicos, nos quais as mulheres se encontravam/encontram abaixo na hierarquia de poder e destinadas às condições de subalternidade. De forma mais específica, dentro desse cenário, é importante comentar o papel da mulher negra no sistema capitalista que, conforme Heleieth Saffioti (1978, p. 45): “Com efeito, cabia à escrava, além de uma função no sistema produtivo de bens e serviços, um papel sexual, via de uma maior reificação e, simultaneamente, linha condutora do desvendamento do verdadeiro fundamento da sociedade de castas”.

Assim, inicialmente, cabia à mulher negra o papel de ser objeto sexual do senhor branco e, com a abolição da escravatura, a mulher negra tentou se inserir no mercado de trabalho, porém, certos cargos exigiam níveis de escolaridade que ela não possuía. Além disso, alguns postos exigiam “boa aparência”, a qual era o padrão da mulher branca, o que distanciava a mulher negra dos serviços não braçais.

Nesse sentido, o racismo tornou-se marca da sociedade brasileira como resquícios do período colonial, quando situaram a mulher negra em uma posição subalternizada que, segundo Beatriz Nascimento (2020, p. 35), “considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa”. Desse modo, a falta de oportunidades fez com que a mulher negra voltasse ao espaço de prestações de serviços domésticos, assim ela passou a ter dependência das famílias ricas. Desse modo, a mulher negra passou a ter duas funções:

O processo de exclusão da mulher negra é patenteado, em termos de sociedade brasileira, pelos dois papéis sociais que lhe são atribuídos: “domésticas” ou “mulatas”. O termo “doméstica” abrange uma série de atividades que marcam seu “lugar natural”: empregada doméstica, merendeira na rede escolar, servente nos supermercados, na rede hospitalar etc. Já o termo “mulata” implica a forma mais sofisticada de reificação: ela é nomeada “produto de exportação”, ou seja, objeto a ser consumido pelos turistas e pelos burgueses nacionais. Temos aqui a enganosa oferta de um pseudomercado de trabalho que funciona como um funil e que, em última instância, determina um alto grau de alienação. Esse tipo de exploração sexual da mulher negra se articula a todo um processo de distorção, folclorização e comercialização da cultura negra brasileira (González, 2021, p. 36).

Posto isto, a marginalização que as mulheres negras enfrentam na sociedade de classes se dá a partir do lugar em que estão situadas, o que determina o duplo fenômeno do racismo e sexismo (González, 1984). Esse processo é compreendido dentro da perspectiva decolonial como a interligação de estruturas de poder, que perpetuam a opressão das mulheres negras e periféricas. Primeiramente, o racismo apresenta-se como um fenômeno estrutural e sistêmico, que decorre da construção de um “outro” racializado, esse tema é naturalizado a partir da ideia da “democracia racial”. Sobre isso, González (1984) comenta: “Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus”.

Essa é a ideia comum sobre o racismo no Brasil, que busca apagar as diferenças e afirmar que todos são iguais. No entanto, ao analisarmos a posição da mulher negra na sociedade, percebe-se que elas enfrentam um processo de racialização contínuo, resultando em múltiplas opressões. O mercado de trabalho, as formas de violência de gênero e a inexistência das mulheres negras nos espaços de poder e decisão refletem como as colonialidades do ser e do saber continuam a operar. Sobre isso, González (1984) afirma que o racismo no Brasil não se limita ao preconceito individual, mas é uma estrutura de poder que se expressa nas práticas sociais, culturais, políticas e econômicas. Desse modo, pode-se afirmar que o racismo está estruturado dentro da sociedade brasileira, reproduzindo as desigualdades herdadas da colonização.

Dessa forma, a mulher negra, mesmo após o fim do colonialismo, não se libertou de estereótipos que a inferiorizam na sociedade, porque quando não é a doméstica, é a mulata hipersexualizada, imoral. Ademais, a mulher negra passou a ser a reprodutora de novos escravos e comparada ao homem, ela realizava trabalhos braçais considerados masculinos. E, por ser considerada “forte”, a mulher negra é submetida a diferentes violências, sobretudo a sexual, uma vez que há: “uma relação direta entre a colonização e a cultura do estupro” (Ribeiro, 2020, p. 117), uma vez que eram: “vistas como lascivas, ‘fáceis’, as que não merecem ser tratadas

com respeito” (Ribeiro, 2020, p. 117).

No que se refere à sociedade moderna, com a expansão industrial, notou-se que a mulher negra não recebeu novos papéis sociais, levando-se em consideração que a categoria raça ainda funciona como um instrumento de diferenciação dos indivíduos e as pessoas negras foram relegadas a lugares subalternizados. De acordo com Nascimento (2020):

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, a grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas e que permaneça como trabalhadora nas áreas rurais (Nascimento, 2021, p. 48).

As opressões vivenciadas pelas mulheres negras, como a violência de gênero e a colonialidade de classe fazem com que essas mulheres sofram com o racismo no mercado de trabalho e, assim, estejam propensas a sofrer discriminações e a ficarem à mercê das desigualdades sociais produzidas pelo capitalismo industrial. Nesse sentido, pensando no feminismo eurocêntrico e na sua: “origem europeia e iluminista” (Castro, 2020, p. 214) pode-se observar como as mulheres negras não se encaixam nesse movimento, visto que além do patriarcado, elas enfrentam também a dominação racista, classista e sexista. Sobre o lugar de fala da mulher negra, Raisa Ribeiro (2019, p. 38-39) cita:

A maior parte da literatura sobre o racismo falhou em abordar a posição específica das mulheres *negras* e as formas pelas quais questões de gênero e sexualidade se relacionam a questões de “raça”. O racismo condicionou as vidas de pessoas *negras* de tal forma que a “raça”, muitas vezes, é considerada o único aspecto relevante de nossas vidas e a opressão de gênero torna-se insignificante à luz da realidade mais dura e atroz do racismo. A construção do sujeito negro como “masculino” é problemática porque invisibiliza experiências de mulheres e pessoas LGBTQIA+ *negras* (Quilomba, 2020, p. 96, *grifo da autora*)

No entanto, a literatura feminista ocidental também falhou em reconhecer que o gênero afeta as mulheres de outros grupos racializados de formas diferentes das que atingem mulheres brancas, tornando as mulheres negras invisíveis (Quilomba, 2020, p. 97, *grifo da autora*).

As mulheres negras não são brancas e nem são homens, o que as coloca em um lugar de extrema inferioridade na sociedade, isto é, estão presas à condição do outro, diferente dos homens negros e das mulheres brancas que podem posicionar-se como sujeitos, pois eles são representantes da categoria mulher e negro. A mulher negra não se encaixa na categoria mulher, pois: “A categoria ‘mulher’, possui como modelo exemplar que lhe dá base de sustentação,

ainda que não explicitamente, a mulher branca, europeia, burguesa e heterossexual [...]” e na categoria negro “pressupõe o homem negro heterossexual” (Castro, 2018, p. 51). Logo, a mulher negra inexistente nesse contexto.

De outro lado, o sistema europeu possui um modelo ideal de mulher moldado pela visão patriarcal, que a define como: “a mulher branca, europeia, burguesa e heterossexual” (Lugones, 2020), posicionando-a como casta, silenciosa e submissa, restringida à manutenção da ordem social. Esse modelo, ligado à ordem cristã e às estruturas coloniais, exige que a mulher seja símbolo de pureza e castidade, assim, o conceito de “mulher virgem” e “mãe” se tornou a norma e, qualquer desvio dessa figura, passou a ser visto como uma ameaça à ordem vigente.

No campo do trabalho, a mulher branca conseguiu empregos que exigiam escolaridade e, por isso, não estavam destinadas a trabalhos braçais, os quais eram dominados pelas mulheres negras: primeiro, por não terem escolaridade; e, segundo, eram afastadas do comércio por causa de sua aparência que fugia ao que era considerado padrão de beleza a partir das características físicas das mulheres brancas, pois: “numa sociedade como a nossa, em que a dinâmica do sistema econômico estabelece espaços na hierarquia de classes, existem alguns mecanismos para selecionar as pessoas que iam preencher esses espaços” (Nascimento, 2020, p. 57).

Em virtude disso, o modo de escolha para a ocupação de lugares sociais funciona por meio da categoria raça, em que as: “pessoas negras sejam relegadas aos lugares mais baixos da hierarquia, através da discriminação” (Nascimento, 2020, p. 57). Assim, nota-se que essa realidade não é apenas uma herança do passado escravocrata, mas, nesse contexto, também está o patriarcado na: “lógica determinante da opressão específica da escrava” (Giacomini, 1988, p. 66). Em outras palavras, a mulher negra enfrenta o sistema patriarcal atrelado a várias opressões que a marginalizam, como explica Patrícia Hill Collins (2021) ao citar a questão da interseccionalidade:

[...] As diferenças de renda que acompanham as práticas de contratação, segurança no trabalho, benefícios relativos a aposentadoria, benefícios relativos a saúde e escalas salariais no mercado de trabalho não incidem da mesma maneira sobre os grupos sociais. Pessoas negras, mulheres, jovens, residentes de zonas rurais, pessoas sem documentos e pessoas com capacidades diferentes enfrentam barreiras para ter acesso a empregos seguros, bem- remunerados e com benefícios (Collins, 2021, p. 35).

Ainda sobre a realidade da mulher negra, Lélia González (2021) coloca em pauta as “possibilidades” de sobrevivência diante da sociedade de classe, racista e sexista:

[...] lutar pela sobrevivência significa, para tais famílias, apelar para todas as formas possíveis no sentido de conseguir alimento e permanecer em seu estado de fome congênita. Significa não poder deixar suas crianças irem à escola porque, também elas, têm que ajudar nessa luta pela sobrevivência. Que se pense, aqui, nos casos de exploração do trabalho infantil em nosso país, tanto no campo quanto na cidade (em termos urbanos, por exemplo, que se pense nos pequenos vendedores, engraxates, lavadores de carro etc.). Certamente o futuro que aguarda aqueles que sobrevivem será, para os jovens negros, a revolta diante da falta de oportunidades que uma sociedade racista procura reforçar segundo os mais variados estereótipos (“negro é burro, incapaz intelectualmente, preguiçoso, irresponsável, cachaceiro” etc. etc.). Para as jovens negras, o trabalho doméstico nas casas de família da classe média e da burguesia, ou então a prostituição aberta e a mais sofisticada dos dias atuais: a profissão de mulata (2021, p. 41).

Pensando sobre a exploração do trabalho infantil no Brasil, nota-se que muitas meninas e adolescentes não tem oportunidades de emprego e integração na sociedade, e isso é resultado da supremacia patriarcal da força de trabalho que se interessa pelo acúmulo de capital, no qual o mais forte explora o mais fraco. Esses jovens não frequentam a escola, porque precisam ajudar os pais com a economia da casa e, desse modo, não conseguem nenhum tipo de profissionalização. Estereótipos são atribuídos a esses jovens como forma de justificar a permanência deles nas ruas e nas casas de família.

As famílias mais abastadas, geralmente constituídas por pessoas brancas, detêm maior renda e privilégios, enquanto as famílias pobres, que são a grande maioria, tentam sobreviver a todo custo. Crianças que não têm acesso à educação e que muito cedo vão trabalhar para ajudar no sustento da família, principalmente meninas negras, que têm como a principal saída trabalhar nas casas de família. Sobre isso:

[...] situação de meninas que uma família “pega para criar” ou são “adotadas” pelos empregadores, ainda crianças ou adolescentes, e mantidas prestando serviços sem qualquer remuneração ou direito até a vida adulta ou velhice, em circunstâncias de vulnerabilidade financeira e psicológica que impedem o rompimento do ciclo de exploração (Brasil, 2021, *apud* Moitinho, 2022, p. 12).

Muitas meninas são obrigadas a trabalhar em lares domésticos sem receber nenhuma remuneração, sofrendo violências físicas e mentais. Essas situações ocorrem devido às diferenças sociais impostas a esses grupos minoritários, que são colocados em posições de subalternidade na sociedade brasileira. Segundo González (1984):

Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí, ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas (González, 1984, p. 230).

De acordo com Nascimento (2020):

A partir de 1930, com a decadência das áreas rurais e a consequente ascensão das áreas urbanas, o processo de vida levado a efeito nestas últimas obriga que o poder econômico do homem, enquanto chefe de família, decai um pouco. Para manter o nível estável da renda familiar e empreender a sobrevivência, filhos e mulheres são obrigados a ingressar no mercado de trabalho. Por outro lado, um dado exógeno concorre para que esses grupos alijados anteriormente da hierarquia ocupacional se engajem no processo: a necessidade de mão de obra para a indústria e outros serviços recentes concorrem para esse fenômeno. As populações de nível de renda mais baixo são as principais recrutadas. Desse modo, a mulher branca passa a fazer parte da força de trabalho (Nascimento, 2020, p. 49-50).

Muitas crianças e adolescentes vivem em lares sem receber nenhuma remuneração, vivendo em completa situação de escravidão. Isso é um resquício do colonialismo que ainda faz com que esses grupos sociais ainda sofram com a colonialidade do poder que se faz presente nas mais variadas esferas da sociedade capitalista. A esse respeito, Jéssica Nunes (2022) afirma que:

O que resultou da sociedade pós abolição foi um alto número de indivíduos discriminados, sem acesso à escolarização, instrução ou qualquer outra forma de capacitação e sem chances de conseguir oportunidades em postos de trabalhos que não fossem aqueles já ocupados por eles. Assim, houve uma re-escravização ilegal, pois em troca de insumos básicos de subsistência as pessoas que foram escravizadas permaneceram servindo seus antigos senhores, sendo que as mulheres continuaram condicionadas aos trabalhos domésticos (Nunes, 2022, p. 17).

Após a abolição da escravatura, a integração dos ex-escravizados no mercado de trabalho tornou-se difícil e, por consequência, eles ficaram sem acesso a empregos, à escola e permaneceram nos mesmos locais de trabalho da época da escravidão em troca de casa e comida, e as mulheres negras permaneceram em seus cargos de domésticas. Esse fenômeno é chamado de re-escravização (Nunes, 2022), o qual afetou profundamente as mulheres negras, fazendo com que permanecessem em condições de servidão, pois: “se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, isso se deve tanto ao fato de ela ser mulher de raça negra quanto a terem sido escravos seus antepassados” (Nascimento, 2020, p. 58). À vista disso, o racismo e o sexismo moldaram/moldam a realidade da mulher negra brasileira que permanece em maior caso submetida a empregos braçais e, muitas vezes, sob condições abusivas e desumanas.

1.2 Organização patriarcal e os papéis sociais de gênero

Segundo Lugones (2020), o sexismo foi uma parte integral da estrutura social e política. Os colonizadores brancos trouxeram essa forma de dominação de suas terras e isso teve um impacto grave no destino das mulheres escravizadas. O patriarcado é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens (Saffioti, 2015) e dá poder para que eles dominem e tenham acesso aos corpos femininos. Sobre isso, Gerda Lerner (2019) ressalta que:

Patriarcado, em sua definição mais ampla, significa a manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral. A definição sugere que homens têm o poder em todas as instituições importantes da sociedade e que mulheres são privadas de acesso a esse poder (2019, p. 322).

De acordo com Grosfoguel (2008, p. 122), “às Américas chegou o homem heterossexual/branco/patriarcal/cristão/militar/capitalista/europeu, com as suas várias hierarquias globais enredadas e coexistentes no espaço e no tempo”. Nesse sentido, desde o período colonial, a figura predominante foi a masculina, a qual trouxe consigo hierarquias que dividiram e inferiorizaram sujeitos e, entre eles, estão as mulheres. De acordo com Lerner (2019), na sociedade construída historicamente a partir de diferenças de gênero, os homens, detentores de poder, possuem total controle sobre todas as mulheres, e essas não participam ativamente da vida social, pois são privadas de poder.

Na concepção de superioridade masculina, o patriarcado sustenta essa estrutura hierárquica com o suporte de instituições como a família, a religião, a escola e as leis. Em todas essas instâncias, é ensinado que as mulheres são frágeis, não possuem conhecimento e que são inferiores aos homens. Nesse sistema, acredita-se que as mulheres devem exercer atividades domésticas, cuidar do lar e dos filhos como explica Lerner (2019):

[...] o sistema patriarcal só funciona com a cooperação das mulheres, adquirida por intermédio da doutrinação, privação da educação, da negação das mulheres sobre sua história, da divisão das mulheres entre respeitáveis e não respeitáveis, da coerção, da discriminação no acesso a recursos econômicos e poder político, e da recompensa de privilégios de classe dada às mulheres que se conformam. As mulheres participam no processo de sua subordinação porque internalizam a ideia de sua inferioridade (Lerner, 2019, p. 17).

As mulheres, dentro do sistema patriarcal, acreditam que são realmente inferiores aos homens, que devem permanecer dentro dos lares, cuidando dos filhos e que não devem participar da vida política. Desse modo, o patriarcado persiste, porque muitas mulheres se

conformam com as suas realidades, acreditando que sua sobrevivência e dos filhos está interligada a uma imagem protetora relacionada à figura masculina. Para elas, foi dado um papel de subalternidade e silenciamento, cuja relação está estruturada no poder do homem e na submissão da mulher.

Ademais, o patriarcado permite que os homens tenham poder sobre todas as mulheres, visto que, segundo a lógica patriarcal, elas são frágeis, sem poder e subalternas, e que devem permanecer dentro dos lares. Os homens podem usar da força e da violência para disciplinar as mulheres, e uma das armas utilizadas para discipliná-las é a violência de gênero. Para Saffioti (2015), a violência de gênero não ocorre aleatoriamente, mas deriva de uma organização social de gênero que privilegia o masculino.

As relações de gênero foram criadas baseadas na inferioridade feminina e na autoridade do homem e, diante disso, os homens acreditam que possuem total domínio sobre as mulheres pelo fato de se sentirem superiores. A violência de gênero, cometida contra as mulheres, pode comprometer sua integridade física, psíquica, sexual ou moral (Saffioti, 2015). Ou seja, elas são vítimas de um sistema que busca dominá-las e inferioriza-las, deixando marcas físicas e psicológicas. Como explica Guacira Louro (1997):

Relacionada, a princípio, às distinções biológicas, a diferença entre os gêneros serviu para explicar e justificar as mais variadas distinções entre mulheres e homens. Teorias foram construídas e utilizadas para “provar” distinções físicas, psíquicas, comportamentais; para indicar diferentes habilidades sociais, talentos ou aptidões; para justificar os lugares sociais, as possibilidades e os destinos “próprios” de cada gênero (Louro, 1997, p. 45).

Nesse sentido, nas diferenças concebidas entre os gêneros instauram-se relações de poder, na verdade, eram as desigualdades. As teorias, nesse contexto, funcionavam como forma de legitimar essas diferenças. Lugones (2020) afirma que o patriarcado eurocêntrico impôs um sistema binário de gênero, no qual não havia em muitas comunidades antes da colonização. Por conseguinte, a categoria mulher traz à tona questões como marginalização, inferioridade e estigmatização.

Na lógica colonial de gênero, existem papéis a serem cumpridos pelos homens e pelas mulheres e, a respeito disso, Saffioti (2015, p. 112) afirma que, “as mulheres são objetos de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras”. Nesse sentido, essas crenças promovem a hierarquia de gênero, favorecendo os homens. E quando se discute sobre a mulher negra, nota-se que ela tende a sofrer mais violações e violências por não se encaixar no padrão ideal de mulher imposto pela colonização como

aponta Lerner (2019, p. 124):

[...] mulheres, sob o controle do patriarcado, não dispõem de si nem decidem por si mesmas. Seus corpos e serviços sexuais estão à disposição de seu grupo de parentes, maridos, pais. As mulheres não têm custódia nem poder sobre seus filhos. Mulheres não têm “honra”.

Como pode ser observado na citação acima, quando as mulheres estão à mercê do patriarcado, elas têm suas vidas e seus corpos controlados pelas figuras de autoridade, que são os homens. Essa forma de dominação fez com que as mulheres ficassem ligadas ao lar e à criação dos filhos, não possuindo os mesmos direitos. Por serem consideradas inferiores fisicamente e intelectualmente, muitas vezes eram agredidas e até mortas por seus companheiros. Nesse sentido, Louro (1997) afirma:

O argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível. Seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem “científica”, a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender- e *justificar*- a desigualdade social (Louro, 1997, p. 21, *grifo da autora*).

A violência de gênero não ocorre de maneira aleatória, mas está enraizada em um sistema social que busca manter a dominação masculina sobre as mulheres. Essa estrutura de opressão se fundamenta na construção histórica das relações de gênero, que, como explica Louro (1997), foram organizadas para justificar a desigualdade entre homens e mulheres. As diferenças de gênero, portanto, não são biológicas, mas sim um produto social que sustenta a hierarquia patriarcal e reforça a ideia de superioridade masculina. Segundo Luiza Rago (1985):

[...] a construção de um modelo de mulher simbolizado pela mãe devotada e inteira sacrifício; implicou sua completa desvalorização profissional, política e intelectual. Esta desvalorização é imensa porque parte do pressuposto de que a mulher em si não é nada, de que deve esquecer-se deliberadamente de si mesma e realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido(...) (Rago, 1985, p. 65).

Como afirma Rago (1985), a mulher acaba se desvalorizando, como se ela possuísse valor apenas quando cumprisse o papel de mãe e esposa. Tudo isso são discursos colonizadores que buscam a submissão da figura feminina. Além disso, foi criado um ideal de maternidade para com as mulheres na família patriarcal, uma construção histórica e social que cria comportamentos que as mulheres devem seguir. Mulheres, sob o controle do patriarcado,

sofrem inúmeras consequências, como afirma Saffioti (2015):

A dominação-exploração constitui um único fenômeno, apresentando duas faces. Desta sorte, a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e políticos-deliberativo, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva (Saffioti, 2015, p. 113).

É importante afirmar que o casamento funciona como uma forma de adestramento da identidade e do corpo feminino. O Estado moderno e a Igreja almejavam transformar as relações matrimoniais o mais próximas do ideal que a sociedade ordenava. O importante para essas instituições era a divisão sexual de papéis e, para isso, a diferenciação entre ambos os sexos era necessária. Nesse viés, a mulher passou por um processo doloroso de adestramento social. Nesse sentido, como afirma Saffioti (2015), a mulher, quando dentro do casamento, tende a ter sua vida totalmente controlada, quando está trabalhando, tende a receber menos do que os homens; quando estão em poder de seus maridos, tem os seus corpos controlados, pois seus parceiros controlam a quantidade de filhos que desejam e se querem ter filhos, em que a vontade feminina é invalidada. Assim, percebe-se que mulher encontra diversos desafios fora e dentro de casa.

Outra temática pertinente para esse estudo é sobre a família nuclear:

A família nuclear é uma família generificada por excelência. Cada casa, ocupada apenas por uma família, é centrada em uma mulher subordinada, um marido patriarcal e seus filhos. Essa estrutura, centrada na unidade conjugal, presta-se à promoção do gênero como categoria natural e inevitável. Não existem categorias transversais desprovidas de gênero nessa família. Em uma casa generificada, encabeçada pelo homem e com dois genitores, o homem-chefe é concebido como provedor e a mulher está associada ao doméstico e ao cuidado (Oyèrónké, 2020, p. 87).

A família nuclear patriarcal-burguesa foi o modelo trazido pelos colonizadores à América. Nesse núcleo, a mulher deve total respeito e obediência ao seu marido, pois essa instituição é: “[...] encabeçada pelo homem e com dois genitores, o homem-chefe é concebido como provedor e a mulher está associada ao doméstico e ao cuidado” (Oyèrónké, 2020, p. 87).

Nessa lógica, consolida-se na família nuclear a categoria de “esposa” antes da “mãe”, uma vez que, ao cumprir a norma dominante, a maternidade só seria possível para as mulheres-esposas-do-patriarca⁹. Desse modo, “mulher” se torna sinônimo de “esposa” e, diante dessa

⁹ Aqui se evidencia o problema atrelado à heteronormatividade e, decorrente dessa ordem, a deslegitimação e apagamento da maternidade de mulheres lésbicas na teoria feminista universal/civilizatória.

concepção universalista, as categorias de “esposa” e “mãe” são obrigatoriamente atreladas a um homem/pai e, na sua construção histórica, designam papéis às mulheres que se enquadram nessas condições.

Posto isto, a família patriarcal passou a ser o principal elemento constituinte da sociedade, deixando suas influências na sociedade moderna. Desse modo, os casamentos instituíram-se sob uma organização patriarcal, delimitando papéis sociais aos gêneros.

A sociedade espera que cada sexo cumpra as atribuições pertinentes ao seu papel social, e, por isso, delimita os espaços de atuação do homem e da mulher, construindo, dentro dessa delimitação espacial, a identidade sexual de cada um. Na realidade, a sociedade atribui papéis distintos para o homem e a mulher e isso cria os campos de atuação de cada sexo, ou seja, o papel social feminino e o papel social masculino (Nader, 2002, p.463).

A família não é uma construção natural; ao contrário, é uma relação de gênero que foi criada como forma de organização social, atribuindo papéis e diferenciações entre homens e mulheres, permitindo que a categoria homem tenha poderes e prerrogativas, enquanto as mulheres são objetos controlados por eles: “A associação colonial entre anatomia e gênero é parte da oposição binária e hierárquica, central à dominação das anafêmeas introduzidas pela colônia” (Lugones, 2020, p. 18). Assim, mulheres, diferentemente dos homens, não possuem poder, porém esse sistema só passou a existir após o processo de colonização, permanecendo até hoje como forma de divisão social.

2 VIOLÊNCIA E SUBORDINAÇÃO PATRIARCAL: A REPRODUÇÃO DO CONTROLE DO LAR E SEUS EFEITOS SOBRE MULHERES E FILHOS NOS CONTOS “QUERIDA MAMÃE” E “RETRATO DE FAMÍLIA”

O foco central deste capítulo é investigar como o patriarcado está presente na sociedade e como as mulheres, vítimas dele, criam caminhos para combatê-lo. Os principais meios que essa forma de dominação encontra para se sustentar são a família, a igreja, o estado, a escola, entre outras instituições de poder. De acordo com Lerner (2019, p. 29), “O período do ‘estabelecimento do patriarcado’ não foi um ‘evento’, mas um processo que se desenrolou durante um espaço de tempo de quase 2.500 anos, de cerca de 3100 a 600 a. C.”. O controle da sexualidade feminina era um artifício essencial, pois os estados arcaicos se estruturaram no patriarcado; assim, a permanência da família patriarcal era de extrema importância para o estado.

A dominação feminina é, como afirma Quijano (2005, p. 118), “igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero”. Antes de colonizar outros povos, os homens aprenderam a dominação por meio da subordinação das mulheres de seus próprios grupos, e só depois a hierarquização foi imposta aos demais povos. A dominação feminina se estruturou a partir de vários meios e instrumentos, como explica Lerner (2019, p. 30):

Garantia-se cooperação das mulheres por vários meios: força, dependência econômica do chefe de família, privilégios de classe concedidos a mulheres dependentes e obedientes das classes mais altas, e pelo artifício da divisão de mulheres em respeitáveis e não respeitáveis.

As mulheres passaram a ter seus corpos controlados; caso desobedecessem às ordens patriarcais, poderiam ser destituídas da categoria mulher e serem mal vistas na sociedade. Apor meio dessa forma de dominação, é ensinado que os homens são os únicos detentores de poder, comandando a família, as leis, a igreja e as mulheres. Nessa visão patriarcal, as mulheres são consideradas frágeis e delicadas, pessoas que necessitam da proteção masculina. A partir dessa perspectiva, as mulheres passaram a ocupar o espaço de inferioridade e silenciamento, sendo relegadas ao lar e afastadas das atividades realizadas na sociedade. Como pode ser observado no trecho a seguir:

O patriarcado se pauta em uma estrutura de dominação masculina e de submissão feminina, que é socialmente construída, reproduzida e naturalizada. Toda relação de dominação opera em um contexto de desigualdade entre os opressores e os oprimidos, onde aquele que detém o poder impõe limites, sujeição e servidão àquele que se submete. Nesse sentido, em uma ordem onde opera a dominação masculina, existe uma diferença estrutural na qual os homens possuem o poder e as mulheres encontram-se em situação de desvantagem (Ribeiro, 2021, p. 14-15).

A diferenciação dos sexos é uma construção social, e essa dominação exerce fortes influências na tomada de decisões na vida das mulheres. Para serem aceitas, elas devem, primeiramente, ter a presença masculina como forma de proteção; assim, são relegadas ao lar, desempenhando o papel de cuidadoras da casa e dos filhos. Nesse contexto, entra a perspectiva do ideal de maternidade, segundo a qual a mulher só se torna mulher por completo quando tem filhos. E, quando essa mulher se rebela contra o sistema patriarcal, tende a ser perseguida, desqualificada e até mesmo morta.

Quando se menciona a violência sofrida pelas mulheres, é fundamental ressaltar que o patriarcado é o principal responsável pelos abusos, estupros e mortes que elas enfrentam. Nessa lógica, os homens são vistos como superiores, tanto fisicamente quanto intelectualmente, e, por esse motivo, muitos -senão a maioria- violentam suas parceiras. Isso ocorre porque, em uma sociedade machista e patriarcal, os homens, sejam eles brancos ou negros, possuem o direito de fazer o que quiserem contra os corpos femininos. Desde o nascimento, as mulheres são instruídas pelas suas famílias a serem submissas e caladas, tudo para agradar aos maridos e evitar castigos. Desde pequenas, são ensinadas a sentar direito, não brincar com os meninos e a se comportar, enquanto os meninos são educados para se considerarem superiores e para dominar suas futuras companheiras.

O que se observa é que, desde muito novas, as crianças já são doutrinadas a serem superiores (homens) e inferiores (mulheres). Essa dicotomia homem/mulher leva as pessoas a naturalizarem essa relação e as violências que muitas mulheres sofrem. Na sociedade, é considerado normal um homem dominar e inferiorizar sua esposa; é natural que uma vítima de estupro seja considerada a única culpada pela violência que sofreu. Nesse contexto, as mulheres não estão seguras nem dentro de suas próprias casas, pois muitas sofrem abusos de pais, padrastos e irmãos; tampouco estão seguras nas ruas, pois podem ser vítimas de violências cometidas por desconhecidos. Essas violências são armas que os homens usam para disciplinar as mulheres. Sobre o estupro, Safiotti (1987) afirma:

O caso extremo do uso do poder nas relações homem-mulher pode ser caracterizado pelo estupro. Contrariando a vontade da mulher, o homem mantém com ela relações sexuais, provando, assim, sua capacidade de submeter a outra parte, ou seja, aquela que, segundo a ideologia dominante, não tem direito de desejar, não tem direito de escolha (Safiotti, 1987, p. 18).

O estupro, como mencionado anteriormente, é uma arma que os homens utilizam para disciplinar as mulheres. Essa forma de opressão ocorre quando o homem sente a necessidade de impor e oprimir sua companheira, ou até mesmo uma desconhecida. Muitas mulheres que se

rebelaram ou se opuseram a esse sistema opressor tiveram seus corpos violados em prol da dominação masculina. O que se observa é que as mulheres têm um caminho a percorrer na sociedade, e esse caminho é imposto pelo homem. Caso se afastem desse trajeto, sofrem as consequências do sistema patriarcal. As relações de gênero e, consequentemente, as relações de poder, colocam as mulheres em posições subalternas, tratando-as como objetos. Sobre isso, Zafalon e Zolin (2013) afirmam:

Sabe-se que, através dos séculos, a dominação masculina, ao constituir a mulher como objeto simbólico, cujo ser se constitui para o outro, tem não apenas lhes decidido o destino, impondo-lhes regras- de forma clara ou dissimulada-, mas, também, lhes colocando em estado de permanente insegurança corporal, ou seja, de dependência simbólica (...) (Zafalon; Zolin, 2013, p. 184).

O que se percebe é que as mulheres passaram por um processo de adestramento, no qual lhes foram impostos modos de ser e de agir. Esse adestramento funcionou como uma forma de dominá-las e, caso fugissem da norma, eram consideradas devassas e más. Como mencionado anteriormente, a Igreja é um dos pilares que sustenta o patriarcado, pois, a partir dela, são criadas leis que influenciam o destino das mulheres. Um exemplo dessa influencia é a ideia de que as mulheres nasceram para procriar, dar filhos aos seus maridos, e que a função principal de seus corpos era essa. A partir desse juízo, as mulheres passaram a serem valorizadas apenas quando se tornavam mães; caso ficassem solteiras, eram julgadas pela sociedade. Sobre isso: “A existência do sexo feminino justificava-se por cuidar da casa, cozinhar, lavar a roupa e servir o chefe da família com seu sexo, dando-lhes filhos”(Cabral *apud* Giordani, 2006, p. 67). O que se observa é que existiam atividades específicas para as mulheres: elas deveriam ser mães, cuidadoras dos lares e dos filhos, frágeis e dependentes de seus maridos. Todos esses aspectos mostram como foram criados meios para a subjugação da figura feminina.

2.1 O patriarcado introjetado: opressão e submissão feminina nas relações intergeracionais em “Querida Mamãe”

O primeiro conto a ser analisado intitula-se “Querida mamãe”. Nessa narrativa, a autora maranhense Lindevania Martins explora como funciona as dinâmicas de poder e opressão presentes em uma relação tóxica entre mãe e filha. Nesse contexto, a mãe é apresentada como uma figura socialmente condicionada que pratica opressões contra a filha, evidenciando, assim, como as mulheres, muitas vezes sem perceber, internalizam e reproduzem a dominação patriarcal. A história é narrada pela filha, que vê a mãe como uma figura de poder, pois ela

ocupa o papel de mãe e cuidadora. Além disso, é a mãe quem reproduz as normas sociais que a sociedade espera das mulheres. Para uma melhor compreensão acerca das dinâmicas patriarcais presentes na relação mãe e filha, é importante trabalhar o conceito de colonialidade de gênero (2020) desenvolvido pela teórica argentina Maria Lugones.

Sobre o conceito de Colonialidade de gênero (2020), Maria Lugones (2014, p. 935) afirma, “Proponho o sistema moderno colonial de gênero como uma lente através da qual aprofundar a teorização da lógica opressiva da modernidade colonial, seu uso de dicotomias hierárquicas e de lógica categorial”. Maria Lugones vê o gênero como uma categoria imposta durante o processo de colonização, com o objetivo de dominar e hierarquizar os povos ameríndios e africanos. Como discutido em outros tópicos deste trabalho dissertativo, antes da chegada do: “homem heterossexual/ branco/ patriarcal/ cristão/ militar/ capitalista/ europeu” (2008, p. 122), muitas comunidades não eram divididas em termos de gênero. Contudo, essa imposição se apresentou como uma forma de subordinar os indivíduos, especialmente as mulheres, sobretudo, as negras. Assim, percebe-se a importância da análise desse sistema, pois: “Diferentemente da colonização, a colonialidade do gênero ainda está conosco; é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial” (Lugones, 2014, p. 939).

Nesse sentido, surge o patriarcado, que, durante processo de colonização, desumanizou e descartou as mulheres, colocando-as em posições inferiores dentro de uma cultura eurocentrada e ocidental binária. Sobre isso, Rita Segato explica:

A superinflação dos homens no ambiente comunitário, no seu papel de intermediários com o mundo exterior, ou seja, com a administração do alvo; a emasculação dos homens no ambiente extracomunitário, diante do poder dos administradores brancos; a superinflação e universalização da esfera pública, ancestralmente habitada por homens, com o colapso e privatização da esfera doméstica; e a binarização da dualidade, resultante da universalização de um dos seus dois termos quando constituído como público, em oposição a outro, constituído como privado (Segato, 2014, p.78).¹⁰

O colonialismo reconfigurou as relações de gênero dentro das sociedades autóctones, pois: “A “descoberta” e conquista das Américas foi um acontecimento histórico com

¹⁰ Texto original: La superinflación de los hombres en el ambiente comunitario, en su papel de intermediarios con el mundo exterior, es decir, con la administración del blanco; la emasculación de los hombres en el ambiente extracomunitario, frente al poder de los administradores blancos; la superinflación y universalización de la esfera pública, habitada ancestralmente por los hombres, con el derrumbe y privatización de la esfera doméstica; y la binarización de la dualidad, resultante de la universalización de uno de sus dos términos cuando constituido como público, en oposición a otro, constituido como privado (Segato, 2014, p.78).

implicações metafísicas, ontológicas e epistêmicas” (Maldonado-Torres, 2007, p. 137-138)¹¹. Assim, os homens passaram a ser valorizados dentro da sociedade como mediadores com o mundo exterior. A esfera pública, que já contava com a presença masculina, passou a ser mais dominada por eles, enquanto a esfera doméstica foi associada às mulheres e desvalorizada. Nesse sentido, percebe-se como ocorreu a valorização do ser masculino dentro do contexto patriarcal. De acordo com alguns teóricos associados ao grupo modernidade/colonialidade (María Lugones, Aníbal Quijano, Ramón Grosfoguel), a colonialidade persiste mesmo após os processos de independência. Dessa forma, a diferenciação entre sujeitos (homem/mulher) ainda permanece imbricada dentro das relações pessoais e subjetivas.

No trecho a seguir, a autora inicia a narrativa apresentando a protagonista no ambiente escolar, onde ela enfrenta um dilema inicial:

A professora de português escreveu na lousa que teríamos quarenta minutos para terminar a redação. Disse que o texto tinha que ser sobre alguém da nossa família e que conversas paralelas estavam proibidas. Começou a distribuir folha de papel branco, indo de fileira em fileira, enquanto esperávamos em silêncio. As meninas que sempre riam de tudo estavam quietas e os meninos que jogavam aviões de papel estavam imóveis. Minha fileira era a última das cinco da sala, mas a minha carteira era a primeira da minha fila. Quando a professora chegou ao meu lado, puxei a manga da sua camisa e perguntei baixinho:

- Tia Elsa, não queria escrever sobre alguém da minha família. A redação não pode ser sobre alguém da família de outra pessoa?
- Não ouviu o que eu disse? Tem que ser sobre alguém da sua família, Natália! E completou:
- Faça uma redação bem bonita, viu? Nada de borrão, rasura... e não esquece de colocar o título! (Martins, 2018, p. 41).

A primeira questão a ser observada no início do conto é a complexidade do relacionamento entre mãe e filha. A narrativa familiar se impõe como um ato de poder reforçado pela professora que pede para Natália escrever sobre sua família¹², seguindo um ideal romantizado das relações familiares. Nessa perspectiva, a família nuclear é apresentada com o homem como chefe, detentor do poder sobre a mulher e os filhos. Essa estrutura hierárquica revela as diferenças entre esses sujeitos, que explicam as opressões e violências presentes nessa instituição. Como afirma Alambert (1986, p. 119), “O domínio do homem e a subordinação da

¹¹ Tradução própria realizada a partir do original em espanhol: “[El “descubrimiento” y la conquista de las Américas fue un evento histórico con implicaciones metafísicas, ontológicas y epistêmicas]”.

¹² Entendemos como família: “1. Conjunto de todos os parentes de uma pessoa, e principalmente, dos que moram com ela. 2. Conjunto formado pelos pais e pelos filhos. 3. Conjuntos formado por duas pessoas ligadas pelo casamento e pelos seus eventuais descendentes. 4. Conjunto de pessoas que têm um ancestral comum. Conjunto de pessoas que vivem na mesma casa. Ferreira” (1975, p. 533).

mulher não se baseiam, portanto unicamente em diferenças biológicas, mas se estabelecem através de relação sociais”. Além disso, ela também afirma:

(...) é através dessas relações sociais que a diferença biológica aparece como diferença humana. Esta configuração social da diferença e da contradição homem/mulher adquiriu uma relativa autonomia, e se reproduziu durante tanto tempo em circunstâncias tão diversas, que aparece como um dado “natural” (Alambert, 1986, p. 119).

Assim, revela-se como o patriarcado e a colonialidade constroem a ideia de família como um espaço sagrado, ocultando, em muitos casos, violências e opressões que acontecem dentro desse núcleo familiar. Nesse sentido, compreende-se o funcionamento e a permanência do modelo de família burguesa, que alcançou sua dominância no apogeu da modernidade e que molda os participantes dessa instituição social. Dentro dessa estrutura, prevalece o poder do patriarca sobre os filhos, e essa forma de poder era tão abrangente que se sobrepunha à autoridade estatal. Dessa maneira, os filhos e a esposa estavam sobre o domínio do patriarca até a sua morte (Engels 1884-1964; Xavier, 1998). Nesse sentido, Narvaz e Koller (2006, p. 50) afirmam:

Cabe destacar que o patriarcado não designa o poder do pai, mas o poder dos homens, ou do masculino, enquanto categoria social. O patriarcado é uma forma de organização social na qual as relações são regidas por dois princípios básicos: 1) as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e, 2) os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velho.

Nesse sentido, percebe-se como a imposição de gênero nas sociedades colonizadas teve um impacto profundo na relação entre homem e mulher. O conceito de gênero, como explica Mougeolle (2015, p. 19): “é usado para falar das questões de desigualdades sociais, das hierarquias, da dominação masculina, etc. [...] esta desigualdade, não é questão de natureza, mas de cultura”. Com isso, a maternidade é vista como uma atribuição do corpo feminino (Chodorow, 1978). E, junto a essa imposição, surge o ideal de mãe proposto por Saffioti (1976, p. 173): “como aquela, enfim, cuja existência deve ser inteiramente, ou quase, dedicada à vida da família e, às vezes, a atividades que visam ao estreitamento dos laços comunitários”. Dessa forma, a mulher está relacionada ao tema do sacrifício e afeto.

No entanto, nem todas as mulheres seguem esse modelo, como será analisado no conto. Em relação ao conto, observa-se como esse modelo de família é imposto pela professora à personagem, e isso não é apenas uma troca de informações, mas a docente espera que a

personagem se conforme ao ideal de família que é esperado pela sociedade. Nesse sentido, ao fazer isso, percebe-se uma violação do espaço individual da personagem realizado pela professora. No trecho a seguir, a personagem explica a constituição de sua família:

Minha família era pequena: eu, minha mãe e Cora, que cuidava de mim desde que eu tinha cinco anos de idade. Não havia nada que eu quisesse dizer sobre Cora. Se tivesse que escrever sobre alguém, tinha que ser sobre mamãe. Mas a mamãe não iria gostar de nada do que eu fosse escrever sobre ela! (Martins, 2018, p. 41).

Bárbara apresenta a constituição de sua família: Ela, sua mãe e a babá. Embora a babá seja considerada parte da família, seu papel está marcado por uma subordinação que a impede de ser plenamente mencionada na carta pedida pela professora. Ao refletir sobre a imagem da mãe, Bárbara afirma que ela não iria gostar de nada do que escrevesse. Um aspecto importante a ser destacado é que, embora na família de Bárbara não houvesse a presença de um homem, as opressões continuaram a ser exercidas pela mãe, evidenciando a ideia de : “[...] que a sociedade não é apenas androcêntrica, mas também adultocêntrica” (Saffioti, 2001, p. 134). Pois, como observa Saffioti (1995, p. 32): “até mesmo as relações mulher-mulher são normatizadas pela falocracia [...]”. Inicialmente, a relação entre mãe e filha aparece como distante, com a mãe de Bárbara sendo apresentada como alguém ausente, sem vínculos afetivos com a filha.

Ao refletir sobre a imagem da mãe, fica claro que ela não se encaixa no modelo tradicional de mãe amorosa, inteiramente dedicada ao sacrifício. Esse modelo, construído e reforçado pelo sistema patriarcal e pelo imaginário burguês, muitas vezes está ligado à figura da mulher branca e heterossexual, desconsiderando outras formas de ser mulher (Hooks, 2020). Pensando na representação da família burguesa, Nunes (2000, p. 21) afirma a, “mulher burguesa vai ser “promovida” ao estatuto de principal responsável pelos cuidados e pela educação dos filhos. É nesse momento que se dá sua fixação no lugar de esposa e mãe”. A narrativa de que a maternidade é um lugar de sacralização é profundamente imbricado nas estruturas coloniais. Além disso, o caráter primordial do gênero molda subjetividades (Saffioti, 2001). Nesse contexto, o papel da mãe, relacionado ao cuidado do lar e dos filhos, é central, mas a mãe de Bárbara é retratada como uma figura fria e distante. Esse distanciamento pode ser entendido como um subproduto da desconexão emocional causada pelo patriarcado, que sufoca o afeto entre mãe e filha.

A mãe de Bárbara pode ser vista como uma representação do patriarcado dentro daquele contexto familiar, pois a filha a temia em todos os sentidos, sentindo-se vigiada e subjugada.

Como pode ser observado no trecho a seguir: “Depois que a professora me devolvesse a prova corrigida, eu poderia esconder a prova e mamãe nunca saberia. Mas a mamãe sempre surpreendia e dava um jeito de descobrir todas as coisas” (Martins, 2018, p. 41). A personagem expressa a sensação de ser constantemente vigiada pela figura materna, acreditando que sua mãe saberia de tudo o que ela fazia. Nesse sentido, Lerner (2020, p. 316) afirma: “Embora todas as mulheres tenham sido vitimadas em determinados aspectos de suas vidas e algumas, em certos momentos, mais do que outras, as mulheres estão estruturadas na sociedade de tal forma que são ao mesmo tempo sujeitos e agentes”.

Assim, em vez de viverem em um ambiente de afeto - o que poderia ser esperado em uma casa composta apenas por mulheres-, a mãe de Bárbara assume o papel de opressora, reforçando, dessa forma, o poder do patriarcado. Sobre isso, Lugones afirma, “Também se pode reconhecer, com o alcance que estou dando à imposição do sistema moderno colonial de gênero, a desumanização constitutiva da colonialidade do ser” (Lugones, 2014, p. 938). Nesse contexto, Bárbara enfrenta a imposição das normas de gênero através da figura materna, sendo essa imposição um mecanismo que torna as mulheres invisíveis e marginalizadas. Ainda nessa perspectiva, Apfelbaum *et al.* (2009, p. 76-80, apud Ribeiro, 2021, p. 14-15) afirmam:

O patriarcado se pauta em uma estrutura de dominação masculina e de submissão feminina, que é socialmente construída, reproduzido naturalizada. Toda relação de dominação opera em um contexto de desigualdade entre os opressores e os oprimidos, onde aquele que detém o poder impõe limites, sujeição e servidão àquele que se submete. Nesse sentido, em uma ordem onde opera a dominação masculina, existe uma diferença estrutura, na qual os homens possuem o poder e as mulheres encontram-se em situação de desvantagem.

No contexto da narrativa, é possível compreender como o patriarcado opera dentro na relação entre mãe e filha. No sistema patriarcal, é o homem quem tradicionalmente detém o poder, impõe limites e oprime. No entanto, no conto, esse papel é assumido pela mãe, que se torna a figura opressora dentro daquele ambiente. Essa dinâmica ilustra o que Saffioti (2001, p. 116) afirma: “Com relação a crianças e a adolescentes, também as mulheres podem desempenhar, por delegação, a função patriarcal”. Além disso, a personagem expressa a sensação de estar constantemente vigiada pela mãe, o que evidencia o caráter onipresente do poder das figuras de autoridade dentro do patriarcado. Nesse sentido, a postura da mãe pode ser interpretada como uma crítica às estruturas coloniais, mas, ao mesmo tempo, essa atitude compromete sua relação afetiva com a filha. Assim, percebe-se como a mãe internalizou as

estruturas de poder patriarcais, tornando-se um agente opressor dentro da dinâmica de gênero familiar. Em relação a isso:

Mulheres e homens são defraudados na sua própria identidade e integridade. As mulheres são as vítimas maiores pois acabam perdendo a própria identidade consciente de ser mulher, cabendo-lhe uma escolha difícil: ou permanecem femininas, ficando entorpecidas como a Bela adormecida ou relegadas como a gata borralheira, ou então, tem que adaptar se ao mundo do homem, assimilando e desenvolvendo valores e características tipicamente masculinos (Storniolo, apud Perera, 1985, p. 9).

A mãe internalizou o comportamento masculino, tornando-se simultaneamente vítima e vitimizadora. Para Linda Leonard (2003), existem quatro padrões femininos maternos: A mãe dragão, a mãe doente, a mãe santa e a mãe rainha. A mãe dragão é poderosa e manipuladora, impactando negativamente os filhos ao impor-lhes medo; em vez de ser protetora, torna-se dominadora. A mãe doente, por sua vez, é frágil e delicada, necessitando do cuidado do marido e dos filhos. Já a mãe santa é aquela que se sacrifica inteiramente, sendo associada à pureza e à perfeição. Por fim, a mãe rainha é vista como a figura central da família, responsável por liderar, organizar e oferecer cuidado e apoio.

Ao analisar esses padrões, pode-se afirmar que a mãe de Bárbara se encaixa no modelo da mãe dragão (Leonard, 2003), pois exerce um controle opressor sobre a filha, tanto fisicamente quanto emocionalmente. Ela ocupa uma posição dominante, enquanto a filha vive à sua sombra. No trecho a seguir, a protagonista descreve a forma como enxerga a mãe:

Escreveria sobre o tio Chico, embora ele morasse em outro bairro e eu quase nunca visse esse tio. Tio Chico não seria outra pessoa senão mamãe disfarçada de tio, mamãe de pernas peludas, mamãe de barriga grande, mamãe arrotando cerveja.

Comecei.

O título era “Querido tio Chico”

No começo escrevi direitinho, mas logo passei a dizer que Tio Chico fazia as coisas que na verdade só minha mãe fazia. Disse, por exemplo, que o tio trabalhava viajando, mas o tio nunca viaja, é minha mãe que passa vários dias cuidando da minha avó que mora em outra cidade. Também não fui esperta em outras coisas. Troquei o pronome “ele” pelo “ela” em várias passagens, troquei o adjetivo masculino pelo feminino Chateada risquei substantivos como “maquiagem” e “meia de seda”, que denunciavam claramente que eu falava de mamãe e não do tio Chico. O papel branco ficou cheio de borrões azuis. No centro da sala, a professora sentada na cadeira dela folheava uma revista de moda. Observava a prova com tristeza. Com tantos erros e borrões, ela me daria zero na mesma hora. Eu viraria chacota na turma (Martins, 2018, p. 42).

Nesse trecho, observa-se como a protagonista projeta a imagem de sua mãe no Tio Chico. O simples fato de ela ser associada à figura masculina já indica um distanciamento dos padrões coloniais de maternidade idealizada. No sistema colonial moderno, a: “mulher

burguesa é mulher e inseparavelmente humana por sua ligação reprodutiva com o homem moderno, precisamente porque reproduz capital e raça” (Lugones, 2008, p. 47). A autora também afirma, “Para assegurar este legado foi necessário que a mulher burguesa fosse concebida como heterossexual, casta, sexualmente pura e passiva, relegada ao espaço doméstico.” (Lugones, 2008, p. 47) . No entanto, essa mãe não se encaixa nesse modelo de passividade e submissão. Pelo contrário, ela representa o poder, rompendo com o ideal patriarcalista que define a mulher como submissa. Além disso, sua presença não está totalmente atrelada ao lar, o que evidencia um afastamento das expectativas normativas impostas pela colonialidade de gênero (Lugones, 2020). De acordo com Saffioti (1976, p. 176), existem mitos femininos que funcionam como forma de controle da mulher, sendo eles:

1. restringir a um mínimo possível a interferência do sistema de parentesco no sistema ocupacional, isto é, permitir a ligação entre os dois sistemas apenas através do chefe da família, a fim de preservar a compatibilidade entre as duas estruturas envolvidas;
2. mistificar a mulher no seu papel de esposa e mãe, de modo a que ela se sinta plenamente realizada enquanto tal;
3. colocar barreiras à ascensão profissional da mulher, de modo a mantê-la em condições desiguais de concorrência com os homens;
4. enaltecer a atividade feminina em setores ocupacionais não disputados pelos homens quer porque não remuneram satisfatoriamente, quer porque não conferem suficiente grau de prestígio;
5. manter baixas as aspirações femininas a fim de não provocar o surgimento de tensões suficientemente intensas para promover a mudança das estruturas vigentes;
6. impedir a extensão dos mecanismos de competição ao grupo familiar não apenas porque isto significaria introduzir mudanças radicais na estrutura da família, mudanças estas de consequências imprevisíveis para a estrutura de classes, mas ainda porque a ampliação do jogo competitivo encontra sérios limites na manutenção do equilíbrio psicológico dos indivíduos.

A mãe de Bárbara encarna vários aspectos dos mitos femininos. Um deles está relacionado à maneira como rebaixa as aspirações da filha, fazendo-a acreditar que, por ser mulher, deve se considerar inferior ao homem. No que se refere à restrição ocupacional, a mãe utiliza o ambiente doméstico como um meio de manter Bárbara confinada ao lar, levando-a a crer que sua vida deve girar exclusivamente em torno dos deveres familiares.

Além disso, como comentado anteriormente, a protagonista enfrenta dificuldades para associar a mãe a uma imagem hegemônica de feminilidade, especialmente quando a descreve com expressões como “mamãe de pernas peludas”, “mamãe de barriga grande” e “mamãe arrotando cerveja”. Sobre essa questão, Leonard (1997, p. 50) afirma: “É muito frequente que, na ausência de um pai, a mãe assuma o papel masculino autêntico e a filha não só se ressinta da

ausência do modelo masculino autêntico como também não tenha em sua mãe o modelo feminino”.

Assim, em vez de ser percebida como o modelo ideal de mãe- historicamente associado à mulher heteronormativa, patriarcalista e branca-, a mãe de Bárbara se torna a própria imagem do poder, rompendo com o ideal normativo patriarcal da maternidade. No trecho abaixo, a protagonista decide escrever sobre a mãe de forma decolonizada:

Passei uma linha no papel e comecei de novo, mas abaixo. No novo começo, a pessoa da família era minha mãe mesmo, igualzinha ela era: magra, pele morena, um sinal preto acima dos lábios, cabelos crespos alisados e pintados de loiro.

Coloquei um novo título: “Querida mamãe”. Então, escrevi:

“Eu amo a minha mãe, mas só quando ela está bem longe”.

Parei e fiquei olhando a frase. Ao escrever, estava sendo sincera. Os momentos em que mais gosto de mamãe são esses em que ela está longe e não há vozes na minha cabeça. Quando mamãe está longe, estabelecemos uma conexão tão perfeita que podíamos viver uma vida inteira assim, só ao telefone trocando amabilidades: ela liga pra saber como estou e fico contente em lhe dizer como foi o meu dia. Se ela diz que tem tanto para fazer que não tem prazo para voltar, chego até a sentir saudades (Martins, 2018, p. 42).

Dentro da colonialidade de gênero (Lugones, 2020), a mulher torna-se submissa ao patriarcado e reproduz as opressões presentes dentro da família nuclear. A protagonista descreve a mãe como uma figura distante, constantemente viajando e sobrecarregada de obrigações. Essa mãe pode ser considerada uma mãe colonializada, tão imersa no sistema de gênero que não valoriza o amor e o afeto na relação com a filha. Essa dinâmica reflete o que Saffioti (2001) discute em “*Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero*”: há uma cumplicidade feminina na perpetuação da violência, contribuindo para que o projeto masculino de dominação exploração das mulheres se mantenha. Assim, ao assumir o papel socialmente atribuído ao homem, a mãe de Bárbara acredita que deve preservar a imagem de alguém rígido e opressivo. No contexto patriarcal : “a família e o território domiciliar contêm hierarquias, nas quais os homens figuram como dominadores-exploradores e as crianças como os elementos mais dominados-explorados” (Saffioti, 2015, p. 78). No conto, ao ocupar o lugar do homem, a mãe passa a exercer o papel de opressora, enquanto a filha é vista como aquela que não detém poder. Como consequência dessa relação tóxica e complexa, a personagem sente-se mais confortável quando está distante da mãe, como expressa no texto: “Eu amo a minha mãe, mas só quando ela está bem longe” (Martins, 2018, p. 42). Isso reflete bem o que Freud afirma:

O afastar-se da mãe, na menina, é um passo que se acompanha de hostilidade; a vinculação à mãe termina em ódio. Um ódio dessa espécie pode tornar-se muito influente e durar toda a vida; pode ser muito cuidadosamente supercompensado, posteriormente; geralmente, uma parte dele é superada, ao passo que a parte restante persiste. Os eventos de anos subsequentes naturalmente influenciam muito isto (Freud, 1933 [1932]/1996, p. 122).

Bárbara se afasta da mãe devido ao desgaste emocional entre elas, especialmente em um contexto marcado por dinâmicas de poder assimétricas. Além disso, as consequências desse contexto opressor podem moldar a personalidade da filha por muitos e muitos anos. A opressão exercida pela mãe não chega a ser física, mas verbal. Sobre isso, Alexandre Rosa (2007) explica:

A violência simbólica representa uma forma de violência invisível que se impõe numa relação do tipo subjugação-submissão, cujo reconhecimento e a cumplicidade fazem dela uma violência silenciosa que se manifesta sutilmente nas relações sociais e resulta de uma dominação cuja inscrição é produzida num estado dóxico das coisas, em que a realidade e algumas de suas nuances são vividas como naturais e evidentes [...] (Rosa, 2007, p. 40).

A mãe de Bárbara exerce violência simbólica sobre ela, oprimindo-a e subjugando-a, de modo que a filha passa a temê-la em todos os lugares que frequenta. Ela utiliza palavras, comportamentos e atitudes que subordinam a filha. Sobre isso, Saffioti (2001, p. 118) afirma, “A violência simbólica impregna corpo e alma das categorias sociais dominadas, fornecendo-lhes esquemas cognitivos.” Dessa forma, a mãe pratica uma colonização interna, reforçando as normas impostas pela sociedade patriarcal à mulher. Assim, fica evidente como a filha está aprisionada pela opressão imposta pela mãe, o que demonstra como a mulher, desde cedo, é ensinada a aceitar a violência e a dominação. Nesse contexto, a mãe controla todas as escolhas da filha, inclusive a percepção que ela tem de si mesma. Percebe-se, então, que a mãe está tão colonizada que não consegue perceber que: “não devemos mais agir como se os homens fossem os únicos responsáveis pelos atos de violência, os únicos a aceitar a violência, a criar a cultura da violência” (Hooks, 2019, p. 167). Afinal, as mulheres não podem se eximir da responsabilidade de reconhecer sua contribuição para a cultura da violência (Hooks, 2019).

No trecho a seguir, a personagem explica de maneira mais clara o motivo pelo qual a relação entre ela e sua mãe é conflituosa:

É que como mãe perto, não consigo fazer nada direito.
Não consigo dormir porque ela disse que durmo demais e fico tentando contar as horas de sono pra não exagerar e irá deixar de gostar de mim.
Não consigo comer porque ela diz que sou gorda e que nenhuma menina deveria ser

gorda aos doze anos de idade.

Não consigo me arrumar porque quando uma mãe está perto, todas as espinhas do meu rosto eclodem, todos os fios dos meus cabelos insistem em apontar para cima e não há nada que possa dar jeito.

Não consiga apreciar meus amigos que, segundo ela, são feios, burros e preguiçosos, e é assim, como feios, burros e preguiçosos, que passo a enxergar Bruno, Tamara e Edite (Martins, 2018, p. 43).

Percebe-se, neste trecho, como a mãe exerce violência simbólica contra a filha ao forçá-la a seguir os padrões estéticos impostos pela sociedade patriarcal e colonial. Esse comportamento materno reflete claramente a dinâmica da sociedade. No sistema patriarcal, o homem detém poder sobre o corpo da mulher, e, portanto, esse corpo deve atender aos desejos e à concepção do que é belo, de acordo com ele. Como afirma Lugones (2014, p. 936), “O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão.” Além disso, o patriarcado, entrelaçado ao capitalismo, cria um padrão estético excludente e eurocêntrico — uma norma que as mulheres devem seguir para se adequarem ao modelo de mulher ideal, caracterizado por atributos brancos, magros e europeus. No sistema moderno-colonial de gênero, configura-se uma forma de dominação que permeia o sexo e a subjetividade (Lugones, 2008). Assim, é natural que, dentro desse sistema, as mulheres tenham normas e caminhos preestabelecidos a seguir, como foi imposto a Bárbara. Sobre isso, Naomi Wolf (1992, p. 29) destaca:

A “beleza” é um sistema monetário semelhante ao padrão-ouro. Como qualquer sistema, ele é determinado pela política e, na era moderna no mundo ocidental, consiste no último e melhor conjunto de crenças a manter intacto o domínio masculino. Ao atribuir valor às mulheres numa hierarquia vertical, de acordo com um padrão físico imposto culturalmente, ele expressa relações de poder segundo as quais as mulheres precisam competir de forma antinatural por recursos dos quais os homens se apropriam.

A beleza branca é considerada, na modernidade, o padrão hegemônico, enquanto as demais formas de beleza, como a beleza negra, são inferiorizadas e marginalizadas. A modernidade é responsável por construir estereótipos negativos sobre a beleza negra, o que leva as pessoas, especialmente as mulheres, a negarem sua negritude e a aceitarem o branqueamento. Esse processo se propaga na sociedade de diversas formas, sendo uma das mais significativas a mídia, pois as características físicas geralmente retratadas em TVs e revistas são as das pessoas brancas. Dessa maneira, a personagem sofre violência de gênero e racismo por parte da figura de autoridade à qual está subordinada. Outro fato importante é que esse processo também

está presente nas músicas brasileiras, como no trecho a seguir: “negra do cabelo duro, qual é o pente que te penteia?”¹³. Sobre essa música, González (1984, p. 234) afirma:

Tem uma música chamada “Nêga do cabelo duro” que mostra direitinho porque eles querem que o cabelo da gente fique bom, liso e mole, né? É por isso que dizem que a gente tem beiços em vez de lábios, fornalha em vez de nariz e cabelo duro (poque é duro). E quando querem elogiar a gente dizem que a gente tem feições finas (e fino se opõe a grosso, né?). E tem gente que acredita tanto nisso que acaba usando creme prá clarear, esticando os cabelos, virando leidi e ficando com vergonha de ser preta. Pura besteira (González, p. 234, 1984).

A fala de Lugones é relevante no contexto do conto, pois, ao analisar a descrição feita por Bárbara sobre a mãe, nota-se que, aparentemente, ela é uma mulher negra ou mestiça, como pode ser percebido no trecho a seguir: “magra, pele morena, um sinal preto acima dos lábios, cabelos crespos alisados e pintados de louro” (Martins, 2018, p. 42). A primeira questão a ser abordada é o fato de a mãe de Natália ser uma mulher de pele escura que tem os cabelos crespos alisados, evidenciando que ela não aceita seu cabelo natural. Além disso, ao ser alisado e pintado de louro, há uma tentativa de se aproximar dos padrões estéticos europeus e brancos. Sobre isso:

O cabelo crespo é um dos argumentos usados para retirar o negro do lugar da beleza. O fato de a sociedade brasileira insistir tanto em negar aos negros o direito de serem vistos como belos expressa, na realidade, o quanto esse grupo e sua expressão estética possuem um lugar de destaques na nossa constituição histórica e cultural. O negro é o ponto de referência para a construção de identidade do branco. Juntamente com o índio, o negro concretiza a nossa sociedade, a nossa cultura, as nossas relações sociais, políticas e econômicas (Gomes, 2003, p. 80).

Em vez de fazer com que a filha valorize os traços negros, a mãe é a primeira a negar sua própria identidade e, em seguida, força a filha a fazer o mesmo. Nesse contexto, é possível discutir a colonialidade de poder de Quijano (2005, p. 117): “Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável do que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido.” Desse modo, as mulheres, sobretudo as negras, internalizam a ideia de que devem seguir o modelo de mulher ideal, o que demonstra como a colonialidade transcende a cronologia histórica do colonialismo formal (Quijano, 2005). Assim, percebe-se como a raça negra é considerada selvagem e fora dos padrões de feminilidade

¹³ Essa música é intitulada “Negra do cabelo duro”, composta por Rubens Soares e David Nasser, interpretada por Trio de Ouro. Foi lançada na década de 1940 e a letra representa bem o conceito de Quijano de colonialidade de poder (2005), pois associa características negativas aos negros ao demonstrar, através da música, como o processo de colonização colocou os dominados em uma posição inferior ao homem branco, assim como “seus traços fenotípicos” (Quijano, 2005, p. 118).

Sobre a postura da mãe, Gomes (2003) comenta que o que afasta o negro de sua negritude é negar-se como negro para aceitar a cor branca; é não (re)conhecer suas origens e ancestralidade. A mãe de Bárbara deseja que a filha abandone sua própria concepção de ser mulher para buscar aquilo que a sociedade considera belo. Desse modo, percebe-se como as diferenças fenotípicas contribuem para a perpetuação das estruturas de opressão que sustentam o lado iluminado da modernidade (Maldonado-Torres, 2007), que, simultaneamente, esconde seu lado obscuro, marcado pela colonialidade de poder.

Como pode ser observado no trecho do conto analisado, as atitudes da mãe tiveram consequências na forma como a jovem passou a enxergar o seu próprio corpo. Ela afirmou que parou de comer porque a mãe disse que ela era gorda, e, a partir disso, passou a temer se alimentar, com receio de que a mãe parasse de gostar dela. Além disso, a mãe alterou a forma como a filha via seus próprios amigos, que passaram a ser considerados feios, preguiçosos e burros. Desse modo, observa-se como a mãe da protagonista, representação do patriarcado, fez a filha internalizar o ideal de mulher perfeita. Assim, fica claro que as consequências dessa relação abusiva geraram efeitos profundos no imaginário de Bárbara. Sobre a imposição da branquitude à beleza das mulheres não-brancas nos Estados Unidos, a autora Dia Sekayi (2003)¹⁴ realizou uma pesquisa.

Segundo ela, há uma imposição das características dos indivíduos brancos sobre as pessoas negras, e essas características estão relacionadas à pele clara, cabelos lisos e corpos magros. De acordo com a autora, 46% das mulheres entrevistadas desejam reduzir o tamanho de seus corpos, 32% sentem-se insatisfeitas com a textura natural de seus cabelos, e 26,7% estão insatisfeitas com seus corpos em geral. Ainda sobre isso, Andressa Machado afirma:

Dentre os outros dados, 85% afirmaram acreditar que existe um padrão de beleza socialmente imposto, 46% disseram que mulheres magras são mais felizes e 55% gostariam que fosse possível acordar magras. Outro balanço do mesmo órgão apontou que, em média, a cada dois dias uma pessoa é internada por anorexia ou bulimia somente nos hospitais que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em São Paulo (Machado, 2018).

Observa-se que há um padrão de beleza hegemônico que leva as mulheres, muitas vezes, a colocarem suas vidas em risco, como é o caso da personagem Bárbara, que parou de comer

¹⁴ Os dados foram retirados do artigo original de Dia Sekayi, intitulado *Aesthetic Resistance to Commercial Influences: The Impact of the Eurocentric Beauty Standard on Black College Women*, que analisou uma pesquisa publicada em *The Journal of Negro Education*. Para esta análise, foram utilizados os números apresentados pelo autor, que resumiu as informações do texto original em inglês.

para não engordar e, assim, agradar à mãe. No trecho a seguir, a personagem expressa seus sentimentos em relação à sua mãe:

Mamãe diz que tudo que ela quer é me transformar numa mulher bonita e respeitável. Dessas que usam maquiagem cara e meias de seda. Mas não quero ser bonita, não quero ser respeitável como mamãe quer. Sinto que de outro modo, já sou bonita e respeitável. Mas como mamãe duvida, duvido também (Martins, 2018, p. 43).

Neste trecho, observa-se que a personagem não é completamente dominada pela mãe; ela tem consciência de que existem outras formas de ser mulher, de ser e estar no mundo feminino. No entanto, a pressão psicológica que sua mãe exerce sobre seu corpo e sua maneira de pensar é tão intensa que a faz acreditar que sua visão está errada. A mãe impõe a ela um ideal de feminilidade, que provoca impactos psicológicos em Natália. De acordo com uma pesquisa realizada por Abranches e Assis (2011), para que ocorra violência nas relações familiares, é necessário que alguém significativo para a criança ou adolescente a faça sentir-se incapaz, fazendo-a acreditar que seus sentimentos e desejos são inválidos. Nesse caso, a principal responsável por esse processo é a mãe de Natália, que invalida tudo o que a filha acredita. Além disso, as consequências da violência psicológica contra crianças e adolescentes podem afetar a saúde física desses indivíduos, resultando em distúrbios alimentares e obesidade (Abranches; Assis, 2011).

A partir do conto, percebe-se que a violência intrafamiliar, entendida como aquela: “que envolve membros de uma mesma família extensa ou nuclear, levando-se em conta a consanguinidade e a afinidade” (Saffioti, 2015, p. 75), está atrelada à violência psicológica¹⁵. Embora a mãe não chegue a espancar a filha, ela impõe medo a ela por meio de palavras e comportamentos. O ato de oprimir e subordinar a protagonista pode ser visto como uma forma de perpetuação do patriarcado, refletido na imagem da mãe, pois, como Saffioti (2001, p. 117) afirma: “Nada impede também que uma mulher perpetre este tipo de violência contra um homem ou contra outra mulher.” Além disso, Saffioti (2001, p. 117) observa: “A ordem das bicadas na sociedade humana é muito complexa, uma vez que resulta de três hierarquias/contradições – de gênero, de etnia e de classe.” A autora usa a metáfora da “ordem das bicadas” para explicar o comportamento de algumas aves, associando isso às categorias sociais. No contexto do conto, essa metáfora pode ser interpretada a partir do gênero, onde as

¹⁵ Neste trabalho, entendemos o conceito de violência simbólica conforme Heleieth Saffioti (2015, p. 18): “Trata-se da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral”.

mais fortes picam as mais fracas, ilustrando como as relações humanas também podem ser marcadas por tais complexidades. Assim, nota-se que esse tipo de comportamento, onde o mais forte oprime o mais fraco, ajuda a explicar a relação entre mãe e filha.

Assim, Saffioti (2001) afirma que as dinâmicas da opressão são unilaterais, pois os homens podem oprimir as mulheres, mas também as mulheres podem oprimir outras mulheres. Nesse sentido, pode-se afirmar que: “embora as mulheres não sejam cúmplices dos patriarcas, cooperam com eles, muitas vezes inconscientemente, para a perpetuação deste regime” (Saffioti, 2015, p. 68). Saffioti (2015) explora a síndrome do pequeno poder, que se refere ao fato de a mãe também violentar os filhos dentro do sistema patriarcal. No caso da personagem e de sua mãe, no entanto, o poder é completamente dela. De acordo com uma pesquisa realizada por Abranches e Assis (2011, p. 844):

A violência psicológica acarretava ataques ao ego da criança, com sérios danos e distorções introduzidas em seu mapa psicológico sobre o mundo, através de cinco comportamentos parentais tóxicos: rejeitar, isolar, aterrorizar, ignorar e corromper a criança ou o adolescente. Esses comportamentos seriam um auxílio na detecção do abuso, sendo que o reconhecimento dependeria do contexto da vítima está inserida. Dessa forma, haveria reconhecimento de maus-tratos diante da incidência de uma mensagem cultural específica de rejeição ou quando prejudicasse o processo de socialização e desenvolvimento psicológico.

Os abusos psicológicos podem interferir na forma como a criança ou adolescente enxerga o mundo e a si mesmo. Essa forma de violência é a mais subjetiva, pois, embora não deixe marcas nos corpos dos indivíduos, afeta a psique do sujeito. Quando uma criança ou adolescente é manipulada emocionalmente, pode começar a duvidar de suas próprias experiências, acreditando que o que vive e acredita não tem importância. Segundo José Góngora (2015, p. 10):

Em termos de saúde mental, a violência emocional é a que produz maior deterioração. A física gera medo e submissão; a psicológica destrói a personalidade da vítima, a sua capacidade de confiar nos seus próprios critérios, de poder ter um projeto de vida e de sentir que a sua vida é digna e valiosa.

A mãe de Bárbara tenta a todo momento impor um comportamento a ela, desprezando seu eu, sua personalidade e suas vontades enquanto sujeito. Ao adotar esse comportamento, a mãe se insere em uma lógica de controle e dualidade. Quijano trabalha com esse termo ao afirmar que existe uma dualidade entre: “pré-capital-capital, não europeu-europeu, primitivo-civilizado-tradicional-moderno, etc.” (Quijano, 2005, p. 127). No conto, esse dualismo se

reflete na forma como a mãe estabelece uma lógica de “bem-mal”, “feminino-não feminino” e “feio-belo”. Nesse sentido, Bárbara está exposta a um sistema de valores que tende a apagar sua perspectiva epistemológica. No trecho a seguir, pode-se observar como o contexto social da personagem acompanha sua transição do espaço doméstico para o ambiente escolar.

No centro da sala, a professora ergueu a cabeça e os olhos dela se encontraram com os meus. A voz na minha cabeça me lembrou que mamãe também pagava a professora. A voz disse que a professora poderia me entregar naquele momento mesmo para mamãe, tomando logo minha redação e correndo para entregar o papel a ela (...) (Martins, 2018, p. 44).

No centro da sala, a professora levantou da cadeira e veio caminhando na minha direção. Meu coração disparou. Mamãe dizia que pagava a professora para me educar, mas a voz sempre me disse que mamãe pagava a professora para que ela concordasse com mamãe. Por isso que a professora também queria que eu fosse bonita e respeitável (Martins, 2018, p. 44).

Segundo Day *et al.* (2003), a violência simbólica pode causar pesadelos frequentes, sensação constante de ansiedade, raiva, culpa e vergonha. Ela pode gerar medo, tanto do agressor quanto de outras figuras de autoridade. A vítima também pode se isolar, e sua autoestima pode ser afetada, levando o indivíduo a se desvalorizar. Para Saffioti (2001, p. 16): “No processo de edipianização das gerações mais jovens, mães, professoras, babás, para mencionar apenas alguns desses agentes, exercem a função do patriarca.” No conto, além de temer a mãe, Bárbara também sente medo de sua professora, o que demonstra como o medo pode ser transferido do agressor para outra figura de autoridade, como a docente. Outro aspecto crucial na narrativa da personagem é a presença constante de uma voz interna, que se manifesta como um gesto de desobediência frente às opressões que ela enfrenta.

Durante a narrativa, percebe-se que a personagem possui uma voz interna que, a todo instante, reflete e contraria as atitudes de sua mãe. Ela chega a afirmar que, quando a mãe sai, as vozes desaparecem: “Os momentos em que mais gosto de mamãe são esses em que ela está longe e não há vozes na minha cabeça” (Martins, 2018, p. 42). Essa voz pode ser entendida como um gesto inicial de desobediência. No trecho abaixo, também é possível observar isso: “Quando a minha mãe está aqui, uma voz dentro da minha cabeça diz que devo crescer logo para ser melhor que ela, para me livrar dela” (Martins, 2018, p. 43). O papel dessa voz na construção da identidade da personagem é de extrema importância, pois, a todo momento, ela contraria as afirmações da mãe, não as aceitando, o que permite à personagem ter consciência de si mesma e não se entregar totalmente às opressões que vivencia. Essa voz representa uma recusa implícita à visão de mundo imposta pela mãe.

A voz interna de Bárbara pode ser vista como uma forma de autonomia epistemológica, pois ela constrói um entendimento próprio. Não chega a ser uma (re)existência de fato, já que ela não enfrenta a mãe diretamente (sendo ainda uma criança sob o controle da matriarca), mas representa uma contestação simbólica. Ao questionar a “verdade” imposta a ela, essa voz permite que sua mente (re) exista à dominação externa. Assim, essa autonomia epistemológica configura-se como um processo que ocorre dentro da psique do indivíduo, possibilitando a criação de cenários alternativos onde suas próprias verdades são possíveis, desafiando os discursos opressivos das figuras de autoridade. Ao analisar a voz interna da personagem, podemos introduzir a questão da decolonialidade. Segundo Mignolo (2006, p. 12):

O pensamento decolonial [...] é feito pensando em várias formas semióticas, paralelas e complementares, aos movimentos sociais que se movem nas bordas e nas margens das estruturas políticas (Estado, partidos políticos) e econômico (exploração, acumulação, opressão), pensando desapegado da imagem de uma totalidade que, como o mundo do “Show de Truman”, nos faz acreditar que literalmente não existe saída. O distanciamento que o pensamento decolonial promove traz confiança de que outros mundos são possíveis (não um novo e único que acreditamos que será “melhor” (tradução nossa).¹⁶

A voz interna da protagonista pode ser vista como uma manifestação inicial de um processo de (re)existência, que não se concretiza completamente, pois Bárbara ainda é uma criança e está presa ao sistema de opressão familiar. No entanto, essa voz questiona as imposições maternas, e isso pode ser interpretado como um processo decolonial em construção. No excerto a seguir, a protagonista continua explicando como funciona a relação entre mãe e filha:

Cora diz que a voz na minha cabeça é má e que mamãe é boa. Cora diz que mamãe não me bate, nem me obriga a ver as coisas sujas que a mãe dela a obrigava a ver quando ela era menina. Eu podia até confiar no que Cora diz, se mamãe não entregasse dinheiro a ela há muitos anos, em todo final de mês. Mamãe diz que o dinheiro é para Cora cuidar de mim, mas a voz na minha cabeça diz que o dinheiro que mamãe dá a Cora, na verdade, é para ela me vigiar (Martins, 2018, p. 43).

¹⁶ Original: “El pensamiento descolonial [...] se hace pensando se em variadas formas semióticas, paralelas y complementarias, a movimientos sociales que se mueven en los bordes e y en los márgenes de las estructuras políticas (estado, partidos políticos) y económicas (explotacion, acumulacion, opresion), pensandose em desprendimiento de La imagen de una totalidad que, com el mundo de “the Truman Show”, nos hace creer que no hay literalmente, salida. El desprendimiento que promueve el pensamiento descolonial con lleva La conianza em que otros mundos son posibles (no uno nuevo y único que creamos será “mejor”, sino otros-diversos) y que estanya en proceso de construccion, planetariamente.”

Ao conversar com a empregada da casa, que Bárbara vê também como uma extensão do domínio da mãe, é revelado que a infância da mãe foi marcada por opressões impostas pelos pais. Sua mãe apanhava e vivia situações que nenhuma criança deveria passar. Isso ajuda a entender por que a mãe de Bárbara adotou certos comportamentos. No entanto, a empregada explica que, apesar de ter vivenciado tudo isso, a mãe não obrigou a filha a enfrentar as mesmas adversidades. Sobre isso, Saffioti (2001, p. 116) afirma, “Agentes sociais subalternos, como os criados, asseguram a perfeita operação da bem azeitada máquina patriarcal.”. Assim, os agentes subalternos, embora em posições inferiores, contribuem para a manutenção das estruturas de poder patriarcais. Contudo, ao analisar a relação entre mãe e filha, percebe-se que a mãe continuou a praticar opressões contra Bárbara, por meio de outras formas, ainda que inconscientemente.

Retomando o conceito de transgeracionalidade da violência, proposto por Santos e Moré (2011, p. 224), percebe-se que a mãe não conseguiu romper com as opressões que vivenciou na infância e as transmitiu à filha. Assim, por mais que o sujeito tente se desvencilhar do trauma, esse processo se torna extremamente complexo quando inserido em um contexto patriarcal opressor. Alice Miller, em sua obra *O Drama da Criança Bem-Dotada* (1997, p. 31), explora, por meio de um estudo de caso, as consequências da relação entre mãe e filha e ressalta:

Beatriz não foi maltratada fisicamente em sua juventude. Ela, no entanto, teve que aprender como uma criança pequena como fazer sua mãe feliz por não chorar, por não ter fome- por não ter nenhuma necessidade”. Em seguida, ela afirma que a mulher : “(...) sofreu primeiro de anorexia e, e, seguida, ao longo de sua vida adulta, de depressão grave (Miller, 1997, p. 32).

Esse caso é semelhante ao drama de Bárbara, que deixa de se alimentar e de se aceitar para tentar fazer com que a mãe gostasse dela, excluindo sua própria forma de ser. A respeito disso, Miller (1997, p. 51) afirma:

Na maioria das sociedades, as meninas sofrem discriminação adicional porque são meninas. Desde que as mulheres, entretanto, tem geralmente o controle de infantes e de crianças recém-nascidos estas, meninas anteriores podem passar sobre as crianças na idade a mais macia o desrespeito de que sofreram uma vez.

Na sociedade patriarcal e, especificamente, na família nuclear, as meninas são desprovidas de poder e sofrem muito mais agressões do que os meninos. Em razão disso, muitas dessas meninas, ao se tornarem mães, transmitem aos filhos as opressões e desrespeitos que vivenciaram quando crianças. A filha, quando adulta, não tendo outro meio de se livrar de seu

fardo, vinga-se sobre seus próprios filhos (Miller, 1997). No trecho a seguir, após ouvir e, em outras ocasiões, relutar contra a voz em sua cabeça, ela termina a redação e escreve: “Quando mamãe está por perto, não gosto de mim. Quando mamãe está por perto, quero ser uma menina sem mãe. Quando mamãe está por perto, desejo morrer” (Martins, 2018, p. 44).

Ao entregar a redação, na qual expressava o que realmente sentia em relação à mãe, Natália percebeu que a professora estava interessada apenas em ler o que ela havia escrito:

-Tia Elza, quero lhe falar!

Ela me ignorou e continuou lendo. A voz na minha cabeça nunca mentia.

A voz na minha cabeça disse que ela lia minha redação. Eu conseguia ver manchas no papel que só podiam ser meus borrões azuis. Como a professora não me olhava, puxei de uma vez a redação que ela lia e a desfiz em pedacinhos. Puxei as outras também, que se espalharam no chão. Ela apenas deu um gritinho e ergueu a cabeça para mim fingindo que não entendia o que estava acontecendo. Só então vi o rosto da professora e me dei conta do horror: o rosto da Tia Elza havia se transformado no rosto de mamãe!

A mamãe sempre dava um jeito de inventar surpresas e descobrir tudo! (Martins, 2018, p. 45).

Natália escreve a redação, expressando tudo o que sente em relação à mãe, mas, ao entregar a prova, decide rasgá-la ao descobrir que ela seria entregue à sua mãe. Essa atitude da personagem pode ser vista como uma forma de (re)existência não concretizada, pois ela não conseguiu enfrentar as figuras de autoridade (mãe e professora Elza). Assim, pode-se afirmar que a construção da (re)existência é um caminho ainda por percorrer, uma atitude de afirmação que contraria o patriarcado e a colonialidade de poder.

2.2 A reprodução da violência familiar: o impacto da opressão na formação dos filhos em “Retrato de Família”

O segundo conto a ser analisado intitula-se “Retrato de Família”. Nessa narrativa, Lindevania Martins apresenta uma família profundamente marcada pelo patriarcado e pelo machismo. O núcleo familiar é composto pelo pai, um homem extremamente violento e misógino; pela mãe, vítima constante de abusos; pela filha mais velha; e pelos dois irmãos gêmeos caçulas. As personagens apresentadas por Lindevania não possuem nomes, o que leva a crer que podem ser representações de tipos de sujeitos presentes na sociedade. O casamento entre o pai e a mãe reflete o modelo tradicional da família brasileira, no qual o homem, após desonrar a mulher, sente-se obrigado a casar-se com ela. Essa imposição leva o pai a exercer diversas formas de violência sobre a esposa e os filhos. Esse ambiente de opressão não apenas

afeta os membros da família diretamente, mas também os condiciona a reproduzir os mesmos comportamentos violentos e abusivos, perpetuando o ciclo de opressão.

O sistema-mundo moderno/patriarcal/capitalista/colonial (Grosfoguel, 2008) é estruturado por hierarquias de classe, sexo, gênero, raça, língua e território. Nenhum indivíduo escapa dessas hierarquias, que geram desigualdades, marginalizações e violências contra os sujeitos subalternizados. Quijano (2005) afirma que, com a criação da categoria "raça" como ferramenta de exploração e dominação, surge uma outra hierarquia mais antiga, a do gênero. Esse sistema de domínio visa submeter as mulheres, estabelecendo uma hierarquia vertical, onde os homens ocupam a posição superior, detendo privilégios e prerrogativas, enquanto as mulheres ficam subordinadas, vulneráveis à violência e à opressão. Essa hierarquização naturaliza as desigualdades e a exploração das mulheres, sendo possível somente por meio da perpetuação do patriarcado.

Nos dois contos, observa-se que o patriarcado serve como base para a promoção de violências naturalizadas contra as mulheres. De acordo com Manuel Castells (1999, p. 169): “caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e os filhos no âmbito familiar”. O modelo de família imposto à sociedade brasileira foi construído com base no patriarcado europeu, onde todas as mulheres eram consideradas inferiores aos homens. Esse patriarcado, embora tenha perdurado após a independência das metrópoles, segue controlando os corpos femininos e conferindo poderes aos homens. Nesse contexto, torna-se essencial uma reflexão sobre o que caracteriza a família nuclear brasileira.

Esse modelo de família é estruturado através da divisão de tarefas e responsabilidades, sendo reproduzido de geração em geração, o que naturaliza papéis sociais específicos. Como destaca Lang (2001, p. 461): “os homens dominam coletiva e individualmente as mulheres. Esta dominação se exerce na esfera privada ou pública e atribui aos homens privilégios materiais, culturais e simbólicos”. Nesse contexto, espera-se que o homem seja o provedor do lar, exercendo poder sobre os demais membros da família, enquanto a mulher deve se conformar ao papel de uma figura silenciosa, obediente e restrita ao lar. Além disso, existem outros papéis socialmente impostos, como a expectativa de que a mulher seja mãe e sua principal responsabilidade seja cuidar dos filhos, que dependem dela dentro dessa estrutura familiar. Oyèrónké (2020, p. 88) afirma:

Assim, a categoria fundamental da diferença, que aparece como universal a partir dos limites da família nuclear, é o gênero. A mulher no centro da teoria feminista, a esposa, nunca sai do espaço domiciliar. Como um caracol, ela carrega a casa em torno de si mesma. Consequentemente, onde houver uma mulher, esse lugar torna-se a

esfera privada da subordinação das mulheres. Sua presença define-o como tal. O problema não é que a conceituação feminista comece com a família, mas que ela nunca transcenda os estreitos limites da família nuclear.

Desse modo, é evidente como essa instituição familiar funciona como uma ferramenta de dominação sobre o corpo feminino. No trecho a seguir, a narradora do conto descreve a formação de sua família e como o patriarcado impacta as relações entre seus membros: “A gravidez acidental da adolescente solitária, o casamento forçado sob ameaça de bala e velhos costumes, a mudança para a capital, o nascimento da primeira filha e, logo depois, dos gêmeos cujas faces em nada denunciavam a irmandade” (Martins, 2018, p. 73).

A sociedade brasileira é profundamente machista, em grande parte devido à :“influência de governos coloniais e neocoloniais”, como destaca Oyèrónké (2020, p. 90), e isso teve um impacto direto na formação da família da narradora. O pai, ao engravidar a mulher, foi obrigado a casar-se, seguindo os costumes da época, uma vez que uma mulher grávida sem marido era estigmatizada como prostituta e severamente marginalizada pela sociedade.

A mulher sem marido é, portanto, destituída de interesse para o direito. Se é menor, depende do pai. Se não se casa, é uma mulher solitária, civilmente capaz do ponto de vista jurídico, mas socialmente à margem, com exceção dos raros e brilhantes exemplos colhidos nos meios intelectuais e artísticos (Arnaud Duc, 1994, p. 130).

Uma mulher sem marido é uma mulher “sem honra”. A honra, nesse contexto, funciona como uma ferramenta para marginalizar a mulher da sociedade, e o homem se torna o legitimador desse status. Nesse cenário, uma mulher grávida que não se casasse era julgada por quebrar o modelo de família ideal. Ao retomar o conto “Querida Mamãe”, observa-se que ambos os contos em questão apresentam a instituição da família como uma estrutura de poder, quase como uma empresa, cujo objetivo é aprisionar as mulheres ao lar doméstico.

Outro aspecto importante no conto analisado é a gravidez acidental: a personagem engravida ainda na adolescência e é forçada a casar-se com um homem que não ama. Pelo contrário, existe um sentimento de ódio na relação entre marido e mulher, pois a mulher tem retirado de si o direito de escolha, sendo obrigada a seguir um caminho imposto pela sociedade e o patriarcado. Dessa forma, ela se vê em um casamento infeliz e sem amor. No próximo trecho do conto “Retrato de Família”, a narradora desenvolve a história de sua própria família:

[...] Cada vez que relembrava aquela vidinha forçosamente em conjunto, vidinha espremida entre quartos abafados e janelas pequenas, numa casa onde se respirava um ar difícil. Onde uma mãe, ainda jovem, a cada dia, acordava mais infeliz que no dia

anterior, mais cega de uma cólera que não havia quem pudesse conter. Nem o pai com a mão erguida. Nem o pai com a mão em repetidas sovas sobre os flancos da mulher irada (Martins, 2018, p. 73).

Através do trecho, percebe-se como a vida da nova família se desenrola. Um homem e uma mulher que não se amavam passaram a se odiar cada vez mais, e isso resultou em uma série de violências cometidas pelo homem contra a esposa. A violência de gênero é uma forma de dominação utilizada pelos homens para legitimar seu poder sobre as parceiras. A dinâmica familiar revela como o patriarcado e a colonialidade de gênero se entrelaçam, criando um cenário opressor para o corpo feminino. A mulher não só sofre agressões físicas, mas também fica presa em um ciclo vicioso de opressão. De acordo com Saffioti (2001, p. 115):

[...] No exercício da função patriarcal, os homens detém o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência [...].

Desse modo, percebe-se como o homem utiliza-se da violência para disciplinar e comandar o corpo feminino. Nesse sentido: “A ordem patriarcal de gênero, rigorosamente, prescinde mesmo de sua presença física para funcionar” (Saffioti, 2001, p. 115). Nesse sentido, a presença do pai, dentro desse contexto familiar, funciona como uma forma de oprimir os demais sujeitos (filhos e esposa).

Desse modo, percebe-se como o homem utiliza a violência para disciplinar e comandar o corpo feminino. Nesse sentido, Saffioti (2001, p. 115) afirma, “A ordem patriarcal de gênero, rigorosamente, prescinde mesmo de sua presença física para funcionar”. Ou seja, a presença do pai dentro desse contexto familiar não é apenas física, mas simbólica, funcionando como uma forma de oprimir os demais membros da família, como filhos e esposa. Sobre isso, Hooks (2000) também reforça que:

[...] é baseada na crença de que é aceitável que um indivíduo mais poderoso controle outros por meio de várias formas de força coercitiva. Essa definição estendida de violência doméstica inclui a violência de homens contra mulheres, a violência em relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo e a violência de adultos contra crianças (Hooks, 2018, p.74).

Na família patriarcal, a presença do homem é geralmente vista como a de um indivíduo mais poderoso, responsável pela produção de violências. Isso evidencia como as estruturas de

poder normalizam a subordinação, mantendo o patriarca como figura central na preservação desse controle. A casa da família, nesse contexto, funciona como um microcosmo do controle patriarcal. A protagonista descreve a residência como: “quartos abafados e janelas pequenas, numa casa onde se respirava um ar difícil” (Martins, 2018, p. 73). Essa imagem constrói a casa como um ambiente claustrofóbico, no sentido metafórico, onde a pressão e o controle dominam o espaço, refletindo a opressão vivida pelos membros da família.

Ao retomar o conto “Querida mamãe”, observa-se que ambos os relatos expõem a estrutura familiar como um espaço de opressão, onde a violência é legitimada e perpetuada contra os indivíduos mais vulneráveis, especialmente mulheres e crianças. A diferença fundamental entre os dois contos está no fato de que, no primeiro, a violência não é exercida por uma figura masculina, mas por uma mulher que internaliza e reforça as dinâmicas patriarcais, assumindo o papel de opressora e dominadora em relação à filha. Esse fato revela como a colonialidade de gênero (Lugones, 2020) pode se perpetuar até mesmo na ausência de uma figura masculina, evidenciando a interiorização das estruturas patriarcais pelas mulheres.

Tanto a mãe quanto os filhos viviam naquela casa e viam as agressões como algo natural, pois não tinham o poder de fugir ou abandonar a figura patriarcal, devido à dependência que tinham em relação a ele. Essa dinâmica também é observada no primeiro conto, em que a personagem Bárbara não conseguia escapar da opressão, pois, sendo uma criança, dependia dos cuidados maternos e, conseqüentemente, passou a internalizar a violência da qual não podia se afastar. Segundo Lugones (2020), as relações entre homem e mulher são socialmente construídas. No entanto, a mãe da protagonista, embora subjugada, manifesta raiva, o que pode ser interpretado como uma subversão ao comportamento tradicional das mulheres diante da violência. Esse comportamento reflete um desafio, ainda que simbólico, à dominação patriarcal. Como destaca Saffioti (1984, p. 70): “Durante todo o período colonial, a timidez e a ignorância constituíam, como registram os viajantes estrangeiros, traços essencialmente femininos”, sugerindo que, ao demonstrar raiva, a mãe quebra, ainda que de forma limitada, o estereótipo da mulher submissa. Assim, essa reação é um indício de (re) existência, de uma tentativa de subverter a violência, ainda que o contexto patriarcal e a estrutura de poder continuem a oprimi-la.

A mulher, reduzida ao ambiente doméstico, estava vulnerável à dominação do homem. Este, como representante da família, sentia-se no direito de afirmar sua autoridade sempre que era contrariada. Nesse sentido, Saffioti (2015, p. 75) explica que essas práticas de opressão reforçam o conceito de violência familiar, que abrange tanto membros de uma mesma família extensa quanto nuclear, considerando a consanguinidade e a afinidade. Assim, observa-se como

a violência é utilizada pelo homem não só para dominar a mulher, mas também os filhos, consolidando seu poder dentro do espaço familiar.

Os filhos do casal foram vistos como uma "maldita obrigação", como descreve a narradora: "Nós, os filhos, sempre fomos outra coisa. Outra coisa que não filhos. Instrumentos daquele ódio desenfreado que um pai nutria contra o outro e que se espalhava sobre nossos corpos, os corpos dos filhos [...]" (Martins, 2018, p. 73). Isso revela que os filhos foram concebidos e tratados como uma obrigação imposta pela família, com o único objetivo de atender às expectativas sociais. Esse comportamento reflete claramente a dinâmica dos papéis sociais dentro da estrutura familiar patriarcal. Hooks, em *E eu não sou uma mulher?* (2019), discute como as mulheres, tanto brancas quanto não-brancas, eram vistas pela sociedade como objetos subordinados. Nesse contexto, os filhos, também sendo subjugados, assumem essa mesma posição de subordinação. Mary Drumont (1980, p. 82) afirma que:

[...] constitui portanto, um sistema de representações–dominação que utiliza o argumento do sexo, mistificando assim as relações entre os homens e as mulheres, reduzindo–os a sexos hierarquizados, divididos em polos dominante e polo dominado que se confira mutuamente numa situação de objetos.

Assim, os filhos são vistos como o "outro" dentro do sistema patriarcal, desempenhando o papel de instrumentos na perpetuação das dinâmicas de opressão e vingança. Nesse contexto, Vera Regina Pereira de Andrade (2005, p. 14-15) comenta sobre o papel da mulher no patriarcado:

A esfera privada, configurada, por sua vez, como a esfera da reprodução natural, e aparecendo como o lugar das relações familiares (casamento, sexualidade reprodutora, filiação e trabalho doméstico) tem seu protagonismo reservado à mulher, através do aprisionamento de sua sexualidade na função reprodutora e de seu trabalho no cuidado do lar e dos filhos. É precisamente este o eixo da dominação patriarcal. Os atributos necessários ao desempenho deste papel subordinado ou inferiorizado de esposa, mãe e trabalhadora do lar (doméstico), são exatamente bipolares em relação ao seu outro. A mulher é então construída femininamente como uma criatura emocional/ subjetiva/ passiva/ frágil/ impotente/ pacífica/ recatada/ doméstica/ possuída.

A mulher, dentro da esfera privada, tem como principal obrigação a maternidade, sendo vista como um ser reprodutor e cuidador do lar. Ela deve ser possuída para gerar filhos e herdeiros para o homem, sendo que o amor fica em segundo plano, e o que realmente importa é a reprodução. Uma questão importante diz respeito à decisão tomada pelas duas mães analisadas até agora. As maternidades dessas mulheres revelam diferentes formas de perpetuação da violência dentro da estrutura colonial-patriarcal. No primeiro conto, a mãe, mesmo na ausência de uma figura masculina, reproduz as lógicas de dominação ao assumir o

papel de agressora, mostrando como a colonialidade do poder (Quijano, 2015) e a internalização das normas patriarcais transcendem a presença do homem. Ela poderia ter subvertido esse modelo, mas escolhe reafirmá-lo, consolidando a opressão como base das relações familiares.

No conto “Retrato de família”, a mãe está aprisionada em um ciclo de subalternidade imposto pelo patriarcado, onde sua permanência em um ambiente doméstico violento não é apenas uma escolha individual, mas uma consequência de uma estrutura que desautoriza sua autonomia e agencia sua submissão. Enquanto, por um lado, uma mãe se torna violenta devido à imposição sistêmica, a outra encarna voluntariamente o papel de dominadora, revelando a complexidade das intersecções entre gênero, poder e colonialidade no seio familiar.

A mãe da protagonista de “Retrato de família” simboliza muitas mulheres que vivem em casamentos marcados pela violência. Contudo, existem diversas razões pelas quais essas mulheres permanecem dentro desses ciclos de opressão. De acordo com Narvaz e Koller (2006, p.10), a submissão e o silenciamento das mulheres são características comuns nas relações abusivas, originando-se da:

Violência na família de origem; a re-vivência do abuso sexual sofrido em sua infância e a falta de modelos de família protetiva; as estratégias de culpabilização das vítimas, acusadas de sedutoras pelo perpetrador do abuso; o desejo de ter uma família e de manter a família unida; a dependência emocional e econômica dos parceiros abusivos; o medo do companheiro abusivo, que era violento fisicamente e fazia uso de álcool; a prescrição de obediência e submissão engendrada pelo poder patriarcal; e, a falta de apoio familiar, comunitário e/ou social (Narvaz; Koller, 2006, p.10).

Como pode ser observado, um dos fatores que levam as mulheres a permanecerem em relacionamentos abusivos é a dependência financeira em relação aos seus maridos, além do controle social, que faz com que as mulheres violentadas sejam muitas vezes culpabilizadas. Embora existam diversas razões, todas elas têm uma base comum: o poder patriarcal, que normaliza a subordinação feminina e faz com que a mulher se torne refém do poder do patriarca. De acordo com uma pesquisa realizada por Azevedo e Alves (2016), por meio de questionários semiestruturados e observações de campo no CRAM, os resultados apontam algumas razões pelas quais as mulheres têm dificuldade em abandonar casamentos marcados por agressões, sendo a dependência financeira um dos fatores predominantes. Um dos relatos é o seguinte: “Segundo P5: ‘A principal é a financeira, tendo em vista a dependência econômica da maioria delas’” (Azevedo; Alves, 2016, p. 66).

Esse é um dos principais motivos pelos quais as mulheres têm dificuldade em se separar dos maridos, refletindo as desigualdades estruturais que persistem na sociedade capitalista-patriarcal, na qual os homens são vistos como provedores e as mulheres, como cuidadoras do

lar. A esse respeito, Saffioti (1976, p. 34) afirma, “Evidentemente, as funções que a mulher desempenha na família (sexualidade, reprodução e socialização dos filhos) se vincula quer à sua condição de trabalhadora, quer à sua condição de inativa”. Assim, todas as funções operam no sentido da discriminação a partir do sexo, expulsando as mulheres das estruturas de classe ou ligando-as a uma integração periférica.

Além disso, em seu texto "*Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*" (2005), Quijano afirma que a colonialidade do poder organiza as categorias sociais de classe, raça e gênero no mundo moderno-colonial. Nesse contexto, são estabelecidas relações de dependência econômica entre sujeitos, o que se reflete principalmente nas dinâmicas familiares. Ao se dedicarem à família, muitas mulheres deixam de estudar e se profissionalizar, o que as impede de se desvincular dessas relações no futuro.

Muitas mulheres permanecem nessas relações devido aos filhos. Como exemplifica uma das falas de P6: “A maioria tem filhos, praticamente todas... e a partir de três filhos. E outra... quando era menos de três filhos ainda eram jovens, tipo, adolescentes ainda... vamos supor, aos 14 anos, 15 anos, entendeu?” (Azevedo; Alves, 2016, p. 67). Essa situação pode ser observada através da colonialidade de gênero (2020), que atribui à mãe o cuidado materno e o sacrifício total. É ela quem deve cuidar e proteger sua prole. Além disso, muitos homens utilizam chantagem emocional contra essas mulheres, ameaçando tirar-lhes os filhos. Segundo a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (2016), no primeiro semestre de 2016, o Disque 180 registrou que 78,72% das mulheres que sofreram violência doméstica tinham filhos, e 82,86% dessas crianças presenciaram ou também foram vítimas de violência.

Outro fator importante é a dependência emocional: “[...] por uma criação machista, acaba sempre acreditando que o homem mudará, o que envolve também a questão do romantismo de mulher, a qual sempre acredita num conto de fadas em que tudo terá um final feliz ?” (Azevedo; Alves, 2016, p. 68).

A entrevistada 6 afirma:

As causas podem ser várias... a gente não pode determinar uma causa, “é por causa disso que acontece!”, cada caso é um caso [...] mas para mim, há um gostar, na minha maneira de pensar doentio [...] E que elas não conseguem muitas vezes sair da situação e que eu vejo que algumas tentam sair e até conseguem, porque quando querem sair, conseguem, mas tem outras que não conseguem porque a gente vê que não fazem nenhum esforço para conseguir aquilo ? (Azevedo; Alves, 2016, p. 67).

A colonialidade de gênero faz com que muitas mulheres assumam a posição de submissão em relação aos seus parceiros, sacrificando-se para a manutenção da família. Como

afirma Saffioti (1976), “quer a mulher desempenhasse papéis úteis, quer levasse vida ociosa, era a aceitação, por parte do elemento feminino, da completa supremacia do homem sobre a mulher no grupo familiar e na sociedade em geral”. O destino das mulheres, em sua maioria, era a subordinação ao patriarca, representado por figuras como o pai, o marido, os irmãos, ou outras autoridades. Dessa forma: “todo o processo de socialização da mulher encaminhava-a para essa submissão” (Saffioti, 1984).

De acordo com a narradora do conto: “Naquela casa, todo dia, se comia o pão empedrado do dia anterior. Todo dia, naquela casa, se rememoravam as amarguras sem fim do dia anterior (...)” (Martins, 2018, p. 74). Os filhos cresciam em um ambiente marcado pelo ódio, ouvindo palavras cruéis e presenciando comportamentos que nenhuma criança deveria ver. Quase não havia gestos de carinho; ao contrário, eles testemunhavam as constantes agressões que a mãe sofria. É importante notar que essas agressões aconteciam dentro do ambiente familiar, que, como afirma Bezerra (2017), é o principal local onde ocorre a violência contra a mulher, um espaço frequentemente distante do olhar atento de vizinhos e outros membros da comunidade.

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa DataSena (2024), 78% das mulheres entrevistadas relataram sofrer violência psicológica, seguida pela violência física, com 75%. A maioria das entrevistadas eram mulheres negras, representando 81% do total. Em relação ao número de moradores nas residências, 30% informaram que em suas casas vivem 5 ou mais pessoas. O conto “Retrato de Família”, de Lindevania Martins, reflete claramente a realidade da sociedade maranhense, onde homens não só agredem suas companheiras fisicamente e psicologicamente, mas também maltratam seus filhos.

Nesse cenário de brigas, violências e discussões constantes, a narradora explica que ela e seus irmãos passaram a reproduzir os mesmos comportamentos de agressão entre si:

E nós entramos naquele jogo sem nunca nos perguntarmos se poderíamos fazer diferente do que aqueles dois faziam, sermos outra coisa que não lâmina, que não tiro, que não veneno. Atirávamos dardos entre nós, entre os irmãos, e nos feríamos reciprocamente, tanto quanto os pais o faziam. Cortes profundos na alma (Martins, 2018, p. 74).

A partir do relato da narradora, percebe-se que os filhos passaram a reproduzir inconscientemente as dinâmicas familiares de violência. Não se tratavam apenas de feridas físicas, mas de feridas profundas na alma desses indivíduos, evidenciando como os cortes emocionais e psicológicos eram marcantes e duradouros. Nesse contexto, ainda é possível observar como essas violências eram perpetuadas, conforme descrito pela narradora:

Logo percebi que batiam em meu rosto porque podiam fazê-lo sem medo de revide e que era por isto que feriam os filhos, que os sufocavam, que os torturavam, quando não podiam fazê-lo aos que verdadeiramente os machucavam, pois, naquele mundinho perverso, nós éramos as vítimas ideais, as que não protestavam, as que não se esquivavam, as que não se rebelavam, as que não matavam (Martins, 2018, p. 75).

A narradora explica que seus pais batiam nos filhos, e ela era a principal vítima dos bofetões. Nesse cenário, pode-se perceber como a hierarquia patriarcal funciona dentro da família nuclear. De acordo com Saffioti (2015, p. 77), “[...] a hierarquia começa no chefe e termina no mais frágil dos seus filhos, provavelmente filhas[...]”. A narradora era a filha que mais sofria violência, e, através dessa dinâmica, é possível observar como a colonialidade de gênero (Lugones, 2020) se manifesta, pois o sistema patriarcal é opressivo contra as mulheres, tanto no ambiente doméstico quanto nos espaços públicos.

Diante dessa situação, a personagem toma uma decisão significativa: ela decide ter um filho para ensiná-lo sobre o verdadeiro valor de uma família, uma família composta apenas por ela e seu filho, sem a presença de um pai agressivo que a batesse e que também agredisse o filho. Dessa forma, ao conceber seu filho, ela vê essa decisão como uma forma de revolta contra o modelo de família patriarcal, uma tentativa de fuga daquele ambiente opressor. Como afirma a narradora, ela queria ter um filho para: “[...] arranhar as faces dos meus pais com as unhas de bebê do meu filho, matar os dois de vergonha com o escândalo do meu filho sem pai” (Martins, 2018, p. 76).

A decisão de ter um filho aparece como uma forma de enfrentamento à lógica imposta pela estrutura familiar patriarcal. Esse comportamento pode ser interpretado como uma tentativa de romper com a colonialidade de gênero (Lugones, 2020), pois, ao formar uma nova família, a narradora opta por não incluir a figura masculina, criando, assim, um espaço onde ela e seu filho poderiam viver sem as violências e opressões associadas ao patriarcado. Essa ação revela uma subversão do modelo tradicional de família, no qual o homem ocupa a posição de autoridade e o centro do poder familiar. Sobre isso:

[...] torna-se possível desestabilizar a sustentação de seu discurso e sua consequente interferência nas práticas e significados da maternagem. Cria-se, então, um espaço para articulação de contranarrativas que visem a estimular alternativas de maternagem que empoderem as mulheres, em vez de oprimi-las (O’reilly, 2013, p. 188, tradução nossa).¹⁷

¹⁷ Texto original: “[...] it becomes possible to destabilize the support of her discourse and its consequent interference in the practices and meanings of mothering. A space is then created for articulating counter-narratives that aim to encourage mothering alternatives that empower women, instead of oppressing them (O’reilly, 2013, p. 188).

Ao ter um filho sem pai, a narradora almeja criar uma nova alternativa de maternidade. Essa alternativa funciona tanto como uma forma de fugir da lógica patriarcal quanto como uma maneira de se empoderar, experimentando outras formas de ser mulher. Ser mãe solo seria motivo de vergonha para a família, mas nem sempre essa organização familiar foi vista como algo errado. Citando Allen, Oyěwùmí (2020) escreve que: “Gunn Allen afirma que muitas comunidades tribais de nativos-americanos eram matriarcais” (2020, p. 63). Antes da imposição do patriarcado, muitas dessas comunidades possuíam estruturas matriarcais nas quais as mulheres exerciam poder dentro dessas organizações. Ela também menciona que, “As mulheres cheroquis tinham o poder de declarar guerra, decidir o destino dos prisioneiros, falar no conselho de homens [...]” (Oyěwùmí, 2020, p. 76). A imposição do patriarcado trouxe impactos profundos na vida das mulheres, tornando até mesmo a ideia de ser mãe solo uma afronta, uma anormalidade. A mulher, portanto, não pode simplesmente decidir viver sozinha com seu filho, sem que um homem tenha de validar essa decisão.

Ela saiu de casa com o objetivo de (re)existir às imposições patriarcais e às opressões provenientes desse sistema. No entanto, a personagem afirma que viveu tempo demais no seio daquela família, e as influências que exercia sobre o seu corpo e sua mente eram muito fortes. Isso pode ser observado no trecho a seguir:

[...] vivi entre eles tempo demais para me livrar por completo do seu peso. Aqueles pais, aquela casa, aqueles irmãos, a contragosto, continuaram lá, no fundo de qualquer pensamento meu, quaisquer que fossem, mesmo os mais inofensivos, plantados feito árvores centenárias. Fantasmas habitando pesadelos. (Martins, 2018, p. 76).

Aquela família, num processo lento demais para que me desse conta, me transformou num monstro. Antes, chorava tanto e, hoje, não choro mais. Hoje, nada mais me fere, nada mais me assusta, nada mais me toca. A inaptidão para o abraço verdadeiro, adquirida naquela família, me persegui durante anos [...] (Martins, 2018, p. 77).

Com o tempo, a personagem tornou-se uma mulher incompreensível, dura, um monstro. Não tinha aptidão para chorar, para sentir; era uma mulher silenciosa e, ao casar-se, tornou-se a representação fiel da mulher na família nuclear: a mulher silenciosa, que desconta sua raiva e ódio em seu filho. O que aconteceu com a protagonista foi a perpetuação de uma herança transgeracional (Santos, 2013). Esse conceito, segundo o autor, caracteriza-se pela transferência de mitos, tabus e padrões relacionais que são passados de geração em geração como uma herança familiar. Muitas vezes, o trauma é transmitido entre os descendentes, e foi isso que aconteceu com a protagonista. Ela acreditava ter superado os traumas e que faria diferente, mas acabou introjetando a dor e, assim, tornou-se uma pessoa semelhante aos seus pais, alguém que perpetua a violência contra os filhos. Sobre isso, Saffioti (2015) afirma:

A vítima de abusos físicos, psicológicos, morais e /ou sexuais é vista por cientistas como indivíduo com mais probabilidades de maltratar, sodomizar outros, enfim, de reproduzir, contra outros, as violências sofridas, do mesmo modo como se mostrar mais vulnerável às investidas sexuais ou violência física ou psíquica de outrem (Saffioti, 2015, p. 18-19).

A personagem tinha o objetivo de modificar a forma de ser mãe, mas acabou reproduzindo os mesmos comportamentos violentos que seus pais praticavam. Além disso, seus irmãos gêmeos mais novos também passaram a usar a violência com os outros, pois ingressaram no mundo do crime. Conforme Santos e Moré (2011, p. 224):

Desse modo, a violência perpetrada contra a mulher dentro da família, ao repercutir de tal maneira em crianças e adolescentes, pode formar um ciclo contínuo de problema, ou o que se chama de transgeracionalidade da violência, que nada mais é que uma herança transmitida de uma geração a outra com o amparo social e cultural.

Nota-se que os filhos se alimentaram das violências produzidas pelos pais e passaram a repercuti-las sobre outros sujeitos. A irmã tornou-se uma mulher opressora contra seu filho, e os irmãos, assassinos. Assim, se manifesta a transgeracionalidade da violência (Santos e Moré, 2011), que se define como a transmissão de comportamentos de uma geração para outra. Essas violências sustentam-se porque a cultura patriarcal contribui para isso. Assim, o legado da opressão passa de pais/mães para filhos. Essa questão também é perceptível no conto “Querida mamãe”, em que a mãe da personagem começa a reproduzir a mesma opressão que sofria de seus pais contra a filha. Isso evidencia a dificuldade de se desvencilhar das estruturas patriarcais e coloniais que sustentam essas opressões.

Outro ponto relevante é que a narradora afirma que o fato de ser mãe solteira causou mais desgosto nos pais do que o fato de ter filhos assassinos, demonstrando, dessa forma, como a mulher sempre é perseguida e julgada por suas atitudes. Isso pode ser notado no trecho abaixo:

Não foi isso que matou os pais. Não foi a sordidez das mortes provocadas pelos dois algozes criados por eles que os matou. Aquilo, no fundo, a esperteza em driblar a polícia, em planejar mirabolantes fugas, no fundo, despertava neles um tipo de orgulho. Um orgulho secreto que nunca diziam, mas que escapava involuntariamente de seus olhos odiosos. De mim, eles não tinham orgulho, senão pesar, diziam eles. E eles não tinham orgulho porque me rebelara contra aquela educação para o crime, porque não os deixara conduzir minha vida para o mesmo precipício para onde levaram os dois irmãos (Martins, 2018, p. 79).

Os irmãos ingressaram no mundo do crime e tornaram-se assassinos. Isso demonstra como os impactos da violência familiar afetaram profundamente os dois. Segundo Rodrigues e Chalhub (2014, p. 83), os efeitos dessa violência podem ser observados a curto e médio prazos,

e incluem:

danos físicos leves a danos cerebrais irreversíveis), comportamental (empobrecimento das relações interpessoais, agressão física, comportamentos antissociais e delinquência), cognitivo (baixo rendimento escolar, problemas de aprendizagem e de atenção) (...).

Assim, percebe-se que os irmãos sofreram mudanças comportamentais significativas, que os levaram a abandonar a escola e a ingressar no mundo do crime. Diante desse cenário, a narradora expressa sua insatisfação com a atitude dos pais, que sentem orgulho do destino dos filhos, enquanto ela, que não escolheu viver daquele modo e que, ao contrário, teve um filho, era vista como a vergonha da família.

Míriam Sagim (2008) realizou uma pesquisa na qual apresenta relatos de crianças e adolescentes que presenciaram a violência dentro de suas famílias. A violência é diária, como é retratado no conto, e essas crianças já se acostumaram a apanhar todos os dias. A seguir, um dos relatos: “(...). Apanho todo dia, quebro um copo e minha mãe bate tanto que machuca eu toda, se abro a boca apanho, eu nem sei por que mais apanho, sempre, e já fui pro hospital muitas vezes, o dia que não apanho, sou feliz (E-50, E-53, E-62)” (Sagim, 2008, p. 183).

A narradora cita que: “O ódio era distribuído equitativamente, em porções diárias, numa rotina que cravava uma segurança ancorada justamente naquela previsibilidade” (Martins, 2018, p. 74). Na família da narradora, não havia filhos preferidos; ao contrário, todos eram igualmente odiados.

Segue o relato: “Minha mãe só apanha, meu pai bate nela e ela fica doente e machucada, já foi pro hospital, a violência do meu pai pra minha mãe é todo dia” (E-67, E-68, E-73) (Sagim, 2008, p. 183). Logo, presenciar a mãe sendo agredida pelo pai é um sofrimento para as crianças e adolescentes, deixando marcas que muitas vezes se tornam irreversíveis. Vivenciar esses acontecimentos pode provocar ira, raiva e agressividade nos indivíduos, muitas vezes persistindo até a fase adulta. Os irmãos da narradora também são violentos, e provavelmente ela desenvolveu uma forma de proteção contra eles, já que não mantinha contato com eles na fase adulta. A mãe da narradora, apesar de odiar o marido, não teve forças para ir embora, permanecendo naquela situação de violência e contribuindo para que os filhos sofressem as consequências da violência patriarcal.

Assim como ela, muitas mulheres estão presas às suas famílias, sem oportunidades ou possibilidades de se desvencilharem de seus maridos. Lindevania Martins representa milhares de mulheres que apanham diariamente de seus companheiros. De acordo com uma pesquisa

realizada por Zancan *et al.* (2013), é possível conhecer os relatos de algumas mulheres vítimas de violência, como mostram os trechos a seguir:

Ele pulou pra cima de mim e me deu um tapa, e ele falava que se eu fizesse alguma coisa ele ia ficar com a guarda dos meus filhos porque eu não trabalhava e não tinha direito. Ele me ameaçava direto se eu fizesse qualquer coisa que desagradasse, que eu não tinha direito e ia me deixar sem nada. Às vezes era até pior do que agressão mesmo (Roberta) (Zancan *et al.*, 2013, p. 67).

Como a própria narradora relata, sua família possui tradições antigas nas quais o homem deve se casar caso desonre uma mulher, e, ao casar-se, a mulher torna-se totalmente dependente do marido. Ela passa a dedicar-se exclusivamente ao cuidado do lar e à criação dos filhos, afastando-se do mercado de trabalho e tornando-se financeiramente dependente dele. Essa dependência é então utilizada como justificativa para que o homem controle sua parceira, dizendo que ela não tem para onde ir. Sobre a violência intrafamiliar, Rodrigues e Chalhub (2014) afirmam:

A violência intrafamiliar, qualquer que seja o tipo (ver QUADROS 1 e 2), deixa marcas no desenvolvimento da criança/adolescente que, direta ou indiretamente, a vivencia. No momento do vínculo amoroso, tais marcas podem ressurgir quando o indivíduo se depara com uma nova experiência: a de ser mãe ou de ser pai (Rodrigues; Chalhub, 2014, p. 84).

Segundo os autores, no momento em que a criança ou o adolescente se tornam pais, as marcas das violências sofridas podem ressurgir no relacionamento com seus filhos. As violências e os traumas vivenciados na infância podem influenciar a vida adulta, fazendo com que as relações parentais sejam modificadas. Muitos indivíduos se tornam arrogantes e violentos, e, muitas vezes, justificam seus comportamentos com base no tratamento que receberam de seus próprios pais. Isso pode ser observado no relacionamento entre a narradora e seu filho. No aniversário do filho, a narradora menciona que:

Hoje, há poucos minutos, quando comemorávamos seu aniversário de vinte anos, na frente de todos os nossos convidados, meu filho disse que o sufoco e o oprimo usando as mesmas palavras que sempre usei para falar do sufocamento e da opressão que aquela família me causava (Martins, 2018, p. 81).

Desse modo, percebe-se que, em vez de romper com a visão de família que tinha, a personagem acabou apenas reproduzindo as mesmas opressões e violências que sofria. Assim, ela não quebrou os ciclos de violência. A personagem apresentada por Lindevania Martins não

promoveu uma práxis decolonial. Esse comportamento adotado por ela reflete o padrão de muitas pessoas que, ao vivenciarem o trauma da violência, tendem a repetir a forma como foram tratadas por seus pais na educação de seus filhos, perpetuando o modelo parental aprendido. Em alguns casos, há rupturas desses padrões, mas no caso da personagem de Lindevania, não houve. Algumas pessoas têm consciência do que estão perpetuando, mas a personagem não. Ela estava tão focada em ser diferente que não percebeu que estava se transformando em uma opressora.

Com o tempo, percebia com indisfarçável horror, meu rosto magro cada vez se parecia mais com o rosto igualmente magro daquela mãe. Meus cabelos densos com os cabelos igualmente densos daquele pai. A mesma forma de caminhar peculiar aos irmãos se desenhava involuntariamente nos meus passos, logo denunciando aquela fraternidade abjeta (Martins, 2018, p. 77).

Como pode ser observado, pouco a pouco, a personagem adotou os comportamentos daquela família para si e os transmitiu para seu filho. Sobre isso, Thaís Silva e Cristiane Tolomei (2024, p. 263) afirmam:

Nesse retrato da família nuclear, embasada nas práticas do patriarcado, a personagem, ao casar-se, passou a criar o filho com o padrasto da criança, reproduzindo os mesmos ciclos de opressão e silenciamento de sua família de origem, uma vez que é composta também por um homem colocado como chefe, uma mãe indiferente ao filho e esse sofrendo as consequências da relação, ou seja, as experiências de violências se repetem.

A esse processo de repetição de opressões dentro da família, dá-se o nome de fase do Ciclo Vital Familiar de Aquisição (Silva *et al* , 2021). De acordo com os autores:

Essa fase trata da formação de um novo sistema, ou seja, a família é considerada como um sistema complexo, que se move através do tempo, levando consigo toda uma história, a ideia de união implica a fusão de dois sistemas familiares inteiros, ou seja, os valores, costumes e tradições dos grupos de origem dos parceiros serão redefinidos para a construção de um novo (Ronchi & Avellar, 2011) (Silva *et al*, 2011, p. 250).

Os dois sistemas familiares se fundiram e, com a criação de um novo sistema, a história, crenças e comportamentos dos indivíduos se repetiram. A mãe, enfim, percebeu que não conseguiu desvencilhar-se de sua família: “Meu filho, que hoje se volta contra mim, eu sei, é o reflexo daquela doença que carregávamos no sangue e nos tornava impiedosos uns para com os outros” (Martins, 2018, p. 83). Ao reconhecer seus erros, a personagem decide fugir do aposento onde estavam todos os convidados. Ela foge de casa e seu marido a acompanha,

fazendo companhia a ela, como pode ser notado no trecho abaixo:

Seus braços recebem meu corpo febril e mole como se fossem abrigo, agasalho, ninho, berço. Como sempre quis que aquele pai e aquela mãe um dia o recebessem. Em silêncio, meu corpo se molda às suas cavidades queridas, esperando que diga o que deve ser dito (Martins, 2018, p. 84).

Nota-se que, ao final de tudo, a personagem almejava pela presença masculina, contrariando o que ela desejava no início de sua trajetória: não ter um homem em sua vida e na de seu filho. Ela queria que ele suprisse todas as suas expectativas, desejos e vontades. Isso demonstra que ela não rompeu com a ideia de família, na qual o homem é o protetor, provedor e cuidador da esposa. Ao analisar os contos, percebe-se que, apesar das diferenças contextuais, ambas as personagens maternas permaneceram dentro da estrutura familiar patriarcal, ainda que por motivos distintos. Em “Querida mamãe”, a mãe, mesmo sem a presença de um homem, mantém e perpetua a opressão, assumindo a posição de dominadora e reforçando as normas patriarcais que subjagam a filha. Já em “Retrato de família”, a mãe permanece no relacionamento violento não por escolha deliberada, mas por estar aprisionada na estrutura patriarcal que naturaliza sua subalternidade.

A consequência direta dessas permanências é a reprodução do ciclo de violência e opressão. A mãe do conto “Querida Mamãe” sofreu violência de sua mãe e passou a repetir os mesmos comportamentos com a filha. A filha do conto sofre a imposição de padrões patriarcais sobre sua imagem e identidade, sendo constantemente diminuída e desautorizada pela mãe. Já os filhos de “Retrato de Família” internalizam as agressões vividas no ambiente doméstico, tornando-se violentos e perpetuando a lógica da dominação. Dessa forma, as narrativas revelam como a colonialidade do poder (Quijano, 2015) e de gênero (Lugones, 2020) moldam a dinâmica familiar, garantindo a reprodução da violência e da opressão através das gerações.

Nesse sentido, as quatro mulheres apresentadas nos contos não promovem um movimento de (re)existência, um giro decolonial (Maldonado-Torres, 2007), pois não conseguem escapar de uma família opressora. No entanto, uma questão pertinente é que, no conto “Querida Mamãe”, a menina não consegue se desvencilhar do sistema opressor porque ainda é uma criança. Apesar de possuir uma voz interna que resistia à autoridade da mãe, não consegue romper completamente os efeitos do patriarcado. No entanto, deve-se considerar que ela é uma criança, e, portanto, o gesto de desobediência está em um estado de transição e desenvolvimento.

Nesse contexto, é importante também refletir sobre o papel da maternidade para as duas mães nos contos, levando em consideração a perspectiva de Badinter (1985), que afirma que a

maternidade é um mito, uma construção social imposta às mulheres na sociedade. O autor também destaca que o amor materno é um sentimento que :“pode existir ou não existir; ser e desaparecer. Mostrar-se forte ou frágil” (Badinter, 1985, p. 268). Assim, a mulher nem sempre se encaixa no estereótipo de mãe sacrificada que vive exclusivamente para o marido e os filhos. Isso pode ser percebido no primeiro conto, quando a personagem não se apresenta como uma mãe amorosa, mas como uma agressora. A maternidade, portanto, é um sentimento fluido, que pode ser escolhido ou até mesmo ausente. No conto “Retrato de Família”, o papel da maternidade também se transforma, mas de forma distorcida, refletindo o impacto do patriarcado dentro da família. Dessa forma, o que ela oferece não é amor, mas violência.

Desse modo, as personagens presentes no conto “Retrato de Família” não promovem gestos de desobediência diante das opressões que enfrentam. A mãe não rompe com a imposição de gênero que sofre dentro da família patriarcal, pois permaneceu em um casamento infeliz, no qual era subjugada, além de também submeter seus filhos a essa dinâmica. A filha conseguiu se libertar da família opressora, mas, ao constituir a sua própria família, passou a oprimir o filho. A mãe, portanto, não reexistiu diante das dinâmicas de poder; ao contrário, se submeteu a elas. E a filha, ao permitir que os ciclos de opressão se perpetuassem de uma geração para a outra, não rompeu com as lógicas coloniais de poder.

Através dos contos apresentados por Lindevania Martins, é possível observar que a família patriarcal é um terreno fértil para a propagação da violência, pois se estrutura em torno da autoridade do homem, com a mulher também exercendo papel de representação dessa autoridade. O fator que contribui para a dominação masculina é a cultura patriarcal, que cria um ambiente no qual a violência contra a mulher é minimizada. As vítimas, geralmente a mulher e os filhos, por sua dependência do homem, não conseguem romper com o ciclo. Os filhos, ao presenciar e sofrer com a violência, tendem a reproduzi-la de geração em geração.

3 COLONIALIDADE, PATRIARCADO E CAPITALISMO: A DOMINAÇÃO SISTÊMICA E AS ESTRATÉGIAS DE RUPTURA EM “ZONA DE DESCONFORTO” E “TUDO VERMELHO”

O foco central do terceiro capítulo é evidenciar como o capitalismo, ao se entrelaçar com o racismo estrutural, fomenta desigualdades de classe e perpetua novas formas de escravidão na contemporaneidade. Nesse contexto, busca-se refletir também sobre as relações familiares sob a égide do sistema mundo-moderno/colonial, cujas dinâmicas reconfiguram vínculos e corpos à luz da lógica colonial de poder e exploração. Para problematizar a questão da escravidão contemporânea na era da modernidade, será analisado o conto “Zona de Desconforto”, cuja narrativa está essencialmente enraizada nas dinâmicas da colonialidade.

Para este estudo, é importante contextualizar a obra. O conto apresenta a história de Marina, uma menina negra e empobrecida, oriunda do interior do Maranhão, da cidade de Pinheiro, que parte em busca de melhores condições de vida em São Luís. No entanto, ela acaba sendo enganada e inserida no brutal sistema de exploração contemporânea, tornando-se uma “escrava moderna”. A partir dessa narrativa, será possível observar a continuidade de práticas coloniais que violentam corpos racializados e marginalizados.

Marina foi uma das vítimas do capitalismo moderno. Para uma compreensão mais aprofundada sobre a origem e o funcionamento do capitalismo, é essencial traçarmos um panorama sobre a colonialidade. Segundo Mignolo (2017, p. 4), ela:

[...] surgiu com a história das invasões europeias de Abya Yala, Tawantinsuyu e Anahuc, com a formação das Américas e do Caribe e o tráfico maciço de africanos escravizados. Esse tipo de economia, o capitalismo, teve suas glórias, mas também ocorreu a “dispensabilidade (ou descartabilidade) da vida humana, e da vida em geral, desde a Revolução Industrial até o século XXI.

Essa é uma crítica aos efeitos decorrentes da modernidade eurocêntrica, demonstrando que a hierarquização racial delimitou a divisão internacional do trabalho, explorando e desumanizando pessoas. Na sua formulação original, Quijano (2005) descreveu o “patrón colonial de poder” (ou matriz colonial de poder) como quatro domínios inter-relacionados: “controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e do conhecimento e da subjetividade” (Mignolo, 2017, p. 5). No que se refere ao controle da economia, pode-se afirmar que está relacionado à imposição de um sistema capitalista global que se utilizou do trabalho forçado de africanos e indígenas para o acúmulo de riquezas. Assim, ao considerar a colonialidade no: “sistema-mundo moderno/colonial, capitalista/patriarcal, cristão-

cêntrico/moderno ocidental-cêntrico” (Grosfoguel, 2008), percebe-se que os povos colonizados ainda sofrem com os mesmos mecanismos de exploração.

A personagem apresentada por Lindevania Martins representa como os povos colonizados continuam sendo oprimidos pelo sistema capitalista. No contexto do colonialismo, o trabalho escravo foi desvalorizado, pois, como afirma Quijano (2005, p. 118-119), “somente os espanhóis e os ‘portugueses’, como raça dominante, podiam receber salários, ser comerciantes independentes, artesãos independentes ou agricultores independentes (...)”.

Esse esquema colonial, descrito como: “o lado mais escuro da modernidade” (Mignolo, 2017, p. 2) insere Marina em uma cadeia de produção global que explora os trabalhadores subalternizados. Grosfoguel (2016) conceitua a colonialidade de poder como:

múltiplas e heterogêneas hierarquias globais (“heterarquias”) de formas de dominação e exploração sexual, política, epistêmica, econômica, espiritual, linguística e racial, em que a hierarquia étnico-racial do fosso cavado entre o europeu e o não-europeu reconfigura transversalmente todas as restantes estruturas globais de poder (Grosfoguel, 2016, p. 51-52).

A categoria raça é responsável por estruturar as hierarquias dentro da sociedade, sendo o: “mais durável instrumento de dominação social universal” (Quijano, 2005, p. 118). É a partir da raça que os papéis e lugares na modernidade foram distribuídos. Marina foi levada para a casa de uma família com a promessa de melhorar de vida, estudar e se profissionalizar; no entanto, acabou sendo enganada e transformada em uma escrava moderna. Esse papel imposto à personagem reflete a distribuição de lugares na instauração da modernidade, pois: “o trabalho coercivo (ou barato) é feito por pessoas não-europeias situadas na periferia, e o ‘trabalho assalariado livre’ situa-se no centro” (Grosfoguel, 2016, p. 52).

3.1 A colonialidade do poder e a infância negra como território de exploração em “Zona de Desconforto”

Aos treze anos, Marina recebeu em sua casa uma amiga de sua mãe, que lhes contou sobre uma família em São Luís que precisava de uma menina para cuidar de um bebê: “Em troca, a família colocaria a menina na escola e a trataria como filha” (Martins, 2018, p. 9). Marina ficou entusiasmada, pois, para ela: “São Luís era a cidade onde não me obrigariam a cuidar de crianças choronas, onde todos os dias eu iria para a escola, onde me chamariam pelo meu nome” (Martins, 2018, p. 10). Ao analisar a personagem, percebe-se que ela está inserida em uma posição de subalternidade no: “sistema-mundo moderno/colonial, capitalista/patriarcal,

cristão-cêntrico/moderno ocidental-cêntrico” (Grosfoguel, 2008). Sua posição reflete o que Mignolo (2008) conceitua como colonialidade do ser, pois essa menina é naturalmente desumanizada por pertencer a uma “raça e classe” consideradas inferiores pelo sistema colonial.

Marina enxergava São Luís como um espaço de ascensão social, onde teria melhores condições de vida e poderia resgatar sua identidade. Essa visão reflete um imaginário colonial que associa os grandes centros urbanos ao progresso, em oposição ao interior, considerado atrasado e sem oportunidades. Como mencionado anteriormente, a perspectiva da personagem reproduz a ideia colonial de que existe um centro, um espaço de pertencimento e aceitação. Isso dialoga com a análise de Quijano, que aponta como, no processo de colonização, a Europa Ocidental foi considerada a: “sede central do controle do mercado mundial” (Quijano, 2005, p. 119). Tanto a Europa quanto o europeu se constituíram como o centro do mundo capitalista (Quijano, 2005). Assim, como afirma Dussel, “Nessa narrativa, a Europa é - ou sempre foi - simultaneamente o centro geográfico e a culminação do movimento temporal” (Dussel, 2005, p. 10). Dentro da lógica eurocêntrica, a Europa foi concebida como o epicentro da civilização. No contexto da obra, São Luís é vista como esse lugar de modernidade no imaginário da personagem, refletindo a internalização de uma visão espacial em que as capitais são associadas ao progresso, enquanto os centros rurais são considerados atrasados.

Marina estava entusiasmada com a oportunidade de estudar e trabalhar na capital: “quanto a mim, a melhor parte da história era poder estudar em uma escola de verdade. Mamãe não sabia ler e o que eu sabia tinha aprendido numa escolinha improvisada...” (Martins, 2018, p. 10). Sobre isso, Gómez (2005, p. 84) afirma, “A colonialidade do poder e a colonialidade do saber estão localizadas numa mesma matriz genética”. No processo de colonização, não apenas se consolidou um sistema de poder hierarquicamente estruturado, mas também se impôs um modelo único de conhecimento. No conto, ao afirmar que queria estudar em uma “escola de verdade”, Marina evidencia a dicotomia entre os saberes eurocentrados e as formas de ensino locais que ela recebeu em uma “escolinha improvisada” (Martins, 2018, p. 9).

Esse trecho reflete a internalização da colonialidade do saber (Quijano, 2005), em que o conhecimento legítimo é associado às instituições educacionais urbanas e centralizadas, enquanto o saber regional é considerado inferior. Nesse sentido, os saberes sociais carregam um caráter colonial/eurocêntrico (Lander, 2005), e a personagem reproduz a perspectiva hegemônica do eurocentrismo, que coloca os centros urbanos como o ápice do progresso. Assim, percebe-se como o próprio sujeito internaliza a ideia de que o eurocentrismo — considerado uma perspectiva hegemônica de conhecimento (Quijano, 2005) — é o único válido.

No trecho abaixo, Marina explica como sua mãe reagiu à proposta de trabalho: “Mamãe ficou contente com a ideia de me mandar para a capital porque já tinha filhos demais e não tinha conseguido cuidar de todos sozinha” (Martins, 2018, p. 9). A família de Marina era pobre, e sua mãe, com muitos filhos para criar, aprovou a ideia de a filha sair daquela situação. Além de Marina, suas irmãs mais velhas também haviam deixado a casa em busca de trabalho, revelando a dura realidade enfrentada pelas famílias da Baixada Maranhense. Sobre isso, González (2020) afirma, “Lutar pela sobrevivência significa, para tais famílias, apelar para todas as formas possíveis no sentido de conseguir alimento [...]”. Assim, um dos caminhos que essas meninas encontram é o: “trabalho doméstico nas casas de família da classe média e da burguesia” (González, 2020, p. 41). Isso também reflete o que Maria Carvalho (1997, p. 110) ressalta:

[...] As famílias vivem abaixo dos níveis de qualidade de vida considerados socialmente satisfatórios. [...] em geral, essas famílias vivem um projeto de vida corroído pela carência constante, privação, rotinas de vida lineares, baixíssimas chances de trocas culturais. São vidas reverinas, apartadas, subalternizadas e excluídas.

Segundo Marcílio (1997, p. 70), a prática de criar filhos alheios sempre foi aceita no Brasil. Nesse contexto, as famílias acreditam que, ao inserir os filhos nas casas de famílias de classe média ou burguesa, estão proporcionando a eles a oportunidade de melhorar de vida. Como dito anteriormente, Marina não foi a única filha a sair de casa; suas irmãs mais velhas também haviam partido em busca de melhores condições. A mãe de Marina teve que se separar de suas filhas mais velhas para que elas pudessem encontrar uma vida melhor em outras regiões. Ao analisar o sistema colonial, observa-se que, no processo de colonização, os filhos das escravas eram vendidos ou enfrentavam destinos trágicos (Hooks, 2014, p. 122). Fazendo uma analogia com a mãe de Marina, percebe-se que ela também vê seus filhos partindo em busca de uma vida melhor, consequência do descaso social que os obriga a deixar suas casas.

Outro elemento que se impõe à análise é a vulnerabilidade de Marina a esse tipo de trabalho. A suposta amiga de sua mãe foi até a casa da menina — pobre e negra — oferecendo uma proposta de emprego que, na realidade, não existia. Isso reflete a ideia de Ana Maria Lopes (2006, p. 57):

[...] Acreditamos que uma das justificativas para a histórica subalternização e desvalorização do emprego doméstico no Brasil (além do quase universal desprestígio sociocultural do mesmo no mundo por ser um serviço de mulher e não-produtivo), está vinculado à questão racial, isto é, em função do elo de continuidade que o emprego doméstico representa entre a sociedade colonial e a contemporânea, levando à desvalorização social do trabalho doméstico e daquelas que o realizam — predominantemente mulheres, pobres e em sua maioria negras e pardas — por meio da

manutenção e transmissão de representações sociais negativa -algumas apenas reelaboradas- referentes à natureza do trabalho doméstico -servil, sujo, alvitante, etc. – e de quem o desempenha acomodado- acomodado, burro, etc- passadas de geração a geração, de dominantes para dominantes, vividas e sentidas por gerações de dominados.

A raça e o gênero foram determinantes na escolha de Marina como empregada doméstica. Como afirma Lopes (2006), esse trabalho e quem o realiza são desvalorizados. A patroa queria uma menina pobre e negra para um espaço sujo e pequeno, o qual a representava. Seu corpo e trabalho foram vistos como “adequados” para esse espaço de exploração, evidenciando a colonialidade de poder (Quijano, 2015), na qual a: “sujeição, a subordinação e a desumanização, que davam inteligibilidade à experiência do cativo, foram requalificadas num contexto posterior ao término formal da escravidão [...]” (Gomes; Cunha, 2007, p. 11).

Assim, a partir da intersecção dessas categorias presentes na vida de Marina, nota-se como ela se tornou vítima da Matriz Colonial de Poder (MCP) no processo de colonização, em que as categorias raça e gênero foram utilizadas como meios de divisão racial de trabalho, o qual, segundo Quijano (2005, p. 118): “demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero”. Em outras palavras, essas duas categorias são instrumentos que a colonialidade utiliza para dominar os povos colonizados, sobretudo as mulheres de cor.

Diante do exposto, observa-se como Lindevania Martins desvela, por meio da ficção, a (re)produção das práticas patriarcais, as quais envolvem a família e o trabalho dentro de um contexto racista e sexista da sociedade brasileira, especialmente na maranhense, que estrutura as relações sociais de forma hierárquica, implicando em loci privilegiados no devir histórico.

Além disso, conforme discutido no primeiro capítulo, a colonialidade de gênero (Lugones, 2020), marcada pela interseccionalidade de raça, classe e gênero, marginaliza o corpo de Marina. Dessa forma, fica evidente como a mulher negra é vista pela sociedade a partir de dois tipos de qualificação profissional: “a doméstica e a mulata” (González, 2020, p. 51). A autora também afirma, “[...] é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca” (González, 2020, p. 74). Marina representa as mulheres negras, especificamente as oriundas da Baixada Maranhense, vítimas da culpabilidade branca, que ainda mantém as hierarquias raciais intactas.

De acordo com uma pesquisa realizada por González (2020) sobre mulheres negras de baixa renda, muitas começaram a trabalhar muito cedo: “Migrantes na grande maioria

(principalmente vindas de Minas Gerais, do Nordeste ou do interior do estado do Rio de Janeiro [...])” (González, 2020, p. 89). Muitas dessas mulheres começaram a trabalhar ainda na infância, aos oito ou nove anos, para ajudar no sustento da casa. Elas, assim como Marina, iam trabalhar em casas de família, mas não conseguiam ter acesso aos estudos.

Marina é moradora da Baixada Maranhense, mais especificamente da cidade de Pinheiro, no interior do Maranhão. A Baixada Maranhense localiza-se no extremo norte do estado e é composta por 21 municípios: Anajatuba, Arari, Bela Vista do Maranhão, Cajari, Conceição do Lago-Açu, Igarapé do Meio, Matinha, Monção, Olinda Nova do Maranhão, Palmeirândia, Pedro do Rosário, Penalva, Peri-Mirim, Pinheiro, Presidente Sarney, Santa Helena, São Bento, São João Batista, São Vicente Férrer, Viana e Vitória do Mearim. Entre esses municípios, Pinheiro é um dos mais representativos, possuindo uma população de 84.621 mil pessoas. Ao pesquisarmos dados sobre a cidade de Pinheiro, notamos que há poucas informações históricas referentes às dinâmicas de pobreza e desigualdade na região. De acordo com alguns dados fornecidos pelo IBGE no ano de 2003, observou-se que aproximadamente 67% da população da Baixada Maranhense encontrava-se em situação de pobreza. A partir desses dados, é possível perceber a realidade de extrema pobreza enfrentada pela população de Pinheiro. Nesse sentido, a personagem Marina, moradora da Baixada Maranhense, insere-se em uma condição de marginalização social. Assim, a pobreza não é apenas uma estatística, mas uma realidade que tende a moldar suas experiências como sujeito marginalizado.

No trecho abaixo, a protagonista fala sobre o que ocorreu quando a conhecida de sua mãe a entregou para a patroa:

Mas ali eu fingia que saber quem era meu pai me serviria para alguma coisa. Fingi que ninguém tinha chamado mamãe de puta porque naquela casa, ao contrário das casas anteriores, me tratariam como filha. Fingia até quando a conhecida de mamãe se despediu, dizendo que tinha que buscar outras meninas, e finalmente a dona da casa que chamara mamãe de puta se virou para falar comigo, sem me dar bom dia, sem chamar meu nome, se limitando a me cumprimentar assim: -Entra, menina! (Martins, 2018, p. 11).

A ideia de fingir, adotada pela personagem, pode ser interpretada como uma forma de reexistência psíquica, uma tentativa de escapar de um sistema que desumaniza as pessoas. Nesse processo, Marina percebe que não é a única a ser explorada; outras meninas também foram levadas para casas de famílias, refletindo a reprodução de um ciclo de exploração que ultrapassa a individualidade e se reflete em uma estrutura maior. Como afirma Davis (2018, p. 21), “ainda estamos diante do desafio de aprender as formas complexas como raça, classe, gênero, sexualidade, nacionalidade e capacidades se entrelaçam”. Isso ilustra a exploração de

meninas dentro do sistema capitalista, no qual raça, classe e gênero estão interligados. Nesse contexto, Spivak (2010, p. 85) destaca que, “o sujeito feminino está ainda mais profundamente na obscuridade”, pois é justamente a mulher, especialmente a afrodescendente, que é subjugada de forma mais intensa dentro desse sistema. A maioria dos sujeitos marginalizados no sistema capitalista são mulheres, em grande parte afrodescendentes, conforme aponta o PNPETI (2005, p. 15). Esse dado revela a intersecção de múltiplas opressões que atingem especialmente as mulheres negras, refletindo as consequências do colonialismo e do patriarcado ainda presentes nas estruturas sociais contemporâneas. Sobre isso:

[...] Mais de 93 % do total de empregados domésticos são mulheres. Em todas as regiões analisadas, o emprego doméstico se caracteriza por ser tipicamente feminino. [...] O emprego doméstico tem sido uma alternativa de trabalho maior para as mulheres negras. Comparativamente, em todas as regiões, a proporção de mulheres negras ocupadas nessa atividade superou, em média, em 10 pontos percentuais a de mulheres não-negra. Em quase todas as regiões, há criança e adolescente 10 a 17 anos nesta tarefa. A proporção de crianças e adolescentes que trabalhavam como domésticas oscilou entre 2,7 % e 3,9 % nas regiões pesquisadas (Organização internacional do trabalho, 2006).

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, mais de 93% dos trabalhadores domésticos são mulheres, o que evidencia como esse trabalho é marcado pela interseccionalidade de raça, classe e gênero, como propõe Lugones (2020). Além disso, observa-se uma sobrerrepresentação de mulheres negras nesse campo, refletindo a persistência das dinâmicas coloniais na modernidade. Nesse contexto, há uma predominância de mulheres negras no trabalho doméstico em comparação às mulheres não-negras. Em muitas regiões, crianças e adolescentes, especialmente entre 10 e 17 anos, também desempenham essa função, sendo, em sua maioria, negras. Ao analisar essas estatísticas, percebe-se que o emprego doméstico reflete a continuidade das desigualdades raciais consolidadas durante o período colonial.

Segundo Hooks (2020, p. 15), durante o período da escravização, as mulheres negras representavam, “um terço da carga humana a bordo da maior parte dos navios negreiros”. Essa proporção revela a incapacidade delas de resistir à captura pelos agentes do sistema escravagista colonial. Ao serem inseridas no contexto da escravidão, as mulheres negras passaram a ser exploradas como: “trabalhadoras domésticas, criadoras de animais e como objetos de assaltos sexuais dos homens brancos” (Hooks, 2020, p. 18). A mulher negra foi severamente explorada dentro do sistema colonial, e as funções que ela exercia continuam sendo repetidas como resquícios desse projeto desumanizador. Esse processo exemplifica a lógica da colonialidade do poder (Quijano, 2015), que desumaniza os indivíduos, pois: “os lugares sociais dos homens

e mulheres brancos, bem como de homens e mulheres negros e indígenas estavam fixados” (Bernardino-Costa, 2013, p. 47). Nesse contexto, as mulheres negras enfrentavam uma opressão interseccional, sendo exploradas tanto pelo seu gênero quanto pela sua raça. Assim, as divisões e papéis instaurados na constituição da América continuam desumanizando as mulheres dentro de uma estrutura de poder eurocêntrica, que ainda atribui a elas atividades oriundas do período colonial.

No trecho abaixo, é mostrado o momento em que a patroa apresenta o lugar da casa onde Marina passará a frequentar:

-Vem menina! vem conhecer logo teu lugar na casa!

O meu lugar na casa era num depósito. Um quadrado pequeno, sem janela, no qual estavam duas malas pretas de viagem, uma escada respingada de tinta, uma árvore de Natal desmontada, três vassouras, baldes e uma tábua de passar roupa. Ela havia conseguido arrumar espaço para uma cama fininha e uma pequena cômoda onde eu deveria guardar minhas coisas. A cômoda, tão respingada de tinta quanto a escada, era pequena como se ela adivinhasse que eu não teria muita coisa mesmo (Martins, 2018, p. 12).

Marina foi colocada em um quarto pequeno, onde mal conseguia se mover, pois o espaço estava repleto de objetos de limpeza e decorações. Uma questão que pode ser observada é o tipo de espaço que foi destinado a essa criança dentro da casa da família. Ela foi confinada a um pequeno depósito, o que revela como a patroa a reduziu ao mesmo status dos itens ali armazenados. O espaço, nesse contexto, reforça a lógica colonial e patriarcal, na qual corpos marginalizados são tratados como uma extensão do trabalho. Isso também reflete os dados da UNICEF (1997), que apontam que crianças que trabalham em casas de família muitas vezes dormem onde podem, em qualquer lugar disponível, se alimentam conforme as decisões dos patrões e sofrem diversos tipos de humilhação. No caso de Marina, o direito à educação foi negado, e ela foi forçada a trabalhar como uma escrava moderna.

Dando continuidade à análise, ao chegar à casa, a patroa ofereceu as roupas antigas de suas duas filhas, que tinham a mesma idade de Marina, e, em seguida, a conduziu pela casa, explicando os serviços que a menina deveria desempenhar em cada cômodo. Depois, ela se voltou para Marina e perguntou:

Esqueci de perguntar, menina. Tu é virgem ?

Corei:

-Virgem? Como assim?

-Já ficou com homem? Já fez aquelas coisas com homem?

Corei mais ainda:

-Não, senhora.

-Melhor assim! Não quero ninguém de gracinha com meu marido (Martins, 2018, p. 13).

Com a colonização das Américas: “uma distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano foi imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental” (Lugones, 2014, p. 936). Essa diferenciação dividiu a população mundial, da seguinte forma: “Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens” (Lugones, 2014, p. 936). Assim, no período colonial, foi criado um imaginário patriarcal sobre o corpo feminino negro, o qual o via como devasso e hipersexualizado, e isso foi utilizado para justificar as inúmeras violações que as mulheres negras sofriam por parte de seus senhores brancos, pois:

Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado (Hooks, 1995, p. 470).

A cena entre a patroa e Marina evidencia o acesso dos homens aos corpos negros, uma prática que remonta ao período colonial e persiste nas relações contemporâneas. A patroa pergunta a Marina se ela é virgem e exige que ela não “dê em cima” de seu marido, posicionando-a como uma figura devassa e ameaçadora. Essa dinâmica reflete a colonialidade de poder (Quijano, 2015), que não apenas hierarquiza as relações raciais, mas também constrói categorias de gênero que desumanizam a mulher negra. Nesse contexto, é possível observar como ocorreu a sexualização da mulher negra no período colonial e como a imagem da mulher branca foi direcionada para a branca virtuosa (Hooks, 2014). Segundo a autora, “Elas foram rotuladas de Jezebéis, sedutoras sexuais e acusadas de levar os homens brancos para longe da sua pureza espiritual em direção ao pecado” (Hooks, 2014, p. 25). Esse dualismo entre a mulher negra e a branca, como destaca a autora, serviu para justificar a violência sistemática contra as mulheres negras e ainda hoje reforça as relações de poder que objetificam seus corpos, uma vez que: “[...] no mundo conceitual branco, o sujeito negro é identificado como o objeto ‘ruim’ [...]” (Kilomba, 2019, p. 37). Nesse sentido, os sujeitos negros são ligados à agressividade e à sexualidade (Kilomba, 2019). Esses estereótipos foram criados como forma de inferiorização e controle do corpo negro.

No trecho abaixo, Marina narra como passou a ser a sua rotina:

Eu acordava todo o dia às 6 horas e preparava o café da manhã ,o suco, os ovos, esquentava os pães com manteiga e depois lavava as louças. Dona Lara dava aulas em duas escolas diferentes, pela manhã e pela tarde. Seu Sérgio passava o dia na farmácia, mas vinha na hora do almoço deixar as gêmeas em casa. Comia e depois saía. As duas meninas deles estudavam pela manhã, iam para o curso de inglês à tarde e o bebê era muito louco para ir para qualquer lugar, por isso eu ficava cuidando dele .Bernardo tinha sete meses e passava bastante tempo dormindo, então deveria aproveitar esse tempo para lavar e passar a roupa da família, limpar os cômodos da casa e fazer a comidinha dele (Martins, 2018, p. 14).

A rotina de Marina passou a ser muito corrida. Além de cuidar do filho pequeno do casal, também tinha que limpar toda a casa. Quase não tinha tempo para si, nem para os estudos. Ela passou a ser desqualificada por ser uma menina pobre e negra da baixada maranhense, o que a tornou vulnerável aos abusos de direitos humanos e trabalhistas (Wermuth; Nielsson, 2021). Ela era a única e total cuidadora do bebê, pois a mãe da criança passava o dia fora de casa. Sobre isso, Preuss (1997) afirma que, na divisão sexual do trabalho na sociedade: “A criação de crianças, por exemplo, embora universalmente atribuída à fêmea do casal, pode ser transferida, no caso das mulheres de classes economicamente superiores, a outras mulheres de classes inferiores” (Preuss, 1997, p. 54). Com o passar do tempo, Marina compreendeu que sua vida se resumia ao trabalho árduo, enquanto as promessas de sua patroa, de lhe proporcionar acesso aos estudos, jamais se concretizariam: “Dona Laura me enrolava. Como eu poderia ir para a escola se cuidava da casa e de Bernardo o dia todo? Quem ia ficar com o bebê? Eu percebia que ela me enrolava, mas eu estava nas mãos dela. O que poderia fazer?” (Martins, 2018, p. 15).

Uma questão relevante é que, enquanto a patroa possuía formação acadêmica, Marina nunca teve acesso à educação. Isso evidencia a exclusão das mulheres negras do sistema educacional, pois as múltiplas opressões que enfrentam geram desigualdades sociais que restringem suas oportunidades. Ao comparar Marina e sua patroa, percebe-se como a divisão racial se perpetua e ainda define os papéis e as posições de cada uma dentro do sistema capitalista. Enquanto Marina foi relegada ao trabalho doméstico, sua patroa ocupava uma posição de maior prestígio. Isso ocorre porque, como afirma Grosfoguel (2016, p. 52), “[...] na nova matriz de poder colonial, algumas mulheres (de origem europeia) possuem um estatuto mais elevado [...]”. Esse cenário reflete a estrutura hierárquica do sistema colonial, que ainda hoje coloca as mulheres de origem europeia em posições privilegiadas. Assim, por ser branca, a patroa conseguiu melhores condições de vida, em contraste com Marina, evidenciando como a racialização do trabalho é constitutiva da modernidade, como também aponta Grosfoguel (2016), ao destacar a perpetuação dessas desigualdades nas relações de trabalho.

A rotina de Marina se resumia exclusivamente ao trabalho, sem qualquer espaço para a educação. Sempre que procurava sua patroa para questionar sobre a escola, recebia apenas respostas evasivas que adiavam suas expectativas. Nesse contexto, sua condição de trabalhadora doméstica se tornava evidente, marcada pela exploração e pela negação de oportunidades básicas, como o acesso à educação. Essa realidade é compatível com a concepção de Carla Silva (2009, p. 13), que afirma, “Se caracteriza pela inserção de crianças em casa de terceiros, parentes, ou na própria família para o desenvolvimento de atividades domésticas, de forma precoce, o que prejudica o desenvolvimento físico, emocional e intelectual destas [...]”.

A inserção de crianças em casas de família, sem acesso a lazer, educação ou assistência à saúde, compromete profundamente seu desenvolvimento físico, emocional e intelectual. Além disso, perpetua um ciclo de opressão que as condena à pobreza desde a infância até a adolescência, limitando suas possibilidades de ascensão social e autonomia, pois vivem em um ciclo de opressão dentro desses núcleos familiares (Silva, 2009). Marina, ao ser enganada e ter seu acesso à escola negado, é vítima de uma violação flagrante de um direito fundamental: o acesso à educação. A Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 205, assegura que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania [...]”.

Esse direito, portanto, não pode ser subtraído, especialmente de crianças como Marina, cujas trajetórias são moldadas por um sistema social que, muitas vezes, nega a elas o acesso a um futuro digno. Assim, observa-se como a colonialidade de poder (Quijano, 2005) mantém essas populações em posições subalternas. No trecho a seguir, Marina relata o episódio em que estava passeando com sua patroa e com o bebê:

Certa manhã de domingo, eu estava sentada na Pracinha com dona Laura e o bebê, quando uma moça encostou, perguntando a dona Laura onde ficava a rua João delgado de Souza. Depois demorou olhando para meu rosto e me disse que eu era linda. Um formigar foi subindo pelas minhas bochechas, desacostumada que eu estava em receber elogiosos. Sorri e agradeci. Mal amor se foi, dona Laura me cutucou, balançando a cabeça:

- Escuta, Menina! Tu é muito ingênua mesmo! não se deve acreditar em tudo que as pessoas falam. Aquela moça só tá sendo gentil. Já viu alguém com teu cabelo duro ser bonita? olha na televisão! Olha nas capas das revistas! Já viu? (Martins, 2018, p. 15).

No trecho acima, fica evidente como a patroa de Marina exercia uma forma de violência psicológica relacionada à aparência física da jovem. Primeiramente, um elogio à sua beleza provocou um comportamento de hostilidade por parte da mulher. A patroa fez comentários

depreciativos sobre o cabelo de Marina, estabeleceu comparações com os estereótipos de mulheres brancas das capas de revista e apontou traços como sua boca e o tom de sua pele de maneira pejorativa. Assim, observa-se que as mulheres negras estão vulneráveis a um tipo de violência que está relacionada: “às representações do corpo e a construção de padrões de beleza hegemônicos que desconsideram a existência da beleza negra” (Figueiredo, 2020, p. 267). Nessa perspectiva, os atributos físicos associados à mulher branca — como pele clara, olhos claros e cabelos lisos — continuam a ser colocados como o ideal hegemônico. Além disso, percebe-se que: “a mulher negra sofre de maneira mais profunda a pressão no sentido do branqueamento, especialmente, do ponto de vista estético” (Figueiredo, 2020, p. 268). Essa pressão estética não só marginaliza a beleza negra, mas também reforça as dinâmicas de opressão racial e a desvalorização dos corpos negros, transformando-os em alvos de críticas e ataques que perpetuam um sistema de desigualdade. [...]”¹⁸.

A situação vivenciada por Marina expressa bem o que Adilson Moreira (2019) afirma: “pessoas brancas se sentem psicologicamente motivadas a proferirem injúrias raciais contra negros: representações culturais que sustentam seus privilégios constroem pessoas negras como o oposto das qualidades positivas associadas às pessoas brancas” (Moreira, 2019, p. 56-57).

A branquitude está relacionada à violência que motiva os membros do grupo dominante a disseminarem estereótipos negativos contra as pessoas negras. Na entrevista “Alisando o Nosso Cabelo”, Bell Hooks compartilha uma análise profunda sobre as experiências de sua infância e da infância de suas irmãs, apresentando o processo doloroso de conformação aos padrões estéticos impostos pela sociedade colonial e racista. Ela reflete sobre como as mulheres negras, ao longo de suas vidas, enfrentam uma pressão constante para alterar suas características físicas naturais, especialmente seus cabelos, a fim de se aproximar de um ideal de beleza branco, considerado normativo. Isso demonstra como a violência simbólica e psicológica contra os corpos negros é parte integrante das dinâmicas de poder racial, reforçando as desigualdades e marginalizando os indivíduos negros, especialmente as mulheres.

Eu queria essa mudança mesmo sabendo que em toda a minha vida me disseram que eu era “abençoada” porque tinha nascido com “cabelo bom” – um cabelo fino, quase liso –, não suficientemente bom, mais ainda assim era bom. Um cabelo que não tinha o “pé na senzala”, não tinha carapinha, essa parte na nuca onde o pente quente não consegue alisar. Mas esse “cabelo bom” não significava nada para mim quando se colocava como uma barreira ao meu ingresso nesse mundo secreto da mulher negra.¹⁹

¹⁸ Trecho retirado do site Movimento Negro Unificado, disponível em: <https://www.geledes.org.br/mnu-programa-de-acao-do-mnu-aprovado-no-ix-congresso-nacional/>.

¹⁹ A entrevista não especifica o ano exato de sua realização.

Bell Hooks descreve como o alisamento de cabelo vai além de uma simples tentativa de adaptação ao mundo eurocêntrico, configurando-se como uma imposição de um ideal de beleza colonial que nega a identidade genuína da mulher negra. Mesmo sendo negra e possuindo características que poderiam ser consideradas dentro dos padrões naturais de beleza, como o “cabelo bom,” ela é forçada a internalizar a ideia de que essas qualidades não são suficientes, pois já havia introjetado os padrões estéticos do sistema colonial. Segundo Lugones (2014, p. 936), “A transformação civilizatória justificava a colonização da memória e, conseqüentemente, das noções de si das pessoas, da relação intersubjetiva”. Assim, percebe-se como as mulheres introjetaram em seus imaginários a ideia de que são inferiores. Esse fenômeno é uma manifestação clara da colonialidade de poder, que estabelece hierarquias de corpos e subjetividades. Essa é a realidade de muitas mulheres negras: elas são forçadas a aceitar o ideal de beleza branco, da mesma forma que Marina, que é levada a acreditar que suas características físicas são inferiores, e, assim, sendo negra, nunca poderia ser considerada bela.

Outro fato importante sobre esse trecho é o fato de Marina estar trabalhando, cuidando do bebê, em pleno domingo, o que torna perceptível como ela não tinha folga nem nos finais de semana. Essa sobrecarga de trabalho evidencia a exploração contínua que ela sofre, sem qualquer consideração por seus direitos básicos de descanso e lazer, aspectos fundamentais para a saúde física e emocional de qualquer pessoa. A jornada incessante de trabalho de Marina, sem pausa, reflete as condições precárias e desumanas enfrentadas por muitos trabalhadores domésticos, especialmente aqueles que pertencem a grupos marginalizados como as mulheres negras. A ausência de um tempo para si mesma reforça sua subordinação ao sistema de poder que a coloca em uma posição de constante exploração. Sobre isso:

a empregada serve ao sistema capitalista, nele integrando-se na medida em que cria as condições para a sua plena reprodução. Não podendo usufruir dos benefícios oferecidos por este, pode ser definida como elemento superexplorado das formações sociais dominadas pelo capitalismo (Saffioti, 1979, p. 42-43).

Marina enfrenta a permanência de relações raciais e patriarcais de ordem senhorial, que ainda persistem, mesmo com o fim do colonialismo. Nessa perspectiva, observa-se como Marina é uma mulher que sofre uma tripla opressão, de classe, raça e gênero. No entanto, como afirma Saffioti (2015), não se trata apenas de uma somatória de opressões, mas de determinações que geram uma realidade específica que marginaliza a personagem. Ela acrescenta: “O nó formado por estas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de

perceber a realidade compósita e nova que resulta dessa fusão [...]” (Saffioti, 2015, p. 133). Esse conceito nos permite compreender que não se trata de uma simples sobreposição de opressões, mas de uma dinâmica complexa, em que as interações entre as categorias de raça, classe e gênero criam uma realidade única que afeta a vida de Marina de maneira profunda e multifacetada.

Ao entender essa interseção, podemos perceber que a opressão enfrentada por Marina não é apenas uma consequência de sua condição de classe social ou de sua identidade racial, mas sim de uma combinação única dessas dimensões, que juntas formam uma experiência de marginalização que é própria da realidade vivida por ela. A autora também afirma:

Uma pessoa não é/ discriminada por ser mulher, trabalhadora e negra. Efetivamente, uma mulher não é duplamente discriminada, porque, além de mulher, é ainda uma trabalhadora assalariada. Ou, ainda, não é triplamente discriminada. Não se trata de variáveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa (...) Não se trata do nó górdio nem apertado, mas do nó frouxo, deixando mobilidade para cada uma de suas componentes (Saffioti, 2015, p. 133).

Marina não é marginalizada apenas por ser negra, ou por ser mulher, ou por ser trabalhadora. A discriminação que ela sofre é resultado da intersecção dessas diferentes categorias, que a colocam em uma situação de vulnerabilidade social. Nesse contexto, quando ela usa a metáfora do “nó”, ela nos sugere que essas categorias não estão ligadas de maneira rígida, como um “nó górdio” (um nó apertado), mas como um “nó frouxo”, no qual essas categorias se apresentam de maneira flexível, fluida e mutável. Sendo assim, como afirma Akotirene (2018, p. 14): “a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias”. A interseccionalidade não só permite compreender a complexidade das opressões que uma pessoa pode enfrentar, mas também nos ajuda a entender como essas diferentes formas de discriminação se cruzam e se reforçam mutuamente.

Marina representa muitas crianças e adolescentes que enfrentam duplas e triplas opressões em uma sociedade machista e racista. Essa realidade é marcada pela dificuldade de se sobrepôr às estruturas de poder que são moldadas por raça, classe e gênero, resultando em um ciclo de marginalização e negação de direitos. O conceito de interseccionalidade nos permite compreender as múltiplas camadas dessa opressão, revelando como a experiência de discriminação é distinta e mais complexa quando essas categorias se entrelaçam, tornando a trajetória de indivíduos como Marina ainda mais desafiadora. Sobre isso:

A pesquisa do FNPETI ²⁰, realizada com base nos dados da Pnad de 2014, assinala que dos oito grupos de atividades levantados, apenas dois têm predominância de meninas: Serviços domésticos, formado por 94,1% de mão de obra feminina, e Serviços da Administração pública, educação, saúde, serviços sociais, coletivos e pessoais, com 65,6%. [...] 62,7% de todo o trabalho infantil era desempenhado por negros/as [...], e que, destes, a maior concentração estava no grupo dos Serviços Domésticos, com 73,5%. [...] Ou seja, o trabalho infantil doméstico tem perfil definido, majoritariamente formado por meninas, negras e pobres. [...] Outra questão importante levantada pela pesquisa das cadeias produtivas é que daqueles/as trabalhadores/as em atividade em 2014, 58,9% se ocupavam também dos afazeres domésticos. O grupo de atividades no qual essa ocupação foi maior era formado pelos Serviços domésticos, com 83,1% de trabalhadores/as (145.265). Assim, é possível aferir que as meninas, além de trabalharem como domésticas, cuidam de suas casas. Somando-se a escola, elas exercem tripla jornada, entre trabalho, afazeres domésticos e estudo. Ao se analisar anos anteriores é possível verificar a persistência do fenômeno. [...] Em 2013, 94,2% do total de crianças e adolescentes inseridos nesse tipo de ocupação era formado por meninas [...] 73,4% negras/os (156.793); 80,2% residiam em zona urbana (171.233); 80% estudavam (170,8 mil); 81,2% ainda se ocupavam dos afazeres domésticos; maior concentração na faixa de 16 e 17 anos; rendimento médio mensal estimado em R\$ 236,00, o equivalente a 34,8% do salário-mínimo do período. [...] Ou seja, se o trabalho infantil já tem a pobreza como um determinante, na atividade doméstica essa determinação é ainda maior (Fnpeti, 2017, p. 33-35).

Segundo dados do FNPETI, cerca de 94,2% das crianças e adolescentes que trabalham como domésticas são meninas, e uma alta concentração de negras/os, totalizando 73,4%. Isso evidencia que a desigualdade racial e de gênero ainda persiste de forma estruturante na sociedade brasileira. O rendimento médio baixo (R\$ 236) ilustra as condições de exploração desse grupo. A relação entre o trabalho infantil e as condições de pobreza é uma consequência das estruturas desiguais que relegam a população negra a situações de exploração e marginalização, como ocorre com Marina.

Esse cenário também reflete o conceito proposto por Lugones (2020), especialmente no que se refere à sobrecarga que essas mulheres enfrentam, sendo relegadas aos trabalhos domésticos. A sobrecarga de trabalho, a falta de reconhecimento e a negação de seus direitos são aspectos comuns na vivência de muitas crianças e adolescentes que, como Marina, se veem em um ciclo de exploração sem perspectivas de um futuro digno. Em muitos casos, essas crianças não sequer recebem o salário mínimo, o que reflete a precarização do trabalho infantil, especialmente o doméstico.

Um exemplo ilustrativo é o caso de uma mulher de 84 anos que foi trabalhadora doméstica para três gerações de uma família no Rio de Janeiro. A história dessa mulher é um reflexo das condições perenes de exploração que também são observadas na vida de Marina. Ambas representam milhares de mulheres e meninas que, ao longo de suas vidas, enfrentam a

²⁰ Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do trabalho infantil.

desvalorização de seu trabalho e a marginalização em um sistema social que continua a reproduzir desigualdades raciais e de gênero. Esse tipo de situação não é apenas um reflexo do passado colonial, mas uma realidade que persiste na modernidade, perpetuando a colonialidade de poder, que se expressa nas relações de trabalho e nas condições de vida dessas mulheres. Sobre esse caso:

De acordo com a fiscalização, seus pais trabalhavam em uma fazenda no interior do estado que pertencia à família Mattos Maia. Aos 12 anos, ela se mudou para a residência do casal proprietário para realizar serviço domésticos. Quando faleceram, migrou para a casa da filha deles, onde manteve suas atividades, incluindo o cuidado com as crianças (Sakamoto; Camargos, 2022) ²¹.

Ela foi enviada para a casa de família muito nova, assim como Marina. No entanto, observa-se que não houve uma ruptura dessa estrutura de dominação, pois ela permaneceu naquela mesma família por três gerações diferentes. Essa situação pode ser vista como uma herança das práticas de escravidão, já que no período colonial era comum que os filhos dos escravizados continuassem a ocupar o mesmo espaço de trabalho dos pais. Nesse sentido, percebe-se como a colonialidade opera na vida dessas mulheres, pois:

(...) em vez de se limitar a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, refere-se antes à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas articulam-se entre si, através do mercado capitalista global e da ideia de raça. Assim, embora o colonialismo preceda a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo (Maldonado-Torres, 2007, p. 131, tradução nossa) ²².

A colonialidade ultrapassa o momento histórico do colonialismo global para se perpetuar nas relações sociais. Essas mulheres não estão em uma situação análoga à escravidão apenas pelo sistema econômico, mas também pelo imaginário racial que sustenta essa estrutura. Em um trecho da reportagem, é destacado: “Vizinhos confirmaram que ela era tratada como empregada doméstica pelos moradores da casa e não como um membro da família, como eles defendem” (Sakamoto; Camargos, 2022). Da mesma forma, Marina também ouvia da patroa que ela não estava ali trabalhando:

²¹ SAKAMOTO, Leonardo; CAMARGOS, Luciano. Mulher é resgatada após 72 anos de trabalho escravo doméstico no Rio. Reporter Brasil. 2022. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/05/mulher-e-resgatada-apos-72-anos-de-trabalho-escravo-domestico-no-rio/>.

²² Texto original: En vez de estar limitado a una relación formal de poder entre dos pueblos o naciones, más bien se refiere a la forma como el trabajo, el conocimiento, la autoridad y las relaciones intersubjetivas se articulan entre sí, a través del mercado capitalista mundial y de la idea de raza. Así, pues, aunque el colonialismo precede a la colonialidad, la colonialidad sobrevive al colonialismo (Maldonado-Torres, 2007, p. 131).

-Escuta, menina! isso não é trabalho! Não confunde as coisas e não sai por aí falando merda pros estranhos! Depois vão falar que estou explorando trabalho infantil quando tu não é criança e quando isso não é trabalho! isso é só uma ajuda que tu vai me dar, tá bom? Uma mão lava a outra, entende? É como se fôssemos parentes! Aliás, se perguntarem, diz que é minha parente distante! uma aparente moreninha! Me ajuda aqui eu te ajudo de volta! Te dou as coisas que você precisa... roupa, comida, um lugar pra morar... (Martins, 2018, p. 14).

A deslegitimação do trabalho doméstico reflete uma dinâmica colonial de subordinação e desumanização. Os empregadores naturalizam essa relação, tratando-a não como trabalho, mas como um favor às mulheres empregadas dentro desse sistema de opressão. Isso evidencia a naturalização do trabalho doméstico das mulheres negras, muitas vezes sem remuneração. Esse cenário é um reflexo de uma estrutura capitalista duradoura que, como destaca González (2020), extermina e escraviza os sujeitos negros, desprovidos de humanidade em nome do capitalismo moderno, o qual absorve as dimensões da colonialidade e da racialidade. Nesse sentido, percebe-se que: “o sistema de gênero é não só hierárquico, mas racialmente diferenciado, e a diferenciação racial nega humanidade e, portanto, gênero às colonizadas” (Lugones, 2014, p. 942). As mulheres negras inseridas em um sistema de gênero hierárquico e capitalista têm suas humanidades negadas, sendo, assim, exploradas em prol do capitalismo moderno.

A fala da patroa reflete como a visão colonial construiu e ainda perpetua uma narrativa estigmatizante sobre o sujeito negro. Ela queria que a menina aceitasse aquela situação de escravidão, evidenciando os estereótipos sobre o sujeito negro: “passividade, infantilidade, incapacidade intelectual, aceitação tranquila da escravidão etc.” (González, 2020, p. 45). Nesse contexto, a figura da escravizada não é vista como um sujeito de desejo, mas como alguém que aceita sua subordinação. A patroa de Marina ordenou que ela não contasse para ninguém que trabalhava na casa. Contudo, Marina não obedeceu. Quando a moça que a tinha chamado de bonita na pracinha encontrou com ela novamente, indagou sobre a sua situação: “Ela perguntou se éramos parentes. Eu disse que não. Alice me puxou da filha e perguntou por que eu morava lá. Expliquei que tinha vindo do interior para cuidar da casa e do bebê” (Martins, 2018, p. 17). Ao invés de aceitar sua situação silenciosamente, Marina não escondeu e expôs o motivo de estar ali. Ela afirmou sua identidade de trabalhadora. Ela reivindica sua agência ao explicar qual era a sua função naquela casa. Depois disso, a moça explicou por que estava perguntando isso para Marina:

Que tudo que queria era uma menina do interior que a ajudasse com o bebê, uma menina para ela ajudar também. Que babás eram muito caras, queriam ser cheias dos direitos e nem dormiam mais em casa. Alice perguntou se a minha mãe tinha outra

menina para dar. Expliquei que minha mãe não tinha me dado, que minha mãe não tinha dado nenhuma de suas filhas, mas que todas tinham sido levadas, assim como eu, para viver nas casas de estranhos. Eu esperei, mas era nada falou. Então, eu disse que minha mãe ainda tinha um menino. Ela disse que menino não servia (Martins, 2018, p. 17).

Alice queria uma menina para trabalhar em sua casa e perguntou para Marina se sua mãe não tinha nenhuma menina para “dar”. Esse verbo expressa como as mulheres são vistas como mercadorias, e que os donos ou patrões têm total direito e posse sobre seus corpos. Além disso, ela afirmou que não queria um menino, e sim uma menina, evidenciando como a desumanização recai sobre os corpos das mulheres. No trecho a seguir, é mostrado um diálogo entre a patroa e Marina:

- Ouve! Tu ainda és a menina da casa!
- Não sou a menina da casa! Sou uma menina como as outras!
- Não! Te chamo de menina na falta de coisa melhor, mas tu nem mesmo é menina!
- Como? E eu não sou uma menina?
- Não! Meninas como tu são mulheres velhas que já sabem tudo do mundo!
- Sou menina, sim! Sou menina como as suas duas filhas!
- Não te comparas às minhas filhas!
- Por que não? Qual a diferença entre eu e elas? (Martins, 2018, p. 18).

A patroa de Marina afirma que ela é diferente de suas filhas. Levando em conta que a mulher via Marina a partir de uma imagem preconceituosa, podemos dialogar com Kilomba (2019, p. 121), quando ela diz: “Uma pessoa apenas se torna diferente no momento em que dizem para ela que ela difere daquelas/es que têm o poder de se definir como ‘normal’”. Nesse sentido, a diferença é usada como uma marca para a divisão (Kilomba, 2020, p. 121). Ainda nesse âmbito, pode-se compreender como a diferença colonial (Quijano, 2005) foi usada pela patroa para inferiorizar a personagem.

Observa-se que, ao ser confrontada por sua patroa, Marina mantém uma postura afirmativa de sua identidade; ela é uma menina, assim como eram as suas duas filhas. A autora maranhense, a partir de seu conto, rompe com a lógica colonial ao apresentar uma personagem feminina que luta contra o sistema de escravidão em que está inserida. Marina poderia se silenciar e aceitar que, dentro daquela casa, ela não tinha voz e identidade, mas criou coragem para mostrar que é uma pessoa, com uma identidade e uma história. Esses comportamentos de Marina são o início de sua luta para driblar o seu cotidiano cruel e reexistir.

Voltando à narrativa, a garota se viu presa em uma realidade de escravidão, marcada por abusos psicológicos diários, tendo que ouvir que ela não era uma criança, que não significava nada e que sua existência não importava para ninguém. Cansada daquela situação,

tomou uma decisão: em um certo dia, decidiu pôr fim àquela circunstância em que se encontrava. Entrou no quarto da patroa, que estava tomando banho, abriu a carteira que guardava R\$ 520 e começou a se preparar para a fuga. O trecho a seguir narra o momento em que a menina se prepara para o ato:

Já eram duas da manhã. Procurei a churrasqueira e peguei algumas lascas de carvão. Pus todas num saco plástico e saí. Não tinha ninguém na rua. Primeiro escrevi a carvão no muro cinza, com uma letra bem grossa, várias vezes. Como se não bastasse, depois escrevi no muro da padaria e nos bancos da pracinha, passando repetidamente a lasca de carvão no mesmo lugar, para que ela não pudesse ignorar essas provas da minha existência: “Dona Laura é puta” (Martins, 2018, p. 21).

Ela preparou uma mochila, na qual colocou uma foto de sua mãe, a escova de dente do irmão mais novo, o dinheiro retirado da carteira da patroa, além de roupas, comida, um livro, um caderno e um lápis. Já pronta para partir, reuniu coragem para sair, mas, nesse instante, a patroa despertou de seu sono:

- Volta já aqui, menina!
Estava no portão grande quando parei. Voltei. Mas meti o corpo novamente na casa apenas para olhar bem o seu rosto, para nunca esquecer sua face e lhe gritar bem forte:
- Meu nome não é menina! Meu nome é Marina! (Martins, 2018, p. 22).

A atitude da menina revela uma forma de reexistência contra um discurso opressor que buscava apagá-la. Marina, frente às situações que tentavam torná-la invisível, respondeu com discursos que (re)afirmavam a sua identidade. Um aspecto importante a ser analisado é que a patroa sempre se referia a Marina como “menina”; esse termo pode ser visto como uma forma de despersonalização da personagem, pois o nome é um elemento essencial de identidade. Ao ir embora, ela afirma: “meu nome é Marina” (Martins, 2018, p. 22) como forma de (re)afirmar sua identidade. Isso é o que a torna decolonial, visto que, diante de sua situação análoga à escravidão, soube lutar e se (re)afirmar como indivíduo frente à modernidade capitalista e patriarcal.

3.2 A colonialidade de gênero e a punição patriarcal contra a mulher insurgente em “Tudo Vermelho”

O conto “Tudo vermelho” apresenta uma situação na qual um casal de irmãos gêmeos compartilha o mesmo cativeiro. Segue o trecho inicial em que a autora apresenta a situação dos personagens:

-Vira o rosto! Quero mijar! -o homem pediu.

Movendo o pescoço alguns centímetros para o lado, a mulher obedeceu, embora considerasse inútil virar o rosto para não vê-lo, já que a escuridão não lhe permitia ver muita coisa mesmo. Sentada no chão, tamborilava os dedos de unhas curtas no piso de cerâmica, enquanto o mau cheiro do aposento entrava por suas narinas. Ouvia o barulho da urina caindo. A sua bexiga também pesava. E a boca, seca, ansiava por um cigarro (Martins, 2018, p. 25).

Eles dividem um ambiente insalubre e sujo, mantidos em cárcere privado por um grupo de golpistas, aparentemente interessados na herança que os dois haviam recebido do pai falecido. No decorrer da trama, o irmão aproveita a situação para comentar sobre o passado da irmã, que se manteve distante da família por um período. Ele fala sobre a filha dela, o marido que ela abandonou, e aborda a relação deles com o pai, destacando principalmente os conflitos familiares.

-O pai pedia que todo dia lembrássemos dele.

-Por que está com isso no bolso, depois de tanto tempo?

- Sempre ando com a carta no bolso pra me lembrar dele... e do que ele queria... temos sempre que interpretar a carta do pai! (Martins, 2018, p. 26).

A todo instante, o irmão se comporta de maneira machista, fazendo comentários que a diminuem tanto como pessoa quanto como mulher. É importante entender a situação inicial que os levou àquele lugar: os irmãos venderam a casa do pai falecido, mas foram feitos reféns, pois os ladrões estavam supostamente interessados no dinheiro. Em um certo momento, o líder da gangue pede para que a mulher se entregue sexualmente para que eles possam ser libertados. Ela aceita e, ao chegar ao quarto, nota que o líder era o seu ex-marido. Toda aquela situação foi, na verdade, orquestrada com a ajuda do irmão, com o intuito de que ela "aprendesse uma lição", já que havia abandonado a família para seguir seu próprio caminho.

Um aspecto importante a ser destacado é o agente opressor presente em ambos os contos. No caso de Marina, a opressão é oriunda da estrutura econômica e racial da sociedade. A patroa, enquanto representante da elite branca, explora a menina negra dentro de um sistema que ainda mantém o trabalho servil como uma herança do colonialismo. Já no segundo conto, a opressão vem do núcleo familiar e do patriarcado. Os homens da família são os agentes da violência, e a própria família valida a punição da mulher.

O trecho abaixo descreve a cena em que os irmãos estão aprisionados. O irmão retira do bolso um papel amarelado escrito pelo pai deles. Na carta, o pai pede que o mais forte cuide do mais fraco. O irmão interpretou que, por ser homem, deveria cuidar da irmã, que, segundo ele, era a mais fraca:

- Claro que pediu! Leia o que está escrito: “O mais forte deve cuidar do mais fraco”. Mas você nunca deixou, sempre recusou meus conselhos! Entre você e eu, quem é mais forte? Você devia me ouvir! O mais forte sou eu! Você devia me ouvir! Eu, que sou o homem! Eu que herdei o nome do pai! (Martins, 2018, p. 27).

Como pode ser observado, o irmão acredita que, por ser homem e ter herdado o nome do pai, ele é o mais forte. Segundo Lugones (2020, p. 76): “O sistema de gênero é heterossexualista, já que a heterossexualidade permeia o controle patriarcal e racializado da produção – inclusive de conhecimento – e da autoridade coletiva”. O irmão reforça esse sistema ao se considerar o mais forte entre os dois e como aquele que deve controlar o que a irmã deve fazer. Nesse sentido, observa-se como a colonialidade de gênero coloca o homem como detentor de poder, enquanto a mulher é vista como frágil e incapaz. Com base em seu pensamento machista, alimentado pela criação patriarcal e pela devoção ao pai, o irmão acredita que sua irmã gêmea precisa de sua proteção e conselhos. No entanto, a mulher se mostra, a todo momento, insatisfeita e contrariada com esse pensamento.

No conto, fica evidente como as imposições de gênero funcionam como forma de oprimir as mulheres dentro da família nuclear, colocando-as em papéis de subordinação. Além disso, a narrativa expõe como os papéis impostos ao homem e à mulher servem para oprimir e silenciar as mulheres, negando-lhes o acesso aos mesmos cargos e funções na sociedade.

No trecho abaixo, segue o diálogo entre os irmãos:

-Marina sempre disse o contrário!
 - Cala a boca! O nome da mãe não deve ser pronunciado!
 - Por quê?
 -Porque foi assim que o pai ensinou!
 - O pai já morreu há muitos anos! E ele também nos proibiu, desde que ela foi embora, de chamar a palavra “mãe”. E você acabou de falar! (Martins, 2018, p. 27).

A figura da mãe é banida do discurso, representando a tentativa do patriarcado em apagar e silenciar as mulheres. No sistema de gênero, as mulheres são relegadas a papéis inferiores e são orientadas a permanecer silenciosas. Sobre isso, observa-se também o poder do pai sobre o irmão, o que exemplifica o que Saffioti (1976) explica: a autoridade do pai decide tudo, sem considerar os sentimentos e as opressões vivenciadas pela mãe. Pois, como destaca Hooks (2020, p. 76), “mesmo em famílias desprovidas de membros masculinos, as crianças aprendem a valorizar as regras autoritárias”.

Percebe-se que o irmão não aceita o posicionamento da irmã, obrigando-a a se silenciar e aceitar o que ele estava dizendo. Aqui, manifesta-se a colonialidade do saber (Maldonado-

Torres, 2007), já que as normas patriarcais buscam silenciar a voz feminina, funcionando assim como um controle epistemológico.

Além disso, é importante analisarmos a figura do irmão. Ele não apenas é totalmente devoto ao pai, mas também representa o patriarcado, julgando as atitudes da irmã, especialmente por ela ter abandonado o marido e a filha. De acordo com Narvaz e Koller (2006, p. 50): “(...) o patriarcado não designa o poder do pai, mas o poder dos homens, ou do masculino, enquanto categoria social”. Assim, mesmo que o pai não estivesse mais presente, foi o irmão quem assumiu o papel de patriarca, julgando as atitudes da irmã e, junto com o ex-marido, armando uma armadilha para ela.

A mãe dos irmãos era uma mulher forte que, por algum motivo, foi banida da família. Sobre a feminilidade esperada das mulheres, Zafalon e Zolin (2013) alegam:

A “feminilidade” que delas se espera, entendida a partir de adjetivos como “sorridentes”, “simpáticas”, “atenciosas”, “submissas”, “discretas”, “contidas”, acaba por conduzir a mulher, de acordo com o sociólogo, à aquiescência das expectativas masculinas; consequentemente, a dependência em relação ao outro acaba por se tornar constitutiva de seu ser (Zafalon; Zolin, 2013, p. 185).

O regime patriarcal dissemina a ideia de que a mulher não deve ser independente nem capaz de cuidar de si mesma; pelo contrário, ela deve ser submissa ao seu parceiro. O patriarcado busca manter o homem sempre em uma posição de poder sobre a mulher, com o objetivo de limitar sua autonomia. As mulheres são forçadas a seguir o destino que lhes é imposto, o que dificulta seu acesso à educação, ao mercado de trabalho e à autonomia financeira, deixando-as sempre dependentes do homem. Elas devem dedicar-se exclusivamente ao lar e à família, enquanto o homem é visto como aquele que “traz o pão para casa”. A personagem apresentada no conto abandona o casamento porque se sente subjugada e não deseja ser uma mulher atrelada ao lar, sem direitos nem liberdades. Nesse contexto, o casamento torna-se uma ferramenta de aprisionamento. A sociedade impõe papéis sociais que atribuem tarefas e obrigações distintas para homens e mulheres. Sobre isso:

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é constituída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita com bastante precisão, os campos em que *pode* operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que *pode* atuar o homem (Saffioti, 1987, p. 8).

No que diz respeito à atribuição de papéis de gênero, a família é a principal base que

assegura essa diferenciação; é nela que as identidades são forçadas. Quando as mulheres são inseridas no sistema patriarcal, tornam-se objetos, com suas vidas controladas por pais, irmãos e maridos. No conto, observa-se como o casamento funciona como uma forma de adestramento do corpo feminino, retirando-lhe a liberdade. A sociedade é constituída por instituições que buscam consolidar a ideia da família, como o Estado moderno e a Igreja. Diante dessa situação de aprisionamento, a personagem decide rebelar-se e pôr fim a esse sistema.

A mãe dos irmãos abandona a família, gerando grande ira tanto no marido quanto no filho. Não foi apenas a filha que abandonou o casamento; a própria mãe o fizera antes, o que a destitui do papel de mãe, passando a ser chamada apenas de Marina. Dessa forma, a mãe dos irmãos foge do ideal feminino, que exige que a mulher seja: “(...) sorridente, simpática, atenciosa, submissa, discreta, contida e, até mesmo, apagada, invisível” (Ribeiro, 2021, p. 17). Ela se recusa a ser essa mulher apagada, sem escolhas próprias, e se rebela, transformando-se em uma mulher insubmissa.

Nota-se que o filho tenta a todo custo impor a honra do pai como forma de silenciar a irmã. Ele cuidadosamente guarda a carta do pai, mas, em um momento em que a irmã joga a carta ao chão, ele logo se apressa em guardá-la: “O homem recolheu o papel caído aos seus pés, o beijou e o guardou no bolso da calça (...)” (Martins, 2018, p. 27). A carta, naquele momento, representava o pai, e percebe-se o afeto e a obediência que o irmão tem ao idolatrá-la. Sobre isso, Sequeira e Stella (2012, p. 72) afirmam: “A influência da cultura patriarcal permeava também a educação dos filhos, que tinha uma formação baseada na obediência às ordens do pai de família”. Desse modo, vê-se que, mesmo após a morte do pai, o filho não deixou de obedecê-lo, o que se diferencia da mãe, por quem o filho nutre ódio. Segue o trecho abaixo:

-Se eu tivesse nascido um pouco mais para o sul, onde você vive agora, não teria tanta energia, minha voz não seria tão forte e pensaria que eu era um frouxo! Mas eu nasci aqui e aqui aprendi que se cuida do outro de diversas formas, sendo duro com outro inclusive! (Martins, 2018, p. 27).

Observa-se que o irmão criou uma armadura em si mesmo, pois não queria ser visto como um “frouxo”. Sobre isso, Hooks (2004, s.p.) discute:

O primeiro ato de violência que o patriarcado demanda dos homens não é violência contra mulheres. Em vez disso, o patriarcado demanda de todos os homens que engajem em atos de automutilação psíquica, que eles matem todas as partes emocionais de si mesmos. Se um indivíduo não sucede nessa automutilação emocional, ele pode contar com os homens patriarcais para encenar rituais de poder que vão massacrar sua autoestima.

O homem tenta justificar sua agressividade contra a irmã, dizendo que, de onde ele veio, ser agressivo significava ser sinônimo de força. Essa automutilação psíquica é responsável pela negação dos sentimentos e emoções por parte dos homens, tudo isso para que possam atender aos requisitos da masculinidade. Desse modo, percebe-se como o ideal de masculinidade foi construído, como relata Peter Stearns (2007, p. 34):

A força do patriarcado caiu sobre as mulheres, mais obviamente afetou também as definições de masculinidade. Os homens, independentemente da personalidade de cada um, deveriam assumir seus papéis de dominante. Deviam evitar mimar as mulheres, especialmente em público. Com frequência, precisavam estar prontos a assumir deveres militares ou outro tipo de liderança e, em princípio, eram evidentemente responsáveis pela sobrevivência da família.

Como afirma Stearns (2007), definições de masculinidade foram impostas aos homens com a criação do patriarcado. Desse modo, os homens devem sempre ser os dominantes nas relações, agressivos e brutos, sem nenhum tipo de feminilidade, o que os destituiria do papel de homem. Assim, no conto, observa-se como o irmão é agressivo com a irmã, pois foi dessa forma que ele aprendeu a demonstrar sua masculinidade e seu instinto protetor. Ele chega até a afirmar que, se tivesse nascido no Sul, para onde a irmã fugiu, não teria a "energia masculina" que possui e seria até um "frouxo". Mesmo diante daquela situação, a irmã, em nenhum momento, deixou-se vencer e disse:

-Essa carta, o pai escreveu quando tínhamos oito anos! Não somos mais crianças, não somos nem mais mesmo amigos! Não sou mais a mesma! Décadas depois, ninguém pode ser. Temos muitas memórias de um passado conjunto, mas independente do que aconteça aqui hoje, independente do que esses que estão aí fora possam fazer conosco, não temos nenhum futuro em comum! - ela ergueu o tom de voz-- Não pretenda que eu me submeta a você! (Martins, 2018, p. 28).

A atitude da personagem é um gesto de insurgência frente ao discurso patriarcal do irmão. Além de promover um distanciamento pessoal dele, ela também está rompendo com a colonialidade de poder e de gênero. No conto, Lindevania Martins apresenta uma personagem feminina que não se limita ao lar, ao papel de mãe, esposa e submissa. A autora nos apresenta uma nova percepção de mulher, uma nova representação que foge à lógica patriarcal. No trecho: “(...) - Não pretenda que eu me submeta a você!” (Martins, 2018, p. 28), o que se observa é uma nova identidade feminina, uma desconstrução sobre a constituição da mulher, um novo ponto de vista em que a mulher se coloca em uma posição de superioridade e independência.

A colonialidade de gênero (Lugones, 2020) impôs um sistema de controle sobre os

corpos e a mentalidade feminina. Assim, no momento em que a personagem reconhece que está presa a esse sistema e promove uma ação contra ele, está promovendo um movimento de ruptura. Reconhecer a opressão vivida é o primeiro passo para a libertação do sexismo. Dessa forma, as mulheres conseguem conquistar algum poder, como afirma Hooks (2019, p. 126), “Reconhecer essa força, esse poder, é um passo que as mulheres podem dar juntas no sentido de sua libertação.” Esse reconhecimento é uma das formas de dismantelar o patriarcado. Hooks (2019) ainda afirma que destruir o dualismo é uma das formas de lutar contra essa opressão, e essa atitude é percebida na personagem, que se recusa a se deixar silenciar pelas figuras masculinas ao seu redor.

Aproveitando a situação em que estavam inseridos, o irmão começa a citar vários acontecimentos que ocorreram na família, nos quais a irmã não esteve presente. Ele reclama que ela nunca se fez presente, e ela responde que sempre mandava dinheiro para eles e também para a filha. No entanto, isso não era suficiente para o irmão: “-Mas não veio cuidar do pai quando ele ficou doente! Sabe como foi difícil cuidar dele sozinho? O pai velho, sujando as calças todo dia, feito criança!” (Martins, 2018, p. 30). O irmão também fala sobre a sobrinha: “-Você também não veio quando a sua menina casou e foi a outra, a que foi mãe no seu lugar, que estava lá em cima do altar!” (Martins, 2018, p. 30).

Como pode ser observado nos trechos acima, o irmão assumiu o papel que, tradicionalmente, é atribuído às mulheres da família. Geralmente, quando os pais envelhecem, são as mulheres que passam a cuidar dos pais e das mães idosos. O irmão achava insuficiente que a irmã apenas enviasse dinheiro; ele queria que ela cumprisse seu papel de filha e de mãe. Isso evidencia como as responsabilidades relacionadas às mulheres funcionam no âmbito privado e familiar. Segundo Saffioti (1976, p. 33), “A maternidade não pode, pois, ser encarada como uma carga exclusiva das mulheres.” O irmão simplesmente joga sobre a mulher a carga de ser mãe e filha, esquecendo-se de que, sendo homem, ele também deveria cumprir seu dever como filho, e que o ex-marido da irmã também poderia cuidar da filha na ausência dela.

Ao retomar o conto “Zona de Desconforto”, percebe-se que ele mantém um diálogo com o conto “Tudo vermelho”. É possível observar como a colonialidade de poder (Quijano, 2015) exerce controle sobre os corpos femininos. Em ambos os contos, as protagonistas são aprisionadas dentro de uma estrutura de dominação que as reduz a corpos exploráveis. No primeiro conto, a exploração é econômica e racial, ligada à escravização moderna e ao racismo estrutural, heranças da colonização. No segundo conto, essa exploração ocorre no âmbito patriarcal da família nuclear, onde o casamento é uma prisão imposta pela sociedade. Assim, em ambos os casos, as protagonistas são transformadas em propriedades de um sistema de

opressão que busca limitar sua liberdade.

Retomando o conto: depois de algum tempo, a mulher começa a criar alguns planos para que conseguissem fugir daquela situação:

- Temos que sair daqui o quanto antes! - Temos que fugir!
- Já falamos sobre isso antes! É impossível! Como seria?
- Usando o basculante do banheiro. Ou sendo mais esperto eles!
- O homem balançou a cabeça:
- Não daria certo! É arriscado demais! Você devia dar a eles o que pedem!
- O quê?
- Pensa! Não devem ser tão violentos! Caso fossem, não pediriam. Tomariam à força! (Martins, 2018, p. 31).

O irmão a desanima, dizendo que é impossível fugir e que ela deveria ceder e entregar-se. No entanto, a irmã não conseguia entender como poderia ceder. Depois de um período, o irmão explicou como seria, entregar-se sexualmente a eles. Isso pode ser observado no trecho a seguir:

- Lembra quando eu te surpreendi no jardim desta casa? Você só tinha quinze anos e estava exibindo os seios para o filho do pedreiro! Vamos! Não deve ser tão difícil. Com dezessete, você já casou grávida com o seu primeiro marido e sabe-se lá quantos homens mais já teve! Desde cedo, está habituada! (Martins, 2018, p. 32).

Observa-se, nesse trecho, que o irmão quer que a mulher se entregue sexualmente a pessoas que ela nem conhece. O objetivo é que ela use seu corpo como objeto de troca para que eles sejam libertados. Isso reflete claramente a colonialidade de gênero (Lugones, 2020), pois, durante a colonização, o corpo feminino foi visto como mercadoria, contribuindo para a manutenção da hierarquia de gênero.

Ao analisar os dois contos deste capítulo, percebe-se que, em ambos os casos, há uma violência legitimada pela sociedade. No primeiro conto, a exploração da menina negra no trabalho doméstico reflete como a sociedade ainda naturaliza a servidão das mulheres negras, um resquício da escravidão colonial. No segundo conto, a punição da mulher por abandonar o casamento é um reflexo da lógica patriarcal, que não permite que as mulheres tenham autonomia sobre suas vidas.

Nesse contexto, é pertinente discutir a fala de Dorotea Gómez Grijalva (2020, p. 10):

- ...assumo meu corpo como território político porque o entendo como histórico, e não biológico. E, conseqüentemente, assumo que ele foi nomeado e construído a partir de ideologias, discursos e ideias que justificaram sua opressão, exploração, submissão,

alienação e desvalorização. A partir daí, reconheço meu corpo como um território com história, memória e conhecimentos, tanto ancestrais quanto próprios, da minha história íntima.

O corpo feminino pode ser definido como um território político, pois é atravessado pela colonização e, dessa forma, sofre com as colonizações de poder. Desde sempre, o corpo feminino foi visto como objeto de prazer e satisfação sexual do homem. A mulher não tinha controle sobre sua sexualidade, e essa função ficava sob responsabilidade de seu marido. Ao controlar a sexualidade da mulher, o homem se coloca em uma posição de superioridade.

A irmã, ao ouvir aquilo, dá um tapa no rosto do irmão e diz: “– Eu te proíbo de falar assim comigo! Nós somos irmãos gêmeos, temos 40 anos, e não podíamos ser mais diferentes! E não é só pelo que carregamos entre as pernas!” (Martins, 2018, p. 32). Como pode ser notado, a subordinação feminina é vista pelo irmão como algo natural:

[...] A objetificação do corpo feminino está atrelada à banalização da imagem da mulher, em relação a sua aparência física, como ela deve agir, como deve se parecer e, principalmente, em relação ao tamanho e formato que seu corpo deve ter (Santos; Trindade; Santos, 2020, p. 125).

Quando o corpo feminino é objetificado, ele passa a ser vulgarizado, reduzido a um corpo que serve apenas para reprodução e para saciar o desejo masculino. Assim, no conto, observa-se como o irmão tenta convencer a personagem de que ela deve entregar seu corpo para que eles fossem libertados, como se ela devesse aceitar aquilo como algo natural.

Considerando que as mulheres aprendem desde a infância que os corpos femininos são objetos de constante observação, avaliação e potencial objetificação sexual, a Teoria da Objetificação propõe que esse ambiente cultural objetificante as leva a introjetarem esse comportamento e a tratarem a si mesmas como objetos a serem observados e avaliados de acordo com sua aparência (Loureiro, 2014, p. 20).

Como pode ser observado, as mulheres, desde crianças, são ensinadas que seus corpos devem estar sempre belos, pois, a todo instante, são objetos de observação. Desse modo, elas internalizam comportamentos que as levam a objetificar seus próprios corpos. Após a irmã se irritar com a proposta do irmão, ele diz: “Você é como ela! Como essa que nos pôs no mundo, como Marina! Também abandonou seu marido e sua filha como ela abandonou o pai e a nós dois! - ele agitava muito as mãos.” (Martins, 2018, p. 32). Ao final de sua fala, a personagem justifica o motivo da fuga da mãe: “- O pai batia na mãe!” (Martins, 2018, p. 32).

Um fato importante na narrativa é que o irmão escolheu adorar o pai agressor, em vez

de proteger a mãe, vítima de suas agressões. Sobre a naturalização da agressão masculina na sociedade, Hooks (2019, s.p.) afirma: “Todo dia na América os homens são violentos. A sua violência é tratada como ‘natural’ pela psicologia do patriarcado, que insiste haver uma conexão biológica entre ter um pênis e a disposição para cometer violência”. O pai e o irmão passaram a demonizar a mãe pelo ato de fuga, tornando a violência contra ela mais natural do que o ato de ela escapar da agressão. Essa mulher não apenas desnaturalizou o status quo, mas também (re)existiu frente à força patriarcal.

Assim como a mãe, a personagem abandonou seu casamento para ser livre. Ela se sentia sufocada e submissa, por isso decidiu abandonar seu marido e sua filha. Esse comportamento foi extremamente julgado pela sua família, que esperava que ela cumprisse seu papel de mãe e esposa. Esse é o comportamento esperado da mulher na sociedade: um modelo de comportamento feminino que deve ser seguido à risca. No trecho a seguir, é apresentada uma fala do irmão, que julga a irmã por ter abandonado a filha: “- Mas seu marido não batia em você! Por que o deixou? Por que abandonou uma menina com oito anos?” (Martins, 2018, p. 32). Para o irmão, é injustificável que uma mulher abandone seu casamento, independentemente das circunstâncias.

Posteriormente, no conto, é relatado o momento em que a mulher aceita as condições impostas para que fossem libertados. Ela é levada para o quarto onde viveu parte de sua vida e encontra o líder da gangue, que a aguardava. A mulher sente algo de familiar naquela cena, aproxima-se do homem e tenta tirar o capuz que cobria seu rosto. O homem deixa escapar sua voz, sendo reconhecido pela mulher: o líder da gangue era o seu ex-marido, o qual ela havia abandonado junto com a filha pequena há muitos anos. O homem explica que armou tudo aquilo porque precisava de dinheiro e, juntamente com o irmão dela, queria dar-lhe uma lição.

- Por que armou tudo isso
- Estou precisando de dinheiro e você me devia. Encaro isso com uma indenização. Estou apenas tomando o que tenho direito pra tentar arrumar minha vida!
- E meu irmão? Ele está junto com você, presumo! Por isso você só falava com ele.
- Acertou!
- E o que ele ganha com isso?
- O prazer de te ensinar uma lição!
- lição?
- A lição de que o passado não pode ser ignorado. Você também deixou ele pra trás! Deixou seu pai pra trás! (Martins, 2018, p. 35).

O fato de ter sido abandonado por sua ex-mulher fez com que ele se sentisse humilhado e inferiorizado, levando-o a arquitetar toda aquela situação. Ele não aceitava o fato de que sua

mulher o havia deixado e, segundo ele: “Tudo começou naquele momento. Desde que você se foi, só tive azar. Azar porque não dei o troco! Uma sucessão de infelicidades porque não dei o troco” (Martins, 2018, p. 35). Ele continua dizendo: “- E você? Já pensou que tudo isso que acontece agora é culpa sua? Odeio você! Quero te humilhar! Retribuir! Porque foi embora?” (Martins, 2018, p. 35).

Na sociedade, é natural que o homem abandone a esposa e seus filhos, mas uma mulher que abandona seu casamento é vista como algo absurdo. De acordo com a Arpen (2023): “(...) O percentual de crianças registradas com ‘pai ausente’ passou de 5,5% em 2018 para 6,9% em 2023 (considerando o período até 6 de junho)”. Os dados demonstram que, na grande maioria, são os homens que abandonam suas famílias, e esses números só aumentam. Em relação ao conto, se fosse o homem quem tivesse abandonado a mulher e a filha, provavelmente haveria uma revolta por parte dos homens da família dela, colocando-o em uma posição de inferioridade e humilhação, ou até mesmo a própria mulher se vingaria do homem. No entanto, a terceira opção — a de considerar a situação como normal — é geralmente a que prevalece.

A mulher começou a expor os motivos que a levaram a tomar aquela decisão e diz: “Odiava minha casa, odiava meu pai, meu irmão, odiava minha vida, odiava você, com quem não queria casar! Odiava até mesmo a menina! Por isso, entendo você quando diz que me odeia. De ódio, eu entendo bem!” (Martins, 2018, p. 36). É importante frisar que, durante toda a conversa, o homem estava segurando uma arma contra a cabeça da mulher, como forma de intimidá-la. Esse gesto de violência remete à situação que a mulher viveu no passado: ela se casou com o ex-marido à força, provavelmente por pressão do pai, após engravidar dele antes do casamento. Esse contexto a fez nutrir ódio por todos os membros da sua família.

Em seguida, ela diz: “Era você que tinha uma vida boa! Não eu! As mulheres estão sempre se submetendo e isso é confortável pros homens, mas não pra elas. E resolvi sair antes que fosse tarde demais, antes que lamentasse o desperdício que minha vida havia sido” (Martins, 2018, p. 36).

Nota-se nesse trecho que a mulher se recusou a ter uma vida previsível, por isso decidiu trilhar um novo caminho. A personagem feminina apresentada por Lindevania Martins desconstrói a ideia da mulher do lar, a mãe devotada, a mulher frágil, a donzela que espera ansiosamente pelo seu companheiro, rompendo a estrutura patriarcal. Essa mulher se mostra independente em relação ao homem, ela foge do destino “natural” que seria o casamento e a maternidade, assim, evita a supremacia masculina. Como afirma Simone de Beauvoir (1967), ela não aceita o destino que a natureza e a sociedade lhe designam. No que se refere ao casamento, Beauvoir (1967) declara:

O destino que a sociedade propõe tradicionalmente à mulher é o casamento. Em sua maioria, ainda hoje, as mulheres são casadas, ou o foram, ou se preparam para sê-lo, ou sofrem por não o ser. É em relação ao casamento que se define a celibatária, sintase ela frustrada, revoltada ou mesmo indiferente ante essa instituição (...) (Beauvoir, 1967, p. 165).

O casamento, como argumenta a autora, é um destino imposto à mulher na sociedade patriarcal. Espera-se que ela se case e tenha filhos para que, dessa forma, tenha algum valor social. Muitas mulheres vivem em casamentos nos quais são violentadas, maltratadas e infelizes, sendo destinadas a criar seus filhos, e o único contentamento que encontram é ver seus filhos alcançando alguma conquista. A sociedade brasileira foi construída com base em ideais patriarcais e sexistas, que ensinam os homens, desde cedo, a controlar as mulheres em todos os aspectos, enquanto as mulheres são condicionadas a serem controladas por eles. Para a personagem, esse contrato social é uma prisão da qual ela não estava disposta a permanecer. Ela se sentia vazia, odiava o marido, a convivência e até mesmo a filha. Chega-se, assim, à conclusão de que a mulher representada no conto (re)existe ao casamento, foge dos estereótipos de mãe e esposa aos quais estava sendo subjugada e destrói a "ordem natural das coisas". Seguindo na narrativa, o homem ameaça a ex-mulher com uma arma e obriga-a a ter relações sexuais com ele. O objetivo dele era que ela se diminuísse no ato, para que ele se sentisse superior. A mulher que o abandonou agora estava ali, submissa a ele.

Oyèwùmí entende o gênero, introduzido pelo Ocidente, como uma: “ferramenta de dominação que produz duas categorias sociais que se opõem de maneira binária e hierárquica.” (Lugones, 2020, p. 64). Com isso, foi disseminada a ideia de que as mulheres são completamente inferiores aos homens, o que as afastou de papéis de liderança e poder. Esse conceito é fundamental para compreender a atitude do ex-marido da mulher após ser abandonado por ela.

A seguir, apresentamos um trecho do conto no qual ele se dirige a ela:

-Não vou te matar. Mas quero que você entenda como é razoável o que te peço e quero que aceite, mesmo não querendo! Não quero que morra agora! Quero que morra bem velhinha e que se lembre desse momento em cada minuto nessa sua vidinha confortável e egoísta! Quero que lembre até o fim! (Martins, 2018, p. 36).

Diante daquela situação, a mulher percebeu que ele queria vê-la humilhada, como se estivesse buscando retribuir a dor que ela causou ao abandoná-lo. Nesse momento, ela se

questionou: Quantas vezes aquilo acontecia com outras mulheres? Se o seu pai tivesse tido a chance, teria feito o mesmo com a sua mãe? A personagem apresentada por Lindevania Martins é vítima de violência psicológica, tanto por parte do ex-marido quanto pelo irmão. De acordo com a Lei Maria da Penha, em seu artigo 7º, inciso II:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: (...)

II- a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (Brasil, 2006, s/p.).

A personagem apresentada por Lindevania Martins sofreu violência psicológica, pois seu ex-marido não aceitou o fim da relação, colocando-a em uma situação de cárcere privado, tirando-lhe seu direito de ir e vir, controlando suas decisões, humilhando-a como mulher, ridicularizando-a e obrigando-a a ter relações sexuais contra a sua própria vontade. Quando ainda estava no relacionamento, a personagem tinha certeza de que as atitudes do marido poderiam se tornar algo pior, pois ele, como pode ser notado na narrativa, é um homem controlador. De acordo com uma pesquisa realizada por Silva *et al.* (2007, p. 99):

Os profissionais inseridos nos serviços que atendem a vítimas, certamente, se deparam com situações de violência doméstica que, inicialmente, manifestam-se de modo silencioso, tanto que, muitas vezes, não são sequer percebidas. Refere-se, aqui, aos primeiros sinais de violência que o agressor doméstico manifesta e que, ainda que isso não ocorra em todos os casos, pode gerar uma violência aguda grave. A violência se inicia de uma forma lenta e silenciosa, que progride em intensidade e conseqüências. O autor de violência, em suas primeiras manifestações, não lança mão de agressões físicas, mas parte para o cerceamento da liberdade individual da vítima, avançando para o constrangimento e humilhação. Como mostra Miller (2002, p.16), o agressor, antes de "*poder ferir fisicamente sua companheira, precisa baixar a auto-estima de tal forma que ela tolere as agressões*".

A mãe da personagem, provavelmente, antes de ser agredida fisicamente, também sofreu violência psicológica, que é o primeiro estágio das agressões. Ao conhecer a história de sua mãe, ela reconheceu que também estava em uma situação em que, a qualquer momento, poderia se tornar vítima das agressões do marido e tomou a decisão de fugir, abandonando tudo. Sair de uma situação de violência não é uma tarefa fácil para a maioria das mulheres. Muitas não conseguem sair porque dependem financeiramente de seus companheiros, uma vez que se dedicaram exclusivamente ao lar, afastando-se do mercado de trabalho. Diante disso, é

importante apresentar alguns dados sobre a violência psicológica sofrida por mulheres. Reis e Cúnico (2024) realizaram uma pesquisa na qual foram entrevistadas seis mulheres, com idades entre 33 e 72 anos, que receberam atendimento no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) de uma cidade no Vale do Paranhana, na Região Metropolitana de Porto Alegre. Durante essa entrevista, algumas mulheres relataram acontecimentos de suas vidas conjugais. Uma das participantes, Eliza, uma mulher de 45 anos e divorciada, fez o seguinte relato:

A violência psicológica ela é um pouquinho mais difícil de ser identificada. É em função de que as pessoas não consideram a violência psicológica como uma violência [...] A pessoa perde a essência [quando vivencia esse tipo de violência]. Ela não sabe mais quem ela é, ela vive uma vida que não é dela. (Eliza) (Reis; Cúnico, 2024, p. 85).

Assim como Eliza, a personagem apresentada por Lindevania Martins vivia uma vida forçada, ao lado de um homem que não amava. Ela se submetia a ele em uma relação na qual o homem detinha privilégios, enquanto as mulheres eram silenciadas. Sua família era composta apenas por homens machistas que a queriam silenciosa e obediente. Sua vida chegou a um ponto onde ela não se reconhecia mais, e tinha plena consciência de que, se permanecesse naquele local, desperdiçaria a sua vida por completo. No casamento, ela não poderia ser quem realmente era, não com um homem controlador ao seu lado. No trecho a seguir, são apresentados os relatos de duas mulheres, Maria e Luana:

Depois do fim do relacionamento... eu não tinha segurança, eu troquei todas as fechaduras da casa, eu não sei como ele [ex companheiro] conseguiu entrar no pátio..." (Maria); "Eu falei pra ele [ex companheiro] assim: ah, não tá dando certo o nosso relacionamento, acho.... vamo pára, vamo dá um tempo talvez. Ele simplesmente me deu um tapa na cara" (Luana) (Reis; Cúnico, 2024, p. 87).

Como pode ser observado, mesmo após o término da relação, as atitudes abusivas e a violência psicológica ainda podem persistir. Muitos homens não conseguem aceitar o fim do relacionamento com suas parceiras, pois acreditam que elas são objetos que devem possuir e que não podem perder. Quando uma mulher não permanece em uma relação abusiva e se opõe, as relações de poder são abaladas. A personagem do conto, ao romper com aquele relacionamento, não se viu totalmente livre, pois o ex-marido não aceitava que uma mulher desistisse da relação; para ele, isso era inadmissível. Durante todo o tempo em que ela se manteve distante, ele planejou algo para humilhá-la. Retomando o conto, o ex-marido pretendia ter relações sexuais com a mulher como forma de vê-la submissa e humilhada; ele queria se

vingar e fazer com que ela se lembrasse daquele momento até o fim de sua vida. Segundo ele, “[...] quero que você me odeie em cada minuto que estiver te possuindo e quero que o ódio retorne sempre que você lembrar! Talvez assim, nossos ódios recíprocos possam se igualar e não me sentirei mais em desvantagem em relação a mim!” (Martins, 2018, p. 37).

Para ele, o fato de ter sido abandonado o colocava em uma posição de desvantagem em relação à mulher. Assim, percebe-se como o estupro é utilizado como uma forma de poder por parte da figura masculina, movida pelo ego ferido. Nesse sentido, Hooks (2019, p. 105) afirma: “Esse homem está normalmente ‘ferido’, emocionalmente assustado pelo fato de não possuir os privilégios ou o poder que, segundo a sociedade, o ‘verdadeiro homem’ deveria possuir”. Sentindo-se alienado e frustrado, ele tende a atacar e abusar das mulheres (Hooks, 2019). No conto, ao ser abandonado, o homem sente-se destituído de poder e, de alguma forma, acredita que precisa se vingar para restaurar sua autoridade.

Nota-se também que as formas de punição e controle nos dois contos estudados se apresentam de maneiras distintas. No primeiro conto, a punição ocorre de forma estrutural e simbólica: a menina não precisa ser fisicamente sequestrada, pois a lógica do racismo e da colonialidade naturaliza sua servidão, fazendo com que ela aceite essa posição como algo normal. Já no segundo conto, a punição se dá de forma direta e brutal, com sequestro, cárcere e violência física, com o objetivo de mostrar à mulher que ela não pode escapar do sistema patriarcal.

O que se percebe também é que, em nenhum momento, a personagem se desespera ou demonstra medo em relação ao homem vingativo. Pelo contrário, ela se mantém fria e determinada. Ela nunca se esqueceu da arma que o homem havia colocado na mesinha ao lado da cama. Quando o ato terminou, ele explicou por que queria tanto aquilo: “Porque você é forte demais e eu queria uma prova de que havia enfraquecido teu espírito” (Martins, 2018, p. 37). O ex-marido planejou tudo aquilo para se vingar e, de alguma forma, queria vê-la humilhada, em uma posição inferior a dele. Durante todos aqueles anos, ele não aceitava nem entendia que ela o havia abandonado.

Segundo Lugones (2020), na sociedade, a mulher é vista como, “frágil, fraca, tanto corporal quanto intelectualmente, reduzida ao espaço privado e sexualmente passiva” (Lugones, 2020, p. 72). Dessa forma, entende-se que a personagem rompeu com todos esses padrões, o que provocou a revolta do ex-marido, que queria vê-la se comportando de acordo com os estereótipos patriarcais.

Após o término do ato sexual, do qual ela tinha sido ameaçada a participar, a mulher aproveitou um momento em que ele esteve distraído, pegou o revólver e o ameaçou. Ele já

previa a ação da mulher, mas duvidava que ela conseguisse manusear uma arma como aquela. Quando ele perguntou, se ela sabia usar o objeto, ela respondeu: “- Mais do que você pensa! Algumas mulheres se dedicam a hobbies menos tradicionais. Em vez de tricô ou crochê, prefiro tiro ao alvo” (Martins, 2018, p. 38). Nota-se que a personagem feminina do conto rompe com o modelo de mulher esperado pela lógica patriarcal e reexiste ao dedicar-se a novas experiências, o que fez com que sua família sentisse vergonha dela. Ao analisar os dois contos, nota-se que ambas as personagens promoveram um movimento de (re)existência. A primeira personagem (re)existe ao escapar da escravidão moderna, recusando-se a continuar explorada. A segunda (re)existe ao romper com a estrutura patriarcal ao fugir do casamento e, depois, ao matar seu agressor.

No trecho a seguir, é relatado o momento em que a mulher dispara a arma contra seu ex-marido:

Prendendo a respiração, a mulher puxou o gatilho gentilmente, como se tivesse feito isso uma vida inteira, e dirigiu um tiro certeiro à cabeça do homem. Ouviu o baque. Repetiu o gesto. Parou. Desceu a mão, observando a cena vermelha que se descortinava à sua frente, sentindo uma umidade tomar conta do seu sexo. Era tudo vermelho. O líquido que escorria dos furos no corpo caído do homem, o esmalte de suas unhas curtas, a menstruação que chegara, ensopando sua calcinha, e mais, tarde, na rua, seria vermelho o semáforo na primeira esquina, no qual ela não se deteria. Atirou uma última vez (Martins, 2018, p. 38).

O ato sexual que ela foi obrigada a realizar aumentou ainda mais a raiva que sentia do ex-marido. Assim, ela atirou contra ele, pondo fim à sua vida e à prisão que a perseguia. Neste conto, a mulher é representada sob uma nova ótica, desafiando os paradigmas sociais estabelecidos. O homem, que sempre foi visto como o dominador, se vê submisso à mulher, provocando uma grande reviravolta na narrativa. No que diz respeito à família, ela funciona como uma prisão, onde os destinos e as possibilidades das mulheres são silenciados. Ao romper com essa lógica, a personagem abre novos caminhos para o seu processo de (re)existência.

Portanto, observa-se que a autora maranhense, a partir de seu conto, rompe com a lógica do patriarcado ao apresentar uma personagem feminina que foge da cultura machista. A personagem é uma mulher que dribla seu cotidiano cruel para reexistir e trilhar novos caminhos a partir de suas experiências. Isso reflete as mudanças que a vida das mulheres vem sofrendo ao longo do tempo, configurando uma fuga da opressão machista. Assim, pode-se afirmar que, neste conto, foi apresentada uma narrativa que provoca desconforto no leitor e o leva a refletir sobre as antigas estruturas ainda presentes na sociedade. A personagem apresentada por

Lindevania Martins promove uma práxis decolonial que a liberta do jugo da colonialidade de gênero, imposta pela lógica colonial e mascarada pela modernidade.

Ao promover a reexistência, que, segundo Porto Gonçalves (2006, p. 47), "é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo", os indivíduos reexistem dentro do sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno (Grosfoguel, 2008). Nesse contexto, a reexistência torna-se um ato de sobrevivência. Assim, nota-se a postura decolonial de Lindevania Martins, que se posiciona como mulher negra em um contexto literário marcado pela hegemonia da supremacia branca, apresentando uma personagem que reexiste diante do sistema patriarcal, promovendo novas formas de ser mulher, diferentes daquelas impostas pelo sistema-mundo.

Em vista disso, nota-se que a personagem enfrenta a colonialidade de poder, que cria estruturas de dominação que sempre invisibilizaram as mulheres durante o processo do capitalismo eurocêntrico global. O patriarcado, na lógica da colonialidade do poder, tem o objetivo de silenciar as mulheres, atribuindo-lhes papéis de subordinação. Segundo Silva (2010, p. 557): "Às mulheres, sempre foi reservado um lugar de menor destaque, seus direitos e deveres estavam sempre voltados para a criação dos filhos e os cuidados do lar, portanto, para a vida privada [...]". Logo, a personagem questiona e combate os papéis que são atribuídos às mulheres, reivindicando o controle sobre seu corpo e suas escolhas, desafiando, desse modo, as epistemologias do colonialismo. Assim, dentro da narrativa, a mãe e a filha se apresentam como sujeitas insubordinadas.

Ainda é possível observar que esse sistema domina seus corpos e dita o destino e os comportamentos que elas devem seguir, tanto na sociedade quanto dentro dos espaços familiares. A partir da análise da personagem do conto em foco, foi possível constatar que o patriarcado é uma problemática que exerce forte influência na vida das mulheres. Esse tipo de opressão é um regime de dominação e exploração dos homens contra a figura feminina, o que faz com que elas tenham suas vidas e seus corpos controlados pela figura patriarcal, que pode ser o pai, marido ou irmão. Nesse contexto, as mulheres ocupam um papel de subalternidade e silenciamento, com o poder sendo direcionado ao homem. Caso uma mulher trace um caminho diferente daquele que lhe foi imposto, ela será extremamente julgada e perseguida.

Ao analisar as duas personagens, percebe-se que as protagonistas tiveram atitudes semelhantes em relação às opressões que vivenciaram. Marina promoveu um gesto de desobediência, assumindo um perfil decolonial ao não assimilar a imposição da beleza branca em seu corpo, posicionando-se como uma mulher negra e pobre, além de não aceitar permanecer naquele espaço de subordinação e inferioridade em que estava posta. Ela realizou

um movimento de retirada como forma de reexistir às violências que enfrentava. A personagem de “Tudo Vermelho”, assim como Marina, também estava em um ambiente onde sofria opressão e violências. Assim como ela, conseguiu (re)existir duas vezes: a primeira, quando abandonou seu casamento, e a segunda, quando matou seu opressor. Desse modo, pode-se afirmar que ambas as personagens promoveram gestos de desobediência diante das opressões que sofriam. Assim, podem ser consideradas personagens decoloniais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho dissertativo explora os principais teóricos e teóricas dos estudos decoloniais como uma agência de análise dos contos que compõem o corpus. Nesse sentido, a pesquisa teve como foco investigar as múltiplas formas de opressão que estão enraizadas na colonialidade, abordando principalmente como as personagens analisadas reexistem ou não perante as opressões criadas pelo: “sistema-mundo moderno/colonial, capitalista/patriarcal, cristão-cêntrico/moderno ocidental-cêntrico europeu” (Grosfoguel, 2011).

O estudo analisou as dinâmicas de poder que moldaram a constituição da América e continuam a operar na contemporaneidade. Para isso, ele foi dividido em três capítulos. O primeiro, intitulado: "Teorias críticas decoloniais: múltiplos saberes e formas de reexistência", discorre sobre as principais teorias dos estudos decoloniais. Entre elas, destacam-se Aníbal Quijano (2005), que apresentou a colonialidade de poder para explicar como as relações coloniais se concretizaram em um sistema global de exploração e hierarquização social, fazendo com que muitos indivíduos fossem explorados e desumanizados no sistema patriarcal-capitalista. Como ramificações da colonialidade do poder, surgiram a colonialidade do saber, que explora a questão do eurocentrismo, e como o pensamento único do colonizador foi imposto a toda a população mundial. Além disso, a colonialidade do ser foi abordada por Maldonado-Torres, que explica como a colonização modificou a subjetividade dos povos dominados.

Outra teórica fundamental para esta pesquisa foi María Lugones (2020), que propôs a colonialidade de gênero, buscando explicar como a interseccionalidade age como um processo responsável por promover múltiplas violências sobre o corpo feminino negro. Também foi analisado como o patriarcado, sobretudo na concepção de Saffioti, impõe normas para homens e mulheres, promovendo diferenciações dentro dessa instituição social, que se torna um espaço de opressões e violências contra mulheres e filhos, e como esses indivíduos são capazes de reproduzir essas violências de geração em geração.

No segundo capítulo, intitulado: "Patriarcado e Estrutura Familiar: Formas de Reexistência Frente às Imposições de Gênero nos Contos 'Tudo Vermelho' e 'Retrato de Família'", foram estudadas as relações de poder e hierarquias presentes na família nuclear brasileira, analisando também como as mulheres e crianças sofrem com ciclos de opressões e violências.

O conto “Querida Mamãe” explora as dinâmicas de poder existentes na relação entre mãe e filha. De um lado, a narrativa apresenta uma mãe que é a representação do patriarcado,

haja vista que ela tecia comentários depreciativos sobre o corpo da filha, perpetuando padrões de beleza patriarcais e eurocêntricos. Nessa personagem, observou-se que os comentários e atitudes não apenas refletiam as imposições sociais internalizadas por ela, mas também revelam como a violência simbólica é transmitida de uma geração para outra. Ou seja, a mãe é representada como um sujeito de poder ancorado nas normas patriarcais e nos ideais de gênero, que alteram sua visão do mundo. Por outro lado, a personagem da filha, Bárbara, está em um processo de transição, ainda incapaz de reexistir completamente às imposições da mãe. Todavia, ela consegue manifestar uma voz interna que funciona como um gesto de desobediência em construção.

No conto “Retrato de Família”, observamos como a família nuclear se constitui com o homem como chefe de família, a esposa silenciosa e os filhos dependentes dos pais. Assim, dentro dessa instituição hierárquica, ocorrem violências e opressões que são naturalizadas pela sociedade. Nesse contexto, foi observado como a permanência da mãe em um casamento marcado por violências fez com que seus filhos adotassem as mesmas atitudes e comportamentos agressivos em relação às famílias que constituíram e aos outros. Nesse sentido, observou-se que a personagem da mãe não promoveu uma reexistência, pois limitou-se a ser a esposa silenciada. E a filha, com o tempo, adotou as mesmas atitudes da mãe na relação com seu filho. Desse modo, as duas personagens não reexistiram perante as opressões de gênero às quais estavam expostas. Ou seja, elas não desafiaram a matriz colonial de poder e continuaram a sofrer e a promover violências. Nesse sentido, ainda foi possível analisar os motivos que levam muitas mulheres a permanecer nessa situação de violência.

Por fim, no terceiro capítulo, intitulado: “Colonialidade, Patriarcado e Capitalismo: A Dominação Sistêmica e as Estratégias de Ruptura em “Zona de Desconforto” e “Tudo Vermelho”, foi analisado como o capitalismo, atrelado ao racismo, cria desigualdade de classe e perpetua as formas de escravidão contemporânea, além de observar como as mulheres estão presas dentro de um sistema patriarcal.

No conto “Zona de Desconforto”, foi possível analisar a história de uma personagem negra inserida em um cenário de opressão racial e patriarcal, cujas vivências revelam as marcas profundas da colonialidade sobre os corpos das mulheres negras. A partir dessa personagem, foi possível observar como a colonialidade de poder (Quijano, 2005) ainda está presente na sociedade, desumanizando e destituindo as pessoas da categoria humana. Além disso, foi possível observar também como a protagonista sofreu pressões impostas por um padrão de beleza eurocêntrico que desvalorizava suas características físicas, buscando apagar sua identidade. Por outro lado, verificamos como a colonialidade do ser foi evidenciada na

desumanização da personagem; todavia, ela apresenta um perfil decolonial, pois não aceitou e fugiu da situação em que estava sendo escravizada.

Em relação ao conto “Tudo Vermelho”, observamos que a família nuclear é uma instituição de poder que cria papéis sociais para homens e mulheres, e essas diferenças entre os sexos destinam às mulheres as vivências somente do ambiente doméstico e o cuidado dos filhos. Nessa situação, a mulher torna-se um sujeito silenciado, subjugada à autoridade masculina, sem direitos e sem liberdade. Desse modo, a narrativa apresentou os conflitos que a mulher enfrenta ao tentar desvincular-se desse grupo familiar.

Por conseguinte, as personagens de mãe e filha, presentes no conto “Tudo Vermelho”, não aceitaram permanecer dentro de um casamento infeliz, no qual eram oprimidas, e decidiram ir embora. Esse gesto de desobediência promoveu ódio por parte dos homens da família. Assim, observa-se como essas mulheres promovem uma luta contra a colonialidade de poder (2005) e contra a colonialidade de gênero (2020), pois romperam com os ciclos de violências e desmantelaram as estruturas de poder coloniais.

Por fim, o presente estudo destaca como a produção literária maranhense contemporânea, escrita por mulheres, dribla, além do cânone da historiografia da literatura maranhense e, para assim dizer, nacional, contribuindo para a análise da presença da Matriz Colonial de Poder no Brasil, sobremaneira sobre os sujeitos femininos que, em parte, permanecem subjugadas pela estrutura patriarcal, racista e sexista, enquanto outras reexistem às opressões, ao compreenderem sua situação sem sucumbir a ela.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Cecy Dunshee de; ASSIS, Simone Gonçalves de. A (in) visibilidade da violência psicológica na infância e adolescência no contexto familiar. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, p. 843-854, 2011.

ALAMBERT, Z. **Feminismo: o ponto de vista marxista**. São Paulo: Nobel, 1986.

AKOTIRENE, Carla. “Cruzando o Atlântico em memória da Intercessionalidade.” **O que é interseccionalidade. Belo Horizonte: Letramento/Justificado**, p. 18-73, 2018.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. In: **Revista Seqüência**, n. 50, p. 71-102, jul. 2005. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/02/4f33baebd636cb77eb9a4bdc2036292c.pdf>>.

ARNAUD-DUC, Nicole. **As contradições do Direito**. In: PERROT, Michele; DUBY Georges (org.) *A História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 4. Porto: Afrontamento, 1994.

AZEVEDO, Milena Nogueira; ALVES, Paula Rúbia Oliveira do Vale. Permanência de mulheres em situação de violência: Compreensões de uma equipe multidisciplinar. **Revista EPOS**, v. 7, n. 2, p. 55-72, 2016.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, p. 89-117, 2013.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo a experiência vivida**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BEZERRA, A. R. **A Casa, a Fábrica e a Rua**: esboço crítico dos espaços de reprodução da mulher. 2017. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Consituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em 22 dez. 2024.

BRASIL. Lei maria da penha. Lei Nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006. **Presidência da República**. Casa Civil. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm> _arttext&pid=S1413-73722006000300021&lng=en&nrm=iso>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. (Caderno de Atenção Básica, 8)

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen, 2019.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. Trabalho precoce: qualidade de vida, lazer, educação e cultura. **Revista Serviço Social e Sociedade**. v. n. 55, nov. 1997.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**. São Paulo: Paz e terra, 1999.

CASTRO, Susana de. Feminismo Decolonial. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, v. 27, n. 52, p. 213-220, 2020.

CASTRO, Susana. Condescendência: estratégia pater-colonial de poder. **Revista Fundamentos**, v. 1, n. 1, p. 51-59, 2018.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, p. 87-95, 2005.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boi tempo Editorial, 2021.

COSTA, Bernardino J. Colonialidade e interseccionalidade: o trabalho doméstico no Brasil e seus desafios para o século XXI. In: Silva, T.D.; GOES, F. L. (org.). **Igualdade racial no Brasil**: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes. Brasília: Ipea, 2013.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In: _____; GOMES, Flávio (Org.). **Quase-cidadão**: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

DATASENADO, Pesquisa. Pesquisa Estadual de Violência contra a Mulher –Maranhão. 2024. Disponível em: https://www.senado.leg.br/institucional/datasetenado/relatorio_online/pesquisa_violencia_domestica/2024/PDF/maranhao.pdf.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. 1. Ed. São Paulo: Boi tempo, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

Day, V. P., Telles, L. E. de B., Zoratto, P. H., Azambuja, M. R. F. de, Machado, D. A., Silveira, M. B., Debiaggi, M., Reis, M. da G., Cardoso, R. G., & Blank, P. (2003). Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, 25(suppl 1), 9–21. <https://doi.org/10.1590/S0101-81082003000400003>.

DIEESE; GRPE. **O emprego doméstico**: uma ocupação tipicamente feminina /Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE); Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego (GRPE).— [Brasília] : OIT - Secretaria Internacional do Trabalho, 2006.

DOS REIS, Gabriela; CÚNICO, Sabrina Daiana. A violência psicológica sob a perspectiva de mulheres que sofreram violência. **Psicologia Argumento**, v. 42, n. 116, 2024.

DRUMONT, Mary Pimentel. Elementos para uma análise do machismo. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, 1980.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 5ª Ed. Ed. Positivo: Brasil, 1975. Disponível em: <www.dicionariodoaurelio.com>.

FIGUEIREDO, Angela. Carta de uma ex-mulata a Judith Butler. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org). **Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. Trabalho infantil nos ODS. Brasília, outubro, 2017. Disponível em: https://fnpeti.org.br/media/publicacoes/arquivo/Trabalho_Infantil_nos_ODS.pdf.

FREUD, S. Conferência XXII. Feminilidade. In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard brasileira: Traduzido do alemão e do inglês sob a direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro, RJ: Imago. (trabalho original publicado em 1933[1932]).

GAZETA, do povo. Cresce o número de crianças sem pai. Situação de pobreza, evasão escolar e crimes. 2023. Disponível em: <https://www.arpenpr.org.br/site/conteudo-noticia/8949>.

GIACOMINI, S. Ma. **A mulher e escrava**: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

GIORDANI, Annecy Tojeiro. **Violências contra a mulher**. – São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2006.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as**: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n.1, p. 167-182, jan./ jun, 2003.

GONGORA, José Navarro. **Violências nas relações íntimas: uma perspectiva clínica**. Barcelona: Heder, 2015.

GONZÁLEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. Organização: Flavia Rios e GONZÁLEZ, Lélia. A categoria político-cultural de Amefricanidade. **Rev. TB**. Rio de Janeiro, 92/93; 69/82, jan.-jun., 1988. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-politico-cultural-de-amefricanidade-Lelia-gonzales1.pdf>.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista ciências sociais hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

GRIJALVA, Dorotea Gómez. **Meu corpo é um território político**. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2020.

GROSGOUEL, Ramón. Decolonizing post-colonial studies and paradigms of political-

economy: **Transmodernity, decolonial thinking, and global coloniality**. **Transmodernity: journal of peripheral cultural production of the luso-hispanic world**, v. 1, n. 1, 2011.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: trans-modernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 14. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HOOKS, bell **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras / bell hooks; tradução Ana Luiza Libânio. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Estudos feministas**, v. 3, n. 2, p. 464, 1995.

HOOKS, Bell. Não sou eu uma mulher. **Mulheres negras e feminismo**, v. 1, 2014.

HOOKS, bell. **Parando a violência masculina**. Tradução de Carla Miranda. Disponível em: <https://traduagindo.com/2024/05/07/bell-hooks-parando-a-violencia-masculina/>

HOOKS, bell. **Teoria feminista-da margem ao centro** / bell hooks ; tradução Rainer Patriota. - 1. ed. - São Paulo : Perspectiva, 2019.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista**. Editora Perspectiva SA, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Mapa de pobreza e desigualdade. Pinheiro, Maranhão. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/pinheiro/pesquisa/36/30246>. Acesso em: 22 dez. 2024.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** – Episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, p. 8-23, 2005.

LANDER, Edgardo; CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

LEONARD, Linda Schierse. **A mulher ferida**: em busca de um relacionamento responsável entre homens e mulheres/ tradução Maria Silvia Mourão Netto. São Paulo: Summus, 1997.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LOPES, Ana Maria D´ Ávilla. **Gênero: fator de discriminação na teoria e prática dos direitos fundamentais das mulheres**. Fortaleza: Nomos, v. 11, p. 54, fev. 2006.

LOUREIRO, C. P. (2014). Corpo, beleza e auto-objetificação feminina. **Dissertação de**

Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Espírito.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação.** Petrópolis: vozes, 1997.

LUGONES, María. **Colonialidade e gênero.** In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 53-83, 2020.

LUGONES, María. Hacia un feminismo descolonial. **La manzana de la discordia**, v. 6, n. 2, 2011, p. 105-119.

LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo descolonial.** Florianópolis: Revista Estudos Feministas, v.22, n. 3, set-dez, 2014.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista estudos feministas**, v. 22, p. 935-952, 2014.

MACHADO, Andressa. Padrões de beleza restritivos causam sofrimento a mulheres.24/05/2018. Disponível em: < <https://www.ufrgs.br/humanista/2018/05/24/padrees-de-beleza-restritivos-causamsofrimento-a-mulheres/> > esquerda e a opção descolonial. **Caderno CRH**, v. 21, p. 237-250, 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson (2007). “Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto”, em CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSGOUEL, Ramon (coords.) **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global.** Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar. Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de Freitas (org.). **História social da infância no Brasil.** São Paulo: Cortez Editora, 2001.

MARTINS, Lindevania. **Zona de Desconforto.** -1. Ed.- São Paulo: Editora Benfazeja. Brasil, 2018. 124 p.

MIGNOLO, Walter (2006). El desprendimiento: pensamiento crítico y giro descolonial. In: SCHIWY, Freya; MADONADO-TORRES, Nelson; MIGNOLO, Walter D. **Descolonialidad del ser ydel saber.**Buenos Aires: Del Signo: 21-22

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 32, p. e329402, 2017.

MIGNOLO, Walter D. Novas reflexões sobre a" ideia da América Latina": a direita, a 0
MIGNOLO, Walter D. The geopolitics of knowledge and the colonial difference. **South Atlantic Quarterly**, v. 101, n. 1, p. 57-96, 2002.

MILLER, Alice. **O drama da criança bem dotada: como os pais podem formar (e deformar) a vida emocional dos filhos.** Grupo Editorial Summus, 1997.

MOITINHO, Clara Luz Damascena. O crime de redução a condição análoga à de escravo: sob a perspectiva dos trabalhadores domésticos no Brasil. 2022.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. Rio de Janeiro: Pólen, 2019.

NADER, Maria Beatriz. A condição masculina na sociedade. **Dimensões. Revista de História da UFES**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, nº 14, p. 461-480, 2002.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, p. 49-55, 2006.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, Dec. 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci>.

NASCIMENTO, B. A mulher negra no mercado de trabalho. In: BUARQUE, H. **Interseccionalidades: pioneiras do feminismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras** – relações raciais, quilombos e movimentos. In: RATTIS, Alex (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NUNES, Jéssica Pinheiro. **O Mito do Amor Materno: uma análise psicossocial da estigmatização de mulheres que optam por entregar seus bebês para adoção**. 2022.

NUNES, S. A. **O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

NUNES, Sthefany Cristina da Silva. Interseccionalidade e o trabalho doméstico: uma análise jurídico-sociológica. **Faculdade de Direito Professor Jacy de Assis – FADIR**. Uberlândia/MG, 2022.

O'REILLY, Andrea "It saved my life": The National Association of Mothers' Centres, Matricentric Pedagogy and Maternal Empowerment. **Journal of the Motherhood Initiative for Research and Community Involvement**, Toronto, vol. 4, n.1, Spring/Summer, 2013, p. 185-209.

OYÈRONKÈ, Oyèwùmí. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2010.
PREUSS, Miriam Raja Gabaglia. Patroas e empregadas: relações de proximidade e oposição. **Coletâneas da ANPEPP**, v. 1, n. 7, p. 53-65, 1997.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo, e América Latina**. In: Lander, Edgardo. A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais- perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 107-130, 2005.

RAGO, Luiza Margareth. **Do cabaré ao lar, a utopia da cidade disciplinar Brasil 1890 1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala. Feminismos plurais**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. Companhia das Letras, 2020.

STEVANIM, Luiz Felipe *et al.* Vulnerabilidades que aproximam. 2020. WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO).

RIBEIRO, Esmeralda.; BARBOSA, Márcio. (Org.). **Cadernos negros: contos afro-brasileiros**. Vol.42. São Paulo, Quilombhoje, 2019.

RIBEIRO, Raísa. D. **Feminismo: O que as feministas querem**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Feminismo Literário, 2021.

RIOS, Flávia; LIMA, Márcia; GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras, 2020.

ROCHA, Brenda Machado de Almeida; CARVALHO, Caroline Spagnolo. Ríos, Flavia y Marcia Lima (org.) (2020). **Lélia González. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

ROSA, Alexandre Reis. **(O) Braço forte, (a) mão amiga: um estudo sobre a dominação masculina e violência simbólica em uma organização militar**. 2007, 372f. Dissertação de mestrado em Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras, Minas Gerais, Brasil.

RODRIGUES, Luciana Santos; CHALHUB, Anderson Almeida. Contextos familiares violentos: da vivência de filho à experiência de pai. **Pensando fam.**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 77-92, dez. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679494X2014000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 21 jun. 2024.

SABADELL, 2017, p. 231, apud RIBEIRO. Raísa D. **Feminismo: O que as feministas querem**. 1 ed. Rio de Janeiro: Feminismo Literário, 2021. p. 14.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**; prefácio de Antônio Cândido de Mello e Souza: Petrópolis, Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth IB. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, p. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. **Emprego doméstico e capitalismo**. Avenir editora limitada, Rio de Janeiro, 1978.

SAFFIOTI, Heleith; ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de gênero** – Poder e Impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAFIOTTI, Heleith I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção polemica).

SAGIM, Mírian Botelho. **Violência doméstica observada e vivenciada por crianças e adolescentes no ambiente familiar**. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SANTO, Vitória, Espírito Santo; SANTOS, Ana Clara Pereira dos. **Produção literária e protagonismo**: um estudo dos contos antirracistas de 27 mulheres negras dos Cadernos negros volume 42. 2023.

SANTOS, Ana Cláudia Wendt dos; MOREÍ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. Impacto da violência no sistema familiar de mulheres vítimas de agressão. **Psicologia: Ciência e profissão**, v. 31, p. 220-235, 2011.

SANTOS, J. A. S. dos.; TRINDADE, V. L. R. da.; PEREIRA, O. P.; SANTOS, L. da S. TRANSTORNO ALIMENTAR E OBJETIFICAÇÃO FEMININA: UM RESULTADO DAS RELAÇÕES DE PODER? **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, [S. l.], v. 3, n. 7, p. 123–142, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3992831.

SANTOS, Maia Liliane Gomes. Os sintomas e hematomas do amor: relatos de mulheres sobre a violência doméstica. 2013. 155 f. **Dissertação** (Mestrado) - Curso de Psicologia, Psicologia, Ufrondonia, Porto Velho, 2013. Cap. 5. Disponível em: <https://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/2007>

SEGATO, Rita. Colonialidad y Patriarcado Moderno: expansión del frente estatal, modernización, y la vida de las mujeres. In: **Tejiendo de otro modo**: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

SEKAYI, Dia. Aesthetic Resistance to Commercial Influences: The Impact of the Eurocentric Beauty Standard on Black College Women. In: **The Journal of Negro Education** Vol. 72, No. 4, Commercialism in the Lives of Children and Youth of Color: Education and Other Socialization Contexts (Autumn, 2003), pp. 467-477. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/3211197?seq=5#metadata_info_tab_contents.

SEQUEIRA, Vânia Conselheiro; STELLA, Claudia. Família e violência: resquícios da cultura patriarcal. **Emancipação**, v. 12, n. 1, p. 71-86, 2012.

SILVA, Carla (2009). Trabalho infantil doméstico: perfil e vivencia de meninas trabalhadoras em São Luís. **Dissertação** (mestrado) em Políticas Públicas . São Luís : Universidade Federal do Maranhão.

SILVA, Lana Lage da Gama; SOUZA Suellen. Patriarcado. In: **Dicionário Crítico de Gênero**. 2ª edição. Dourados/MS: Editora UFGD, 2019. PP: 578-582.

SILVA, Luciane Lemos da; COELHO, Elza Berger Salema; CAPONI, Sandra Noemi

Cucurullo de. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 11, p. 93-103, 2007.

SILVA, Sergio Gomes da. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 30, p. 556-571, 2010.

SILVA, Thaís Nascimento; TOLOMEI, Cristiane Navarrete. Submissão e silenciamento da mulher na família nuclear e os ciclos de opressão provenientes do patriarcado no conto “Retrato de família” de Lindevania Martins. In: CURVELO, Heloísa Reis; LIMA, Paulo da Silva; NERIS, Wheriston Silva. (Org.). **Linguagem, discurso e cultura**. 1ed. São Paulo: PÁ DE PALAVRA, 2024, p. 257-266.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. (Coleção Babel).

STEARNS, Peter. **História das relações de gênero**. São Paulo: Contexto, 2007.

UNICEF (Org.) (1997). **Situação mundial da infância 1997**. Brasília: UNICEF.

WALTER. Mignolo. **Histórias locais/ projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento lumiar**. Humanitas, 2004.

WOLF, Naomi. **O Mito da Beleza: como as imagens da beleza são usadas contra as mulheres**. Brasil: Editora Rocco, 1992. 439p.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, p. 460-482, 2001.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; NIELSSON, Joice Graciele. TRABALHO DOMÉSTICO E ESCRAVIDÃO NO BRASIL SOB UMA PERSPECTIVA BIOPOLÍTICA. **Revista da Faculdade de Direito**, v. 24, n. 47, p. 225-250.

Xavier, E. (1998). **Declínio do patriarcado: a família no imaginário feminino**. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos.

ZAFALON; ZOLIN. A representação/ (des) construção da submissão feminina em “A tia”, de Helena Parente Cunha. **Via atlântica**, São Paulo, n.24, 183-196, DEZ/2013.

ZANCAN, Natália; WASSERMANN, Virginia; LIMA, Gabriela Quadros de. A violência doméstica a partir do discurso de mulheres agredidas. **Pensando famílias**, v. 17, n. 1, p. 63-76, 2013.